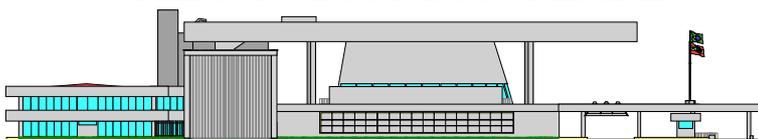


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 7 DE DEZEMBRO DE 2011

NÚMERO 6.366

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherm

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherm - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dado Cherm
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti
José Nei Alberton Ascari
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherm
Angela Albino
Sílvio Dreveck
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherm

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Dado Cherm

DIRETORIA LEGISLATIVA	DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	 <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2366 EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>Plenário Ata da 022ª Sessão Especial realizada em 29/11/20112 Ata da 023ª Sessão Especial realizada em 30/11/20116 Ata da 110ª Sessão Ordinária realizada em 1º/12/2011 10 Ata da 010ª Sessão Solene realizada em 1º/12/2011, em Blumenau 18 Ata da 011ª Sessão Solene realizada em 02/12/2011, em Joinville23</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública27 Ata das Comissões Permanentes34 Aviso de Resultado.....36 Extratos36 Lei Complementar37 Portarias37 Projetos de Lei39 Projeto de Lei Complementar . 40 Projetos de Resolução42 Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta 43</p>

P L E N Á R I O

ATA DA 022ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM AO DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE AO

POVO PALESTINO

PROPOSIÇÃO DEPUTADA ANGELA ALBINO

SUMÁRIO

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Lamenta a negativa da concessão do *status* de país à Palestina e deplora a criação de assentamentos israelenses em áreas palestinas.

SHEIKH AMIM KARAM - Lembra a divisão do território palestino pela ONU em favor do estado de Israel.

KHADER OTHMAN - Aborda as razões e acontecimentos que irão contribuir para a nova etapa da nossa história.

EMBAIXADOR FAWZI EL-MASHNI - Agradece a homenagem do Legislativo e aos catarinenses que trabalham em prol da amizade e solidariedade entre palestinos e brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Senhor Ricardo Camargo Vieira, vereador neste ato representando a Câmara de Vereadores de Florianópolis;

Senhor deputado Sargento Amauri Soares;

Senhor Sheikh Amim Karam, líder religioso árabe palestino;

Senhor Fawzi El-Mashni, embaixador da Palestina Brasi/México;

Senhor Khader Othman, líder da comunidade palestina em Santa Catarina;

Senhor Nildomar Freire, presidente do Comitê Catarinense de Solidariedade ao Povo Palestino.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação desta deputada, e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem ao Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional da Palestina e, na sequência, a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução dos hinos.)

Gostaria de registrar a presença, também, das seguintes autoridades:

Senhor Wolney Chucre, diretor de Organização e Relações Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual;

Senhor Muhammad Subhi Mahmud Hasan Husein, oficial da Escola de Aprendizes-Marinheiros, neste ato representando o senhor Luiz Felipe Rabello Freire, comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina;

Senhor Marcelo Pomar, assessor parlamentar, neste ato representando a sra. Silvia Grando;

Senhor Lucas Ferreira, diretor executivo da Associação de Geógrafos Brasileiros;

Senhora Michele Magalhães, coordenadora estadual da União de Negros pela Igualdade - Unegro;

Senhor Mohamed Ali, representando neste ato o sr. Hassan Ali Al Alsalamah;

Senhora Raquel Felau Guisoni, vice-coordenadora da União Brasileira de Mulheres;

Senhor Hilário Gottselig, diretor de Políticas da Agricultura Familiar e da Pesca, neste ato representando o excelentíssimo senhor João Rodrigues, secretário de estado da Agricultura e da Pesca;

Senhor Edison Puente, diretor da Associação Cultural José Martí de Santa Catarina;

Senhor Alex Sandro Batista dos Santos, diretor de Formação Política do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis.

Na sequência, teremos a apresentação do vídeo que relata o cotidiano da criança palestina.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) -

(Passa a ler.)

“Ao longo da história, as potências imperialistas, por intermédio do uso da sua força econômica e militar, impuseram diretrizes políticas desfavoráveis ao processo da consolidação dos estados nacionais em toda imensa periferia do sistema capitalista, como percebemos nos golpes militares e na imposição do neoliberalismo na América Latina, na África e na Ásia.

O povo palestino vem desde a década de 40 do século passado enfrentando inúmeros problemas, cuja origem é a criminosa e ilegítima ocupação de seu território por parte do estado de Israel. O muro da vergonha, os constantes bombardeios, a abusiva utilização da força econômica e o incentivo à colonização de áreas palestinas por populações de origem judia são apenas algumas expressões de tal fato.

Superando os esvaziados discursos globalizantes, o economista brasileiro Ignacio Rangel já dizia que: ‘Nação é, sem dúvida, uma categoria histórica, uma estrutura que nasce e morre depois de cumprida sua missão’. Não tenho dúvida de que todos os povos da terra caminham para uma comunidade única, para ‘Um Mundo Só’.

Isso virá por si mesmo, à medida que os problemas não comportem solução dentro dos marcos nacionais. Mas não antes disso. ‘O Mundo Só não pode ser um conglomerado heterogêneo de povos ricos e miseráveis, cultos e ignorantes, hígidos e doentes, fortes e fracos’.

Neste espírito, acreditamos na luta dos palestinos no processo de construção da paz perpétua preconizada pelos gigantes intelectuais alemães Kant e Marx.”

Também neste espírito dizemos que a tarefa de todo revolucionário é a luta pela paz e que a solidariedade ao povo palestino é a solidariedade a todos os povos que buscam a paz.

Viva o povo palestino e a autodeterminação dos povos da terra!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Neste momento, convido para fazer uso da palavra o Sheikh Amim Karam, líder religioso árabe-palestina.

O SR. SHEIKH AMIM KARAM - Excelentíssima deputada Angela Albino; excelentíssimos deputados, vereadores, autoridades desta Casa.

Senhoras e senhores presentes.

Hoje, completa-se, 63 anos desde que foi tomada a decisão de divisão do território Palestino, em dois estados, Israel e Palestina.

Exatamente no dia 29 de novembro de 1947 essa decisão foi tomada. E posteriormente em 1948 foi posto em prática, mas a favor de um lado apenas da questão, a favor do estado de Israel, e não do estado da Palestina e do povo Palestino. Povo que está sofrendo há mais de 60 anos. São mais de seis décadas que aquele povo está lutando, está sofrendo.

Trinta anos depois de tomarem essa decisão, em 1977, a Organização das Nações Unidas viu a injustiça que caía sobre aquele povo sofredor, sem direitos e sem rumo, e tomou a decisão de criar um dia internacional de solidariedade com o povo palestino.

Por isso, acho que mesmo depois de todo esse tempo, mais de 34 anos que essa decisão foi tomada, até hoje, até o momento, temos somente as homenagens criadas àquele povo.

O momento é de desafio para a vontade internacional, para que seja tomada a decisão de apoiar todos os direitos legítimos daquele povo de ter a sua autonomia, o seu país, a sua dignidade e o seu território. Os Palestinos devem ser tratados como seres humanos, como cidadãos exatamente como qualquer outro cidadão de qualquer nacionalidade dos mais de 190 países que compõem as Nações Unidas.

Acho que é necessário, neste Dia de Solidariedade ao Povo Palestino, trabalhar à frente dos interesses legítimos daquele povo e defendê-los em todas as áreas e em todos os encontros de assembleias internacionais e de todas as Nações. Por quê?

Porque estamos há 34 anos comemorando este dia, e podemos até passar mais 30 anos ou 40 anos comemorando, se não houver memória na cabeça dos povos e das pessoas. A situação apenas será resolvida com a tomada de decisões mediante a arrogância do estado de Israel em reconhecer o estado Palestino, em reconhecer todos os direitos civis, jurídicos e políticos desse povo, em reconhecer a autonomia do estado da Palestina.

A comunidade internacional não precisa fazer o que está sendo feito até o momento, determinando condições diante do negociante palestino nos corredores das Nações Unidas para provar ou testar a verdadeira intenção e vontade de conviver pacificamente lado a lado com o estado de Israel. Não! O que precisa ser feito não é testar a vontade do povo palestino e a autoridade palestina, mas, sim, testar exatamente a vontade na cabeça e na mente dos negociantes ou dos políticos israelenses.

Temos que saber se há vontade para conviver com aquele povo, se há vontade de estabelecer permanentemente a paz na região, uma região que já sofria tormentos, já sofria abalos políticos e todos os tipos de abalos. Sempre observamos esse levante de vários países, de vários povos árabes que dão exemplo para o mundo e também para o nosso povo palestino, que está à frente dessa luta há mais de seis décadas.

E diante disso tudo, dirijo minhas palavras aos meus irmãos, ao nosso povo palestino para que façam mais laços de união, para que se unam diante da força e arrogância israelense com relação aos direitos e autonomia do povo e do estado da Palestina. Temo que nos unir porque a união faz a força.

Quero dizer que esse povo vai continuar nessa luta, a luta não vai cessar e não vamos descansar. Atrás do povo palestino estão todos os povos livres, dignos de todas as nações, e em primeiro lugar, os seus vizinhos, países vizinhos árabes e povos dos países islâmicos, todos estão apoiando o povo palestino na sua luta.

Acredito que o Brasil também está dando exemplo de apoio ao nosso povo porque nas assembleias internacionais, em todos os atos internacionais e na comunidade internacional, o Brasil está sempre presente defendendo os direitos desse povo.

Esse é um pequeno ato que representa esta vontade política do povo brasileiro e das autoridades brasileiras. É uma oportunidade louvável, deputada Angela Albino, que você, há muito tempo, juntamente com o nosso querido ex-deputado Nildomar Freire, vereadores, deputados, políticos desta cidade e deste estado, que nos estão acompanhando, estão dando força para nossos irmãos continuarem nesta luta até conquistarem os seus direitos.

Muito obrigado!

Boa-noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. DEPUTADA PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Khader Othman.

O SR. KHADER OTHMAN - Excelentíssimo deputado Gelson Merisio, deputada Angela Albino, camaradas, companheiros, solidários, excelentíssimos membros da comunidade árabe-palestina e muçulmana em Santa Catarina.

(Passa a ler.)

“Estamos hoje celebrando o Dia Internacional da Solidariedade com o Povo Palestino, sessão dos presos políticos.

Esta celebração é um posicionamento ao lado da justiça e dos direitos humanos.

‘Não basta que seja pura e justa a nossa causa, é necessário que a pureza e a justiça estejam dentro de nós.’ (Agostino Neto, revolucionário africano, que lutou pela independência de Angola.)

Entender que os novos posicionamentos e as novas forças econômicas, políticas e culturais, estão surgindo no cenário internacional é entender que a história evoluiu.

Países como China, Rússia, Índia, Brasil, África do Sul, Turquia, Irã, são notórios pesos nas decisões internacionais.

Estamos num mundo multipolar, com visões e soluções dos problemas internacionais bem distintos da reduzida visão dos Estados Unidos e da União Europeia. Forças, historicamente, dominantes.

Esta nova ótica sugere um novo equilíbrio e novos acordos, cenário visível na ONU se comparado às conversas e à linha de ação atualmente, um papel que a mesma cumpriu depois da Segunda Guerra.

Percebemos a distância e o grande avanço que essas novas forças atingiram em prol do ser humano e dos valores filosóficos, morais, éticos e culturais que a humanidade alcançou.

Logo após a criação da ONU os Estados Unidos, armados com o brilho da vitória sobre o Nazismo, ditavam as ordens e todos obedeciam.

O ápice do poder foi decretar a divisão do território palestino para a criação de um país sobre o outro. Dividiram o estado palestino em dois. E depois, os dois, ficaram apenas um, um estado judeu.

Nesta era a ONU cedia às pressões dos grupos sionistas de um lado e às pressões do império americano, que almejava interesses e intervenções no Oriente Médio, de outro lado.

A história nos revela que os Estados Unidos sempre se posicionaram contra a efetivação do estado palestino. Eles sempre se alinharam na defesa e na sustentação financeira e bélica de Israel, avalizando o direito da defesa de Israel, mesmo em relação às atitudes violentas e desumanas, de terrorismo do estado, condenadas por muitos, inclusive pela Convenção de Genebra e pelo Tribunal de Haia.

Agora, os Estados Unidos querem um papel de destaque, querem ser o mediador justo e neutro na solução da causa palestina. Mas a história evolui! Lembrando Marx, a história apenas se repete com a farsa.

Os Estados Unidos já perceberam que as novas forças, que os novos sentimentos estão desenhando um novo cenário. O poderio americano nas decisões vingará somente com farsa.

Sejam bem-vindas as mudanças forçadas por homens e mulheres livres que vamos provocar para construir um mundo melhor.

Vou citar as razões e acontecimentos que irão contribuir para a nova etapa da nossa história:

1 - As guerras de agressão e as intervenções militares travadas em várias partes do mundo, e seu altíssimo custo moral e material, resultaram em uma crise econômica aguda forçando milhares de rebeldes a ocuparem as ruas de centenas de cidades americanas pedindo melhor vida e melhor atenção. No berço do capitalismo, deflagrado o movimento, ocupam a Wall Street denunciando as mazelas do próprio capitalismo, exigindo chances de trabalho e melhor distribuição de renda.

2 - A crise financeira na Europa. Países que dominavam o cenário comercial e industrial internacional estão sendo assombrados pelo resultado imediato da má distribuição de renda, anunciando a fragilidade do sistema financeiro frente às necessidades humanas.

3 - A primavera árabe e as revoluções da cidadania, da dignidade e do bem-estar social, denunciando as tiranias dos governos ditadores, brotando democracia merecida para a construção de sociedades soberanas e mais justas.

4 - O nervosismo e o isolamento dos Estados Unidos perante a ida dos palestinos à ONU na busca de reconhecimento de seu estado, repetindo o comportamento em relação à Unesco. Essa atitude norte-americana revela seu desrespeito com a opinião pública mundial predominante a favor de um estado palestino, um comportamento desequilibrado que resultou num isolamento político. E eles pretendem ser mediadores.

5 - A solidariedade internacional. Agradecemos todas as manifestações pelo mundo afora em defesa da Palestina livre, em especial os barcos e flotilhas da Liberdade Rumo à Gaza, a fim de quebrar o injusto embargo que Israel pratica sobre Gaza. Eles levam mais do que mantimentos e remédio,

levam amor e solidariedade para o corajoso povo de Gaza.

6 - Aceitação de Israel de completar a negociação da troca do soldado Gilad Shalit por centenas de presos políticos palestinos. O fato de Israel ter que negociar para obter a soltura, depois de fracassado todo o serviço da inteligência israelense de Shabak e Shen-Bet, Mousad, de milhares de colaboradores palestinos e árabes e da inteligência ocidental de conseguir localizar o esconderijo do Chalit em um espaço menor do que a metade da Ilha de Florianópolis.

Essa vitória da liberdade de centenas de presos palestinos todos condenados com mais de uma prisão perpétua. Por que crime? Porque eles lutavam pela inteligência e pelo fim da ocupação israelense em território palestino. Detenção sem julgamento, prisões e condenações arbitrárias, como o caso da jornalista Ahlam Tamini, presa há 22 anos, condenada 16 vezes em regime de prisão perpétua. Foi também libertado o condenado Hasan, irmão do Mohammad, confinado há mais de 30 anos, e condenado três vezes com prisão perpétua.

Dedicamos esta sessão de solidariedade aos presos políticos palestinos homenageando o seu irmão Hasan, que agora está livre.

(Palmas)

Favor avisá-lo que esta homenagem do povo brasileiro e do povo palestino é dirigida a todos os presos políticos libertados ou confinados ainda nos cárceres israelenses, aos mártires, aos revolucionários que lutam para uma Palestina livre, por um mundo melhor.

Vamos perpetuamente lutar pela libertação da Palestina!

Novas forças estão desenhando um novo equilíbrio no mundo deflagrado às fragilidades do capitalismo e do sionismo. Nós construiremos uma nova etapa da história. Construiremos a Palestina livre!

Muito obrigado!

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Gostaria de registrar ainda a honrosa presença das seguintes pessoas:

Senhor Celso Ramos Martins, presidente do Sintufsc - Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina;

Senhor Sérgio Goulart, do PT nacional;

Senhor Gilberto Dal-Pozzo, neste ato representando a executiva municipal do Partido dos Trabalhadores em Florianópolis;

Senhor dr. Ricardo Baratieri, ex-vereador da nossa capital;

Senhores Flávio Souza, João de Oliveira, Hugão, e o senhor Marcos Fernandes, neste ato representando a direção municipal do PCdoB;

Senhor Lucas Ferreira, Raquel Felau Guisoni, neste ato representando a direção estadual do PCdoB;

Senhor Nader Khalil, jornalista.

Convido a mestre de cerimônias Juliane Gonçalves Rocha, para proceder à nominata dos homenageados da noite de hoje.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Juliane Gonçalves Rocha) - O Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao povo palestino, pela passagem do Dia Internacional de Solidariedade, e homenageia personalidades

pelo seu notável trabalho desenvolvido em prol da amizade e solidariedade entre Brasil e Palestina.

Convido a sra. deputada Angela Albino e o deputado Sargento Amauri Soares para fazerem a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Nildomar Freire.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Sheikh Amim Karam, líder religioso árabe-palestino.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Khader Othman, líder comunitário Palestina Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Fawzi El-Mashini, embaixador da Palestina no Brasil e México.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Muhammad Ali, neste ato representando o sr. Ali Al Alsalamah.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, o povo palestino presta homenagem às personalidades que contribuíram para a solidariedade entre o povo brasileiro e o povo palestino.

Convido o sr. Fawzi El-Mashni para fazer a entrega da homenagem.

Convido para receber a homenagem a sra. deputada Angela Albino.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. vereador Ricardo Vieira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Estela Maris Cardoso.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Marcelo Pomar, neste ato representando a sra. Silvia Grando;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Registro a presença da senhora Flora Müller do Movimento Passe Livre, que nos honra com sua presença.

Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o sr. Fawzi El-

Mashini, embaixador da Palestina no Brasil e México.

O SR. FAWZI EL-MASHINI - Sra. deputada Angela Albino, ao saudá-la, estarei saudando os dignos representantes do povo catarinense.

Quero agradecer aos oradores as palavras sempre sinceras. Somos gratos por essa homenagem, pela amizade, cooperação e solidariedade entre esses dois povos distantes na geografia mundial, mas tão pertos em seus sentimentos e suas aspirações, na vontade de viver e na esperança de um mundo melhor. Não tenho palavras eloquentes e nem suficientes para expressar a gratidão por essa homenagem.

Estamos reunidos, sra. deputada Angela Albino, povo catarinense, como parcela indivisível deste povo brasileiro. Fomos recebidos nesta terra bendita por Deus, com tanta generosidade e com tanta hospitalidade pelos brasileiros, que abrem os seus braços, os seus corações para receber pessoas que vêm de todo o planeta para aqui viver.

Oh, Brasil, como te amo! Oh, Santa Catarina, como te quero! Oh, povo desta terra, tão querida e tão amada, povo brasileiro!

Ao celebrarmos a data do dia 29 de novembro, como foi dito anteriormente, recentemente, acabamos de recordar e de lembrar o falecimento do nosso líder símbolo, o líder Yasser Arafat, que conduziu o Movimento da Libertação Nacional do Povo Palestino.

No dia 4 de novembro assassinaram também aquele que fez a paz com Yasser Arafat, pois os próprios israelenses, no dia 2 de novembro de 1917, fizeram a Declaração de Balfour, que prometeu e deu a terra que não lhe pertencia para um povo que não merecia uma propriedade que não era dele, sem nenhum direito de fazê-lo. Nessas datas de 7 e 11 temos muitos nomes e muitas recordações, mas aqui não cabe citar, cabe ter um pouco de alegria mesclada, misturada com muita tristeza e muita dor.

No dia 29 de novembro de 1947, dividiram a nossa pátria para dar a maior parte, a maior porção da terra para a menor parcela da população que ali vivia também na harmonia, no amor praticamente perfeito, sem nenhuma discriminação. Também abrimos as portas, os corações para aqueles que fugiram do nazifascismo, especialmente dos nazistas, e acabamos pagando um preço altíssimo naquela recepção dada aos nossos primos-irmãos descendentes do velho Abraão, o pai dos profetas.

Pagamos por pecados não cometidos ao abrir, repito, as nossas portas para aquela gente e acabamos por receber tantos golpes, tanta miséria. Estamos fartos de postos de controle lá na Palestina; estamos fartos de uma ocupação cruel, a última ocupação na face da terra; estamos fartos das demolições das nossas casas; estamos fartos da falta de liberdade do nosso movimento na mira e na vista do mundo inteiro.

Eu dizia aqui neste recinto, na Assembleia de Santa Catarina, que o silêncio é cúmplice. Dizia também da imparcialidade, da neutralidade e cumplicidade. Não podemos ficar quietos, não podemos ficar silenciosos, devemos condenar veementemente, perseguir esses que fizeram o nosso povo sofrer, sofrer a cada dia ao citar os presos. E aqui temos o testemunho de Mohammad: seu irmão foi condenado a três prisões perpétuas e libertado recentemente. E igual a ele temos dez mil ainda que continuam na prisão.

A nossa alegria somente será completa quando os presos palestinos que estão em Israel voltarem para suas casas, seus lares, suas famílias e seus parentes. Ele dizia em suas entrevistas que não existe nenhuma família palestina que não tenha tido um mártir, um ferido, um encarcerado ou um preso. Todas as famílias, sem exceção. E isso não acontece somente lá, mas falam de democracia.

Sra. deputada, parece que o mundo árabe todo está contra a Líbia, contra a Síria! Até os países árabes! E citando Radher, parece-me que essa nova ordem mundial não tem nada de nova nem é mundial. Tudo velho! Tudo fragmentado! Não há ordem, há desordem neste mundo! E não há muita esperança. Enquanto prevalecer o direito da força, todos seremos condenados a viver sob essa miséria.

Volto a dizer que devemos reagir, devemos atuar, porque somente a esperança não dá em nada, somente a Justiça não dá em nada, porque a Justiça por si só não é capaz de devolver um palmo da terra que foi arrebatada pelos turistas, apoiados pelos imperialistas ianques, por todo esse longo tempo da nossa história.

Aqui cabe, também, na comunidade internacional, homens e mulheres livres, homens e mulheres dignos e dignas se manifestarem em favor da luta, da resistência e da tenacidade do povo palestino.

Devemos boicotar Israel, pelo menos a parte acadêmica, nas universidades, os artistas; devemos agir não somente por palavras, pelas quais agradecemos também do fundo do nosso coração, devemos fazer algo, porque esse monstro que foi criado em 1948 como resultado da partição de 1947, como resultado da promessa da Declaração Balfour; esse monstro do qual o mundo inteiro tinha pena, tinha tanta pena, hoje está fazendo um racismo jamais igualado na história humana.

O *Apartheid*, da África do Sul, é fichinha comparado com o *apartheid* que Israel está fazendo. O Muro de Berlim é fichinha comparado com os muros que estão sendo criados na Palestina.

Estão destruindo e demolindo as casas palestinas para construir assentamentos, colônias todos os dias. Nós fazemos questão que a Palestina seja reconhecida para voltar a negociar, pelo menos para que parem de construir novas colônias e novos assentamentos em nossas terras ocupadas. Mas eles escutam por um ouvido e tiram pelo outro.

Centenas de resoluções da ONU que foram também anunciadas ficaram como papel jogado no chão, nos corredores das Nações Unidas. Condenar o muro, condenar os assentamentos, condenar a falta de liberdade dos palestinos na sua própria terra, são ações não consideradas pela ONU.

Eles são arrogantes porque sentem o apoio incondicional e irrestrito dos Estados Unidos da América, onde a força é o direito, onde o direito é a força. É isso o que impera nos Estados Unidos e entre os aliados.

Nós, como palestinos, um povo lutador e sofredor, enfrentamos dois imperialismos neste mundo: o império regional, representado por Israel, e o império global, representado pelos Estados Unidos da América.

Estamos sozinhos, sem armas. Enquanto Israel tem 400 ogivas nucleares, o palestino não tem nenhum tanque, nenhum caça-bombardeio, nenhum avião de combate, nenhuma metralhadora, nenhum fuzil. Eles têm

mil tanques, canhões, tudo que vocês podem imaginar, até 400 ogivas nucleares.

O que o mundo está fazendo? Quase declararam guerra contra o Irã porque dizem que temos um projeto nuclear, temos uma bomba atômica. Vamos ter isso quando? Mas deles, que têm 400 ogivas nucleares, ninguém se atreve a falar. Por quê? Porque Israel não está fora da lei, está acima da lei.

Lamentavelmente, a maioria da comunidade internacional desconhece completamente o sofrimento do povo palestino. Logicamente não estamos falando dos fóruns diplomáticos, dos embaixadores que não conhecem, que condenam, que apresentam resoluções, todas condenatórias, contra Israel. Ela pensa que os palestinos são terroristas, que estão fora da lei, que querem acabar com Israel. É tudo o que sabem, não sabem de outra coisa.

Nós não queremos guerra nem podemos fazê-la, queremos paz, mas ela é sinônimo de justiça, é sinônimo de direitos humanos, é sinônimo das resoluções da ONU. Queremos que Israel cumpra com o que está aqui. Ao ir até a ONU, até a Unesco, até outras instituições da Organização das Nações Unidas, queremos dizer para o mundo que temos condições, pois a própria criação do estado de Israel é a certidão de nascimento do estado da Palestina. Quando dividiram a Palestina era para criar dois estados: um nasceu, cresceu, se multiplicou, o outro ficou na lista de espera até hoje. Tantos anos, 63 para 64 anos.

Israel foi aceito nas Nações Unidas através da Resolução n. 273, que dizia que Israel devia aceitar o estado da Palestina ao seu lado e reconhecer os direitos dos refugiados palestinos de retornar. As duas resoluções, de 48 e de 49, continuam como uma folha jogada nos corredores das Nações Unidas. Até hoje falam da democracia, de direitos humanos, de Nações Unidas, da humanidade inteira.

O que podemos fazer? Será que o povo palestino não tem o direito de viver? Será que o povo palestino não tem o direito de amar? Será que o povo palestino não tem o direito de casar? Será que o povo palestino não tem o direito de andar livremente na sua própria terra, não tem o direito de construir um teto para a sua família? Onde é que estamos? Em que país, em que mundo estamos? Esse mundo que não levanta nem a voz, pois não tem coragem de fazê-lo.

Faço um apelo a todos os amantes da paz, da justiça e dos direitos humanos: que se posicionem, que façam, que ajam e que reajam contra o que está acontecendo com o nosso povo lutador e sofredor.

(Palmas das galerias)

Como dizem que falo muito, como não quero prolongar o cronograma aqui já estabelecido, sem olhar o relógio para evitar essas ditaduras de tempo, quero acabar a minha fala agradecendo, do fundo do meu coração, todas essas manifestações solidárias desse povo solidário, povo de Florianópolis, povo de Santa Catarina e povo brasileiro.

Deputada Angela Albino, estamos vivendo a era feminina. Recordo-me, só para terminar, do discurso da presidenta Dilma Rousseff, no dia 21 de setembro deste ano, ao inaugurar a sessão da ONU, que foi pela primeira vez inaugurada por uma mulher.

Temos como praxe que o Brasil inaugure e abra a sessão, mas desta vez foi feita essa inauguração, essa celebração por

uma mulher brasileira, pela primeira vez na história das Nações Unidas. Ela citou algumas palavras femininas, citou a alma, citou a vida e citou a esperança. E se eu quiser acrescentar algo direi que Palestina também é um nome feminino; a liberdade é feminina, a esperança é feminina, mas a soberania também é feminina.

Viva o Brasil! Viva a Palestina também como um país, como um estado livre, membro de pleno direito n. 194!

Volto a agradecer a presença de todos!

Muitíssimo obrigado por estarem hoje aqui.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Agradeço ao sr. Fawzi El-Mashini e me permita apenas dizer com relação ao seu discurso, concluindo a sessão solene da noite de hoje, que o silêncio é cúmplice na violência contra os palestinos; o silêncio é cúmplice na violência contra as mulheres; o silêncio é cúmplice de muitas violências. E todos e todas que vieram aqui na noite de hoje, têm a sua voz à disposição do povo palestino; temos a nossa alma em solidariedade ao povo palestino; temos o nosso coração em solidariedade ao povo palestino.

Muitos dos que estão aqui na noite de hoje vejo sempre exatamente neste dia, no dia em que celebramos a solidariedade ao povo palestino; no dia em que temos uma causa

comum; no dia em que compreendemos que temos mais convergências do que divergências.

Para nós também, que estamos hipoteticamente, geograficamente tão longe do conflito, é um ensinamento cada vez que sentamos juntos e juntas novamente e rememoramos essa imensa história e desejamos, sim, construir um futuro mais justo e mais fraterno. Se fomos nós que veremos, extraordinário, que assim o seja, se não for, que bom que possamos sempre lembrar que estivemos juntos.

Saiba que o povo catarinense, e isso exprime muito bem o comitê de solidariedade ao povo palestino, conhece o povo palestino, conhece a história do povo palestino, e é de alma, não apenas nas palavras, solidário à luta do povo palestino como uma luta maior dos povos pela sua autodeterminação e pela convivência fraterna e em paz.

Quero agradecer a presença de cada um e de cada uma de vocês, muito especialmente à comunidade que esteve conosco na noite de hoje; agradecer, se me permitem a pessoalidade, ao nosso gabinete, que fez um grande esforço pela noite de hoje, especialmente à camarada Estela Cardoso e ao Líbero Gonçalves Machado; agradecer ao cerimonial, que também se esforçou para fazer uma noite bonita; ao pessoal da TVAL; da Rádio Alesc Digital; ao pessoal do som, que esteve aqui presente, mas também quero lembrar que amanhã teremos outra memória a reconstruir: amanhã é dia 30 de novembro.

Em 1979, o povo catarinense, o mesmo povo que abraça a comunidade palestina, disse o que pensava sobre a ditadura no Brasil e o então presidente João Figueiredo, num gesto muito lembrado com as mãos, que não posso reproduzir neste momento, também disse o que pensava do povo catarinense.

Tenho certeza de que aquilo foi uma mácula irremediável na ditadura que ajudou a desconstruir aquele período nefasto da história do Brasil. Então, que possamos também amanhã estar, senão no mesmo ambiente, mas, ao menos, em pensamento, juntos relembrando esse momento da história do Brasil.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência, ao agradecer a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o seu comparecimento, convida-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 023ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

CERTIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - 2011

SUMÁRIO

WILFREDO BRILLINGER - Destaca a importância da responsabilidade social para a melhoria da qualidade de vida da população e elogia a iniciativa da Alesc.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Em nome dos líderes de bancada, fala da satisfação de ver uma lei por ele sancionada quando ocupava interinamente o governo estadual.

DEPUTADO GELSON MERISIO - Ressalta que a homenagem motivará outras instituições a se envolverem na causa da responsabilidade social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os colegas deputados José Nei Ascari e Sílvio Dreveck para recepcionarem as autoridades que comporão a mesa, bem como os parceiros deste empreendimento que hoje tem o seu ponto máximo.

Convido as seguintes autoridades para fazerem parte da mesa:

Excelentíssimo senhor Hermes Tomedi, superintendente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, representando a Fiesc.

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Sérgio Faraco, presidente do Conselho Regional de Contabilidade;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Fábio Braga, diretor da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, representando a Fampesc;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Marcos Arzua, diretor-executivo da Fecomércio/SC;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor José Mauro Junglhaus, secretário-adjunto da secretaria de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - Conede;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Januário Raimundo Serpa Filho, coordenador regional do Sebrae da Grande Florianópolis, representando o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - Sebrae;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Antenor Chinato Ribeiro, subprocurador-geral de Justiça, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação da Mesa Diretora, aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, para a Certificação de Responsabi-

lidade Social e entrega do Troféu de Responsabilidade Social Destaque Santa Catarina - 1ª edição/2011.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo Coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Na sequência, teremos a apresentação de vídeo sobre a Certificação de Responsabilidade Social.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Convido a Mestre de Cerimônias, sra. Soraia Boabaid, para que proceda à nominata dos homenageados.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento, o Poder Legislativo concede a Certificação de Responsabilidade Social às entidades com fins não econômicos e às empresas privadas que apresentaram seu balanço social, atingindo a pontuação mínima em relação aos indicadores.

Convido os srs. deputados Volnei Morastoni, Reno Caramori, José Nei Ascari, Sílvio Dreveck, Ismael dos Santos, Dirceu Dresch e Ciro Roza, para juntos procederem à entrega das homenagens.

Faremos a entrega neste momento do Certificado de Responsabilidade Social

Santa Catarina aos representantes de entidades.

Convido para receber o certificado a representante Vera Lúcia Corrêa Figueiredo, presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itajaí.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Elizenia Prado Becker, diretora-presidente da Associação Floripa Amanhã.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Severino Teixeira da Silva Filho, presidente da Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Leonir Zuliano, presidente da Associação Lageana de Assistência aos Menores.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Boanerges Carneiro Júnior, coordenador de responsabilidade socioambiental da Associação de Transporte do Norte Catarinense - Astran.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Tito Lívio de Assis Góes, presidente do Conselho do Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Lourdes Maria Belato Beline, presidente da Comissão do Bem-Estar do Menor de Itajaí.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Adriano da Silva Mattos, presidente do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Samanta Rocha, professora da Creche e Orfanato Vinde a Mim as Crianças.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Sérgio Alexandre Medeiros, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Paulo Roberto Ferronato, coordenador da Fraternidade Cristã da Pessoa com Deficiência.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Adriana Machado, presidente do Comitê de Responsabilidade Social da Fundação Educacional da Região de Joinville.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Ailton Nazareno Soares, reitor da Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul;

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Vicenzo Francesco

Mastrogiacomo, presidente da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Cláudio Giovanni Peixer, presidente do Instituto Comunitário de Crédito Blusol.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Esther de Souza Ferreira de Macedo, presidente do Instituto Comunitário Grande Florianópolis.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Simone Fraga Freitas Antunes, pedagoga do Instituto Engevix.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Jeferson Alexandre Vieira, representando Junior Chamber International, de Rio do Sul.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Roberto Anastácio Martins, diretor Regional do Serviço Social do Comércio de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Fernanda Maria Barreto Bornhausen Sá, presidente do Instituto Voluntários em Ação, neste ato representada pela diretora-executiva Ana Maria Warken do Vale Pereira.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Lorena Caramori Bozani, voluntária da Verde Vida, Programa Oficina Educativa.

Convido o deputado Reno Caramori para fazer a entrega do certificado.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Dando continuidade à entrega da Certificação de Responsabilidade Social - Santa Catarina, convido os representantes das empresas privadas.

Convido para receber o certificado a representante Aline Serafini, coordenadora de projetos sociais da Baesa Energética Barra Grande S/A.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Rafaela Costa Custódio, assessora de comunicação da Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Juciele Marta Wrublewski, assistente social da Cooperativa de Trabalho Médico da Região Oeste.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante dr. Alfredo Augusto Kuhn, vice-presidente da Cooperativa de Trabalho Médico Unimed Litoral.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Péricles Pereira Druck, presidente da Celulose Irani S/A.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Antônio Waldir Vituri, diretor de gestão administrativa e financeira da Eletrosul - Centrais Elétricas S/A.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado o representante Paulo César Ribeiro, coordenador da sustentabilidade da Enercan Campos Novos Energia S/A.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Irani Pamplona Peters, presidente do Frigorífico Riosulense S/A.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Monique Amin Ghanem, presidente do Instituto de Pesquisas Químicas.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber o certificado a representante Marlise Alves Silva Teixeira, diretora da M&M Assessoria Contábil.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante Omar Amin Ghanem Filho, presidente do MOB - Laboratório de Análises Clínicas S/A;

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante Edson Silva, presidente da Nexxera Tecnologia e Serviços A/S Florianópolis;

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a representante Alessandra Santos, gerente de Recursos Humanos da Portonave S/A Terminais Portuários de Navegantes;

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante Gilmar Jaeger, diretor-presidente da Pre-Vale Pré-Moldados de Concretos Ltda.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante Wilfredo Brillinger, presidente da Prosul Projetos Supervisão e Planejamento Ltda.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem a representante Daniele Alves, engenheira de qualidade da SulCatarinense Mineração, Artefatos de Cimentos Britagem e Construções Ltda.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante Sérgio Pires, diretor industrial da Tecnoblu, Indústria de Comércio de Importação e Exportação Ltda.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante Humberto Martins Funari, presidente da Unimed Brusque, Cooperativa de Trabalho Médico.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante Marco Antônio Bramorsky, presidente da Unimed de Blumenau, Cooperativa de Tralho Médico.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Neste momento, serão agraciadas com o Troféu Responsabilidade Social - Destaque SC-2011 as empresas privadas especificadas, segundo o porte e segmento, que apresentaram o melhor nível de desempenho em termos de Responsabilidade Social, em avaliação procedida a partir do balanço social, sendo classificadas segundo indicadores qualitativos.

Convido para receber, na categoria Comércio/ Serviço/Turismo de Micro e Pequeno Porte a empresa M&M Assessoria Contábil S/S, representada pela Marlise Alves Silva Teixeira, diretora.

Convido para receber, na categoria Comércio e Serviço, Turismo de Médio Porte, a Empresa Nexxera Tecnologia e Serviços S/A, representada pelo sr. Edson Silva, presidente.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convido para receber, na categoria indústria de médio porte, a empresa Pré-Vale e Pré-Moldados de Concreto Ltda., representada pelo sr. Gilmar Jaeger, diretor-presidente.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convido para receber, na categoria comércio/serviços/turismo de grande porte, a empresa Prosul - Projetos Supervisão e Planejamento Ltda., representada pelo sr. Wilfredo Brillinger, presidente.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convido para receber, na categoria indústria de grande porte, a empresa Celulose Irani S/A, representada pelo sr. Péricles Druck, presidente.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

A Lei n. 12.918, de 2004, estabelece a constituição de uma comissão mista com representantes de entidades da sociedade civil, para regulamentar e deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das empresas e entidades a serem certificadas e premiadas com o Troféu de Responsabilidade Social - Destaque - SC.

Nesta oportunidade, serão homenageadas as entidades parceiras, bem como os membros da Comissão Mista de Responsabilidade Social, representantes dessas entidades.

Convido para receber a homenagem, em nome do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o sr. José Mauro Junglhaus, secretário-adjunto de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e, na qualidade de membro da Comissão Mista de Responsabilidade Social, o sr. Laércio Ventura.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem, em nome do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, o sr. Sérgio Faraco e, na qualidade de membro da Comissão Mista de Responsabilidade Social a sra. Raquel de Cássia Souza Souto.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem, em nome da Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina e, na qualidade de membro da Comissão Mista de Responsabilidade Social, o sr. Fábio Braga.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem, em nome da Federação do Comércio de Santa Catarina, o sr. Marcos Arzua e, na qualidade de membro da Comissão Mista, a sra. Andréia Rosa Amorim.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem, em nome da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, o sr. Hermes Tomedi e, na qualidade de membro da Comissão Mista, a sra. Tatiana Tombini Wittmann.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem, em nome do Observatório Social de Florianópolis, o sr. Leandro Melin Passoni e, na qualidade de membro da Comissão Mista, o sr. Jorge de Oliveira Mussi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem, em nome do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, o sr. Januário Raimundo Serpa Filho e, na qualidade de membro da Comissão Mista, o sr. Wilson Sanches Rodrigues.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Hermes Tomedi, superintendente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, representando neste ato todos os parceiros para, juntamente com os deputados, entregar a homenagem ao representante da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na Comissão Mista, o servidor Neroci da Silva Raupp.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido o sr. deputado Volnei Morastoni para fazer uso da palavra, em nome das bancadas com assento neste Parlamento.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor deputado Gelson Merisio, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

Senhor Hermes Tomedi, superintendente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, representando a Fiesc;

Senhor Sérgio Faraco, presidente do Conselho Regional de Contabilidade;

Senhor Fábio Braga, diretor da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, representando a Fampesc;

Senhor Marcos Arzua, diretor-executivo da Federação do Comércio de Santa Catarina, representando a Fecomércio;

Excelentíssimo senhor José Mauro Junglhaus, secretário-adjunto da secretaria de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - Conede;

Senhor Januário Raimundo Serpa Filho, coordenador regional do Sebrae da Grande Florianópolis, representando o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - Sebrae;

Doutor Antenor Chinato Ribeiro, subprocurador-geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina;

Deputado Reno Caramori, segundo-secretário da Mesa;

Deputado José Nei Ascari;
Deputado Sílvio Dreveck;
Deputado Ismael dos Santos;
Deputado Dirceu Dresch;
Deputado Ciro Roza;

Demais autoridades aqui presentes, homenageados, senhoras e senhores.

Esta é a primeira edição do Certificado de Responsabilidade Social e também do Troféu Destaque Santa Catarina. É uma distinção que foi criada pela Assembleia Legislativa, de acordo com a Lei n. 12.918, de 2004, em função de um projeto apresentado pelo então deputado estadual João Paulo Kleinübing, hoje prefeito de Blumenau. Naquela oportunidade tive a honra de sancionar este projeto, pois, como presidente desta Casa, estava ocupando interinamente o governo do estado, substituindo o então governador Luiz Henrique da Silveira. Coube-me, assim, a responsabilidade e a honra de assinar esse projeto de lei como governador em exercício, que se tornou a Lei n. 12.918, de 2004. Depois de sancionada, ficamos aguardando, até que o presidente atual da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, tomou de fato a iniciativa de colocá-la em prática.

Portanto, estamos agora cumprindo essa lei estadual que nasceu nesta Casa e que, coincidentemente, foi sancionada por um parlamentar que estava no exercício do governo do estado.

Podemos ser até um gesto singelo, mas é um gesto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para homenagear o povo catarinense, através das entidades sociais, através das entidades com fins não econômicos, através das empresas privadas que receberam este certificado de responsabilidade social ou a distinção do Troféu de Responsabilidade Social.

Essas instituições representam a fibra, a força do povo do nosso estado, tanto deste povo empreendedor, como, ao mesmo tempo também, deste povo solidário, humano e sempre pronto para ajudar, para trabalhar em favor do bem comum.

Portanto, o objetivo dessa distinção, dessa certificação de responsabilidade social é justamente abrir uma oportunidade para as organizações apresentarem, mostrarem o trabalho que realizam e que através do balanço social fica evidenciado.

Então, elas se habilitam para receber essa certificação porque nas suas ações promovem o bem-estar da sociedade internamente e no seu entorno, e também o compromisso ambiental.

Em várias oportunidades já nos manifestamos nesta Casa sobre esse importante trabalho que foi feito no decorrer deste ano por todas essas entidades parceiras. Além da Assembleia Legislativa, aqui já foram também homenageadas entidades como o Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina; o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência; a Federação das Indústrias de Santa Catarina; a Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina; a Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina; o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina; e o Observatório Social de Florianópolis. A partir dessas entidades parceiras foi constituída uma comissão mista de trabalho.

Se fôssemos citar todos os nomes seríamos injustos porque poderíamos realmente esquecer algum. Mas cito Raquel de Cássia Souza Souto, pelo CRC/SC, e Neroci da Silva Raupp, pela Assembleia Legislativa.

Distingo esses dois nomes para representar toda a comissão mista, que foi incansável no decorrer de todo este ano, realizando *workshops* em várias regiões do estado, além de todo o trabalho de avaliação e análise de todas as empresas e entidades que se apresentaram para essa seleção, feito internamente. Usaram critérios que foram baseados nos seus balanços sociais, e consideraram diversos itens, como a participação dos empregados nos resultados econômicos; possibilidades de desenvolvimento oferecido; o nível de interação com a comunidade; o cuidado com o meio ambiente. E esses são requisitos que estão na própria lei que estabeleceu a certificação.

Gostaria, mais uma vez, de destacar a importância do trabalho que essas entidades realizam. Poderia até fazer uma citação, se me permitirem, em nome da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itajaí e também da Comissão do Bem-Estar do Menor de Itajaí - Combemi -, que são duas entidades sociais de Itajaí que representam todas as outras que foram distinguidas pela certificação, dentre elas a Cooperativa de Trabalho Médico Unimed Litoral, também de Itajaí. E ao citá-las, faço referência a todas as instituições que foram homenageadas.

Na verdade, em várias oportunidades já dissemos que, na moderna administração, hoje, seja uma microempresa, uma empresa maior ou qualquer entidade, o mais importante é ter o caráter da responsabilidade social, porque nenhum empreendimento será 100% se os seus funcionários forem apenas 50%.

Então, quando a Assembleia Legislativa está homenageando com essa distinção as empresas e as entidades sociais catarinenses, ela está homenageando o espírito empreendedor do nosso povo e, ao mesmo tempo, esse detalhe de que, além dos projetos, além dos objetivos diversos que podemos ter, o mais importante é a essência humana, a essência social e também o compromisso com o meio ambiente.

Essa é a primeira edição e tenho certeza de que vai tornar-se, a partir de agora, no nosso estado, uma referência importante todos os anos, para que a nossa Assembleia Legislativa possa homenagear as empresas e as entidades por esse importante trabalho que é realizado.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o sr. Wilfredo Brillinger, presidente da empresa Prosul-Projetos Supervisão e Planejamento Ltda., uma das cinco empresas distinguidas com o certificado e também o Troféu Responsabilidade Social.

O SR. WILFREDO BRILLINGER - (Passa a ler.)

Senhoras e senhoas, boa-noite!

"Inicialmente, gostaria de cumprimentar o presidente da Assembleia Legislativa, o excelentíssimo deputado Gelson Merisio e, em seu nome, saudar os demais membros da mesa e as autoridades aqui presentes.

Gostaria de agradecer a homenagem à comissão organizadora do evento, aos srs. deputados e a todo corpo funcional da Assembleia Legislativa.

É uma grande honra e responsabilidade estar representando todas as entidades e empresas certificadas, bem como as empresas premiadas, principalmente neste Ano

Internacional das Florestas, no qual temas como a globalização, mudanças climáticas, automação, informatização, desenvolvimento sustentável, crise do sistema financeiro mundial, entre outros, já fazem parte do nosso cotidiano.

Todas essas questões estão relacionadas com a sociedade e o meio ambiente, mas também afetam o funcionamento das empresas, das instituições públicas e das entidades, pois devemos desenvolver mecanismos eficazes de modo a assegurar o desenvolvimento com sustentabilidade.

As ações de responsabilidade social começaram a ser debatidas já na década de 50, nos Estados Unidos e na Europa, mas somente nos anos 70 deixaram de ser vistas apenas como atividades filantrópicas e passaram a ser percebidas como fator de desenvolvimento social, crescimento e consolidação das organizações.

Nesta mesma década, com a realização, em 1973, em Estocolmo, da 1ª Conferência Mundial do Meio Ambiente, começamos a tomar consciência dos limites finitos da nossa casa comum, o planeta Terra, e também dos transtornos que podemos causar à vida, particularmente das futuras gerações, em todos os países e independentemente de classe social.

Sabemos que a responsabilidade social trata dos deveres e obrigações dos indivíduos e das organizações, para com uma sociedade em equilíbrio com as esferas sociais, ambientais e econômicas. Que a responsabilidade social envolve uma ética de gestão e transparência, visando à justiça social e à sustentabilidade ambiental, em diálogo com a sociedade e buscando atender ao interesse comum.

Reafirmamos, no entanto, a importância do equilíbrio entre essa prática e o nosso potencial competitivo, capacidade de inovação tecnológica e compromisso com os resultados.

As empresas e entidades em nosso país são, antes de tudo, sobreviventes. E sobreviver e crescer é o nosso primeiro compromisso. E isso é muito difícil.

As organizações aqui presentes, empresas e entidades, decidiram direta ou indiretamente contribuir para uma sociedade melhor e para um ambiente equilibrado, o que é um passo muito importante. Não é o tamanho da empresa ou entidade que mede o seu comprometimento com a sociedade e o meio ambiente, mas o seu compromisso de participar ativamente da construção de um mundo possível e melhor.

No país, especialmente em Santa Catarina, as empresas e entidades vêm demonstrando compromisso em termos de responsabilidade social, na busca da profissionalização e de estratégias para inclusão social. E são ações como a certificação organizada pela Comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina que registram esse compromisso e também contribuem para o progresso.

Hoje estamos voltados para o desenvolvimento sustentável e planejamos os nossos negócios buscando assegurar os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, pois acreditamos estar inseridos em um sistema econômico aberto e solidário. O nosso comprometimento com a responsabilidade social é o desenvolvimento de atividades que estimulem a melhoria contínua interna e externa e que promovam o equilíbrio

entre a sociedade, o meio ambiente e as nossas expectativas.

Queremos dizer que iniciamos uma caminhada sem volta e que os resultados demonstram que estamos no caminho certo. Precisamos, sim, de muita conscientização, mas temos certeza de que responsabilidade social é plural.

Finalizando, deixarei um pensamento de Martin Luther King:

"Se soubesse que o mundo se desintegraria amanhã, ainda assim plantaria a minha macieira.

O que me assusta não é a violência de poucos, mas a omissão de muitos.

Temos aprendido a voar como os pássaros, a nadar como os peixes, mas não aprendemos a sensível arte de viver como irmãos."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Os cumprimentos desta Presidência aos deputados que conosco participam desta sessão.

Permitam, em nome do sr. Péricles Pereira Druck, do sr. Wilfredo Brillinger, do sr. Edson Silva, do sr. Gilmar Jaeger e da sra. Marlise Alves Silva Teixeira, cumprimentar todas as empresas e entidades hoje certificadas.

Quero também, em nome do servidor Neroci da Silva Raupp e das servidoras Heloísa Mara Lisboa Vieira e Maria Luiza da Silva Dalbosco, cumprimentar todos os servidores desta Casa que, juntamente com os parceiros, construíram um processo absolutamente transparente e condizente com a efetiva ação de cada empresa, de cada entidade, em meio aos agentes sociais que interagiram.

Permitam-me também destacar, na pessoa do sr. Leandro Melin Passoni, diretor do Observatório Social de Florianópolis; do sr. Hermes Tomedi, superintendente da Federação das Indústrias do estado e que aqui representa a Fiesc; do prezado amigo Sérgio Faraco, presidente do Conselho Regional de Contabilidade; do sr. Fábio Braga, diretor da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas, representando a Fampesc; do sr. Marcos Arzua, diretor-executivo da Federação do Comércio de Santa Catarina, representando a Fecomércio; do sr. José Mauro Junglhaus, secretário-adjunto de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação; do sr. Laércio Ventura, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - Conede; e do sr. Januário Raimundo Serpa Filho, coordenador regional do Sebrae da Grande Florianópolis, representando o Sebrae, agradecer, de uma forma muito efetiva e sincera, em nome de todos os 40 deputados, a parceria no sentido de construirmos o dia de hoje que se redobra de importância pela justa homenagem que se presta àquelas empresas e instituições que aqui estiveram e que, muito mais do isso, servem como um parâmetro para tantas outras que nos acompanham pela TVAL e que terão pela imprensa amanhã os registros das premiações que aqui foram feitas, servindo de incentivo e de alento para que no próximo ano tenhamos tantas outras participando, tenhamos tantas outras com o intuito, efetivamente, de prestar um serviço social.

A empresa é muito mais do que algo que visa apenas a gerar negócios e riquezas. Ela gera empregos, mas, mais do que isso, gera paz social e oportunidade de todos poderem sonhar com dias melhores para suas famílias.

Quanto maior for a interação dos grupos econômicos, sejam eles grandes ou pequenos, e das entidades, através do trabalho voluntário, melhor será a qualidade de vida, especialmente daquelas pessoas mais pobres e carentes, que, por isso mesmo, precisam de um trabalho social integrado entre o poder público e a sociedade civil organizada.

Em nome da Assembleia Legislativa, os nossos sinceros agradecimentos e o desejo

também sincero de que no próximo ano todos aqueles que aqui estiveram hoje retornem para novamente receber essa certificação. E que muitos outros que nos estão acompanhando pela nossa TVAL possam estar também conosco comemorando o bom trabalho prestado por Santa Catarina e pelo nosso país! (Palmas)

Convidamos todos para, de pé, ouvirem a interpretação do Hino de Santa

Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário. Está encerrada a sessão.

ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Critica o Executivo municipal de Joinville.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Destaca a audiência pública da comissão dos Transportes.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Comunica visita à Vinícola Villaggio Grando, de Água Doce.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença do deputado estadual do Mato Grosso Sul, Laerte Tetila.

Partidos Políticos

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Reporta-se à avaliação feita pelo ministério da Saúde com relação à luta contra o HIV.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Defende o ensino técnico profissionalizante.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (pela ordem) - Registra convite da comissão de Saúde para uma audiência pública em Joinville.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Analisa a questão da distribuição dos royalties do petróleo, especificamente da questão do pré-sal.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Solidariza-se com o deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença de suplente de vereador de Criciúma.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Parabeniza o governador pelas obras na área da Educação.

Explicação Pessoal.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comunica chegada do PL que concede anistia aos policiais e bombeiros militares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses que estão neste plenário.

Antes de iniciar a minha fala, quero fazer um registro especial da presença neste Parlamento do sr. Flávio Berté, secretário do Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira, que daqui a pouco vai participar de uma audiência do Parlasul. O secretário tem realizado um papel muito especial naquela região de fronteira, fazendo a integração entre o Brasil e a Argentina, nos estados de Misiones, Santa Catarina e Paraná. Flávio Berté tem uma forma muito interessante de trabalhar, sr. presidente, e sei porque convivi com ele durante dois dias, ocasião em que pude presenciar isso.

Então, seja bem-vindo à Casa Legislativa, secretário Flávio Berté. Parabéns pelo seu trabalho realizado. Inclusive, na semana passada, realizamos uma audiência pública para tratar de assuntos da fronteira entre o Brasil e a Argentina, entre os estados de Santa Catarina e de Misiones, que têm similaridades, que são parecidos.

Quero falar sobre dois assuntos. O primeiro, sr. presidente, é que estou vendo algumas ações com relação ao meu município, Joinville, que estão-me deixando muito preocupado.

O governador Raimundo Colombo esteve em Joinville e assinou várias liberações de recursos. Ontem, estava checando algumas dessas liberações e vi que apenas no Badesc o governador autorizou a liberação de R\$ 10,6 milhões, num contrato com a prefeitura. Esse dinheiro serviria para asfaltar 21 ruas, e o pedido foi feito pela prefeitura de Joinville.

A prefeitura entrou em contato com o Badesc, elencou o número de ruas, o nome das ruas que precisariam ser asfaltadas, enviou para o banco, e o governador, juntamente com o presidente do Badesc, Nelson Santiago, foram a Joinville assinar o contrato com o prefeito Carlito Merss. Passados alguns dias, o prefeito reclamou que o dinheiro não havia sido liberado. Então, fui conversar com a diretoria do Badesc, que disse que das duas uma: ou a prefeitura estava devendo para o governo do

estado e por isso não possuiria CND ou não havia projeto pronto. E para minha surpresa não havia projeto!

Deputado Neodi Saretta, v.exa. que foi prefeito de Concórdia sabe que projeto de asfaltamento de rua é quase que o pãozinho d'água na padaria: é fácil de fazer e não pode faltar. Toda comunidade quer o benefício mais próximo possível dela, e o calçamento, o asfaltamento, é aquilo que está mais próximo da casa das pessoas.

Quando entrei em contato com a prefeitura de Joinville, quando reclamei e dei a resposta de que o dinheiro não havia sido liberado ainda, um recurso no valor de R\$ 10,6 milhões para a prefeitura asfaltar 21 ruas, porque não havia projeto, para minha surpresa, sr. presidente, o chefe de gabinete do prefeito, Eduardo Dalbosco, e o secretário de Infraestrutura, Ariel Pizzolatti, disseram que realmente não o fizeram porque não acreditavam, deputado José Nei Ascari, que o governo iria liberar esse dinheiro.

Isso é o cúmulo! É a mesma coisa que uma pessoa ir à padaria para comprar pão e o dono da padaria dizer que não mandou fazer os pães porque não sabia se os clientes iriam querer ou não. Também é a mesma coisa que uma pessoa chegar ao pronto-socorro e perguntar se há médico e o responsável dizer: "Olha, o médico não veio porque não sabia se você iria precisar ou não dele".

Uma prefeitura que pede recursos ao governo do estado para asfaltar ruas, dizer que não fez os projetos porque não acreditava que o governo iria liberar o dinheiro? Eu espero que eles apresentem os projetos, que tenham competência para isso. E o pior de tudo foi a resposta de que não fizeram o projeto porque estavam todos focados na ampliação do aeroporto de Joinville.

A prefeitura da terceira maior cidade do sul do Brasil, apenas perdendo para Curitiba e Porto Alegre, não ter condições de fazer dois projetos ao mesmo tempo? O que podemos falar sobre isso?

E o pior é que acompanhei o governador numa audiência com o prefeito, que disse a Raimundo Colombo que precisava comprar equipamentos para o Hospital São José. Então, o governador perguntou ao diretor do hospital o valor dos equipamentos, e ele respondeu que somavam R\$ 700 mil. São equipamentos para cirurgia, que é o grande problema hoje em Joinville. O governador disse ao secretário de Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, que estavam liberados os tais R\$ 700 mil para o Hospital São José. Liberados!

Ontem, entretanto, entrei em contato com a secretaria de Saúde para saber, deputado José Nei Ascari, se o hospital havia encaminhado toda a documentação necessária para receber os recursos, porque estamos encerrando o ano e aqueles municípios que não encaminharem os documentos não vão receber, pois o governo não terá mais condições de deliberar, e fiquei sabendo na secretaria de Saúde que se a prefeitura não encaminhar até amanhã os documentos para a compra desses equipamentos, os R\$ 700 mil serão perdidos. Mais um recurso que o governo do estado libera e que a prefeitura, por incompetência dos gestores, que não conseguem juntar os documentos, que não conseguem fazer os projetos, cumprir o rito burocrático necessário, deixa de receber e, conseqüentemente, de beneficiar os munícipes.

Fico extremamente decepcionado quando vejo o governo do estado tentando suprir as necessidades da região e da cidade de Joinville, que é a maior cidade de Santa Catarina, e a prefeitura, que é a responsável por fazer isso, sem competência de mandar para Florianópolis os documentos. E quando manda, manda incompletos.

Que incompetência! Que falta de respeito para com os joinvilenses, que esperam do governo soluções e parcerias.

A prefeitura de Joinville sequer tem condições de apresentar alguns documentos. Parece que a fórmula do governo Carlito Merss em Joinville é aquela de ser amiguinho. Lembra-me de quando o ex-presidente Lula esteve em nosso estado e, ao fazer a travessia de Itajaí para Navegantes, perguntou ao prefeito Carlito Merss: "Prefeito, o que vocês estão precisando em Joinville?" E o prefeito respondeu: "Estamos precisando de umas pontezinhas". O presidente da República pergunta ao prefeito de um município, do mesmo partido, do que ele está precisando e ele diz que está precisando de umas pontezinhas? É impressionante a forma pequena como vem sendo tratada a cidade de Joinville. E os resultados estão aí.

O prefeito Carlito Merss apresenta uma grande rejeição e desaprovação da população daquele município por conta da sua incompetência, que está causando grandes prejuízos àquela cidade, ao seu desenvolvimento e à vida do cidadão.

Vamos melhorar, prefeito Carlito Merss, ou peça para sair!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Bom-dia, sr. presidente, gostaria de saudar a todos que nos acompanham, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL.

Quero aproveitar este momento, muito breve, para dizer que estou preparando um material sobre todo o trabalho do nosso prefeito Carlito Merss, que será apresentado na semana que vem, pois estou convencido que naquela cidade nunca houve tanto investimento e tanta melhoria da qualidade de vida do povo catarinense.

Vou trazer essas informações na semana que vem porque não as tenho hoje. Mas já fui várias vezes àquela cidade. No ano que vem teremos eleições e com elas também

as avaliações dos trabalhos de outras lideranças, quando, então, vamos ter a avaliação da nossa administração municipal de Joinville.

É verdade que tivemos dificuldade e reconhecemos isso, mas Joinville, com certeza, começa a se orgulhar porque estão aparecendo os trabalhos feitos pela administração. No primeiro período foi difícil porque a gestão passada não deixou projetos prontos, mas agora a prefeitura tem condições de executar as grandes obras. O destaque na cidade nesses últimos dias foi a inauguração de um parque, que deixou os joinvilenses muito satisfeitos. Mas gostaria de conversar sobre isso na semana que vem e mostrar o trabalho do nosso prefeito Carlito Merss.

Quero, rapidamente, falar sobre algumas atividades, eventos, que realizamos durante o final de semana passado. E quero destacar a grande audiência pública que realizamos através da comissão dos Transportes. Infelizmente o presidente, deputado Valmir Comin, não pode estar presente em Rio do Campo, na quinta-feira à noite. Estiveram presentes deputados, o secretário regional de Taió e muitos prefeitos. Foi uma surpresa positiva a grande participação dos prefeitos e da população, pois perto de 500 pessoas estiveram naquela audiência pública. E quero agradecer a presença dos deputados Aldo Schneider e Jorge Teixeira.

Essa participação da sociedade, das lideranças, de fato demonstra o limite em que está a população daquela região. Há duas situações extremamente difíceis e complicadas. A primeira refere-se à rodovia que liga Rio do Campo a Taió. A metade daquele trajeto, porque uma parte dele foi recuperado, está um caos. Há trajetos da rodovia com cascalhos. E isso é extremamente perigoso. Você sai do asfalto em uma curva e dá de frente com uma estrada cascalhada. É lamentável. E por isso mesmo a sociedade e os prefeitos estavam lá cobrando pesado.

A segunda obra cobrada foi a ligação da região do vale norte, e são vários municípios, com o planalto norte. Para se ter uma ideia, esse trajeto de 42km ligaria a região toda ao planalto norte e facilitaria a vida das pessoas que quisessem vir para o litoral, ir para Curitiba - inclusive são 210km dali até Curitiba. Então, trata-se de uma estrada extremamente necessária. Estiveram lá representantes de empresas de frango, de suínos, que estão esperando essa obra, porque hoje está muito difícil o transporte na região. E, como dizia lá, é uma região sem saída, com apenas uma entrada. Então, há esse apelo da comunidade regional, das lideranças.

Falaram que o próprio governador teria anunciado na região que esse trajeto que liga Santa Terezinha ao planalto norte e à BR-116 estaria no BID VI. E a informação que o secretário regional passou foi que essa rodovia não está incluída no BID VI. Então, vamos fazer um trabalho nesse sentido. Estamos pedindo uma audiência com o secretário Cobalchini para discutir essas duas obras na região: a agilidade na recuperação dessa rodovia que liga Rio do Campo a Taió e o novo asfalto. A indústria e o comércio da região têm esse apelo da ligação asfáltica do vale norte ao planalto norte catarinense.

Foi uma audiência extraordinária e redigiu-se um documento oficial com os apelos, os pedidos. Estavam lá representados o Ministério Público, as igrejas, os movimentos sociais, o sindicato dos agricultores, enfim, toda a sociedade, pedindo à comissão dos

Transportes para ajudá-los nessa luta, nesse desafio de melhorar a condição e a qualidade do transporte daquela população.

Em segundo lugar, há a questão do grupo, que ficou acertada numa audiência extremamente representativa com o governador Raimundo Colombo, para tratar do fim da terceirização da alimentação escolar do estado. O governador nessa reunião assumiu o compromisso de que vai encaminhar o fim da terceirização da alimentação escolar. E criou um grupo de trabalho.

Agora, sr. presidente, precisamos do apoio desta Casa. E conversarmos com o governador para reunir essa comissão o mais rápido possível. Tinha sido marcada uma reunião, mas foi suspensa, com um grupo de trabalho criado para justamente debater a nova proposta de gestão pública da alimentação escolar em Santa Catarina.

Então, estamos fazendo esse pedido porque o ano está chegando ao seu final. Temos pouco tempo, uma vez que o governador assumiu o compromisso de que, já no início do ano, em fevereiro, teríamos se não tudo, mas em parte a gestão pública da alimentação escolar de Santa Catarina.

Então, faço um pedido ao governador Raimundo Colombo para que encaminhe essa nova perspectiva, que é um pedido principalmente das organizações da Agricultura Familiar, do Conselho Estadual da Segurança Alimentar, do Conselho Estadual de Alimentação Escolar, do conjunto das entidades dos agricultores, de grande parte dos alunos, com certeza, e de todos que conhecem o que é gestão pública da alimentação escolar.

Faço esse registro para que o governador reúna o mais rápido possível essa comissão para podermos começar o trabalho da nova proposta em gestão da alimentação escolar do nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - A Mesa recebeu o seguinte requerimento:

(Passa a ler.)

"A deputada e os deputados que este subscrevem, vem perante Vossa Excelência requerer a cessão da palavra, na sessão plenária do dia 01 de dezembro de 2011, no horário de Explicação Pessoal, para o professor Almir Alves Júnior e as alunas Mariana Nunes Alves e Maria Eduarda dos Santos, da Escola E.B. Profª Maria Amélia Cardoso, localizada na Fazenda da Armação, no município de Governador Celso Ramos, para se manifestarem sobre a municipalização da referida escola."

Esta Presidência defere o requerimento e após a Ordem do Dia passaremos a palavra às pessoas a que nos referimos.

O referido requerimento foi subscrito pela líder da bancada do PCdoB, deputada Angela Albino, com a aquiescência dos srs. deputados líderes das demais bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, por até dez minutos, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, com muito orgulho, como catarinense de coração e agora também, por determinação legal, filho de Santa Catarina, quero mais uma

vez registrar, nesta Casa, um evento que orgulha nosso estado pelo tamanho dos investimentos que essa entidade faz. Trata-se de um grupo de abnegados produtores de uvas e, conseqüentemente, dos seus produtos derivados: vinhos, sucos, licores e espumantes.

Estivemos, no dia 25 de novembro, na Vinícola Villagio Grando, do município de Água Doce, divisa com Caçador, para a posse da nova diretoria da Acavitis - a Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude.

Farei a nominata da diretoria, gestão 2009/2011, para que fique registrado o que eles fizeram em benefício da Acavitis, que mantêm 26 associados produzindo vinhos de primeiro mundo, com viníferas de primeira qualidade produzidas nos vinhedos de altitude, acima de 900m até 1.300m.

Portanto, a diretoria 2009/2011 foi presidida pelo nosso amigo produtor, empresário José Eduardo Piolli Bassetti, tendo como vice o sr. Walter Krans, diretor financeiro, Saul Bianco, diretor de marketing, Acari Amorim, diretor executivo, Cezar Martorano, diretor financeiro, Leônidas Ferraz, diretor regional da região de Caçador, Maurício Grando, diretor regional de Campos Novos, Bruno Pizani, e diretor da região de São Joaquim, João Carlos de Freitas.

A nova diretoria, que assumiu no dia 25 e terá a sua gestão até 2013, ficou assim constituída: presidência, sr. Leônidas Corrêa Ferraz; diretor administrativo e vice-presidente, Bruno Pizani; diretor financeiro, Telmo Palma Souza; diretor de comunicação e marketing, Acari Amorim; diretor técnico, Saul Bianco; diretor regional de São Joaquim, Alceu Ranzi; diretor regional de Campos Novos, Dari Scaraboto; e diretor regional de Caçador, Guilherme Grando.

O conselho fiscal ficou constituído, no efetivo, por Marcus Zilli, Humberto Brighenti e João Rogério Campos. E os seus suplentes são: Claudir de Nardi, Marco Bassetti e José Itamar Boneti.

Srs. deputados, faço esse registro porque, por várias vezes, verificamos o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Acavitis e tivemos também a honra de apresentar um projeto de lei denominando de utilidade pública essa entidade que não tem fins lucrativos e faz a parte logística, a divulgação e a promoção dos produtos de Santa Catarina.

Os vinhos, tanto os de mesa, da região do vale do rio do Peixe, de Urussanga, sobressaem e competem em termos nacionais e internacionais, pois são vinhos de altitude. Os vinhos da região de São Joaquim, de Campos Novos, de Caçador, hoje, têm-se destacado através dos 26 produtores abnegados. Todos estão envolvidos num processo cada vez mais aprimorado. Os seus técnicos, agrônomos, enólogos e até cientistas estudam com muito carinho as viníferas mais apropriadas para essas três regiões que já denominamos. Mas o que nos orgulha é ver esse produto competindo nos grandes centros como São Paulo, Brasília e sendo premiado em nível nacional e internacional.

Isso ocorreu em São Paulo, onde participamos de uma amostra de vinhos de todos os países produtores. Tivemos a felicidade de apresentar os nossos vinhos e vê-los premiados mundialmente, nas mais diversas cantinas, nas mais diversas vinícolas.

Por isso, mais uma vez, registro que Santa Catarina possui hoje um potencial para concorrer com os vinhos importados. Tenho todo respeito aos vinhos importados, mas sabemos da qualidade dos vinhos, da imensa variedade de vinhos que são vendidos nos nossos supermercados. Precisamos mostrar que Santa Catarina é um grande e bom produtor de vinho de altitude, que produz vinhos de qualidade, espumantes de qualidade, vinhos licorosos que competem com vinhos do Porto.

Além da Acavitis foi criado um apêndice, a Coopervit, que é uma cooperativa que faz a comercialização e já possui 16 adeptos. Foi criada pela assembleia da Acavitis e faz desde a compra de insumos até a venda dos vinhos. Se bem que todo associado pode fazer a sua venda direta. O importante é que temos uma cooperativa.

O associativismo hoje está sendo utilizado no mundo inteiro, porque no processo de globalização a competição está cada vez mais acirrada. Assim, precisamos também nos preparar para competir com os vinhos que adentram no Brasil e em Santa Catarina.

Parabenizo a diretoria comandada pelo Marco Bassetti e sua equipe, da gestão 2009/2011, que muito bem conduziu os trabalhos, tanto é que alguns membros fazem parte da nova diretoria.

Quero desejar ao nosso amigo Leônidas Corrêa Ferraz e à sua diretoria êxito. Temos certeza do sucesso, da continuidade do trabalho em benefício dos produtores. Sei que irão oferecer cada vez mais um melhor produto aos amantes do vinho, não aos beberrões de vinho, porque o vinho deve ser degustado, o vinho é um alimento, o vinho de boa qualidade dá prazer de beber.

Por isso, devemos cada vez mais prestigiar o que é nosso. Não sou contra os vinhos importados, tanto de outros estados como de outros países, mas queremos valorizar o nosso produto que é de primeira qualidade.

Então, parabenizo as duas diretorias, os produtores, os funcionários das vinícolas e os consumidores que sabem apreciar um vinho de boa origem e de qualidade fantástica, como são os vinhos de altitude de Santa Catarina.

Encerrando, cumprimentamos os demais 39 deputados e deputadas por participarem sempre quando nos manifestamos no sentido de mostrar ao mundo que Santa Catarina já produz bons vinhos de altitude.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, do deputado estadual do Mato Grosso Sul, Laerte Tetila, nosso amigo, que nos está visitando e que chegou aqui para participar da reunião do Parlasul, na manhã de hoje.

Iremos também participar, em nome da Frente Parlamentar das Ferrovias do estado e da Frente nacional, da reunião do Circo Social del Sur, que é a zona de integração centroamericana, em Florianópolis, no mês de fevereiro. E vamos falar nessa reunião, hoje, sobre essa questão das ferrovias e da reunião dos governadores no mês de fevereiro.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Seja bem-vindo a esta Casa, colega deputado mato-grossense.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, também quero saudar o deputado do Mato Grosso do Sul, nosso companheiro de bancada, Laerte Tetila. Seja bem-vindo a esta Casa para a reunião do Parlasul.

Hoje, dia 1º de dezembro, é o Dia Mundial de Luta contra a Aids no mundo, no Brasil, em Santa Catarina. Em cada uma das nossas cidades, com certeza, serão desencadeadas inúmeras atividades, manifestações de toda sorte, para lembrar esse dia que é de reflexão, de luta contra a Aids, que na verdade se constitui numa verdadeira epidemia, como se fosse um flagelo que contaminou todo o mundo. Mas graças a esforços conjugados em nosso país e em outros países, inclusive com a participação da Organização das Nações Unidas e também da Organização Mundial de Saúde, estamos conquistando avanços e algum controle dessa doença em todo o mundo.

Eu gostaria de relatar aqui, nesse sentido, alguns dados de uma avaliação feita pelo próprio ministério da Saúde.

(Passa a ler.)

"Luta contra o HIV

SUS mantém epidemia de Aids estabilizada no Brasil

Boletim epidemiológico divulgado nesta segunda-feira (28) registra prevalência de 0,6% da doença em 2010

O investimento do Sistema Único de Saúde na prevenção e na ampliação da testagem e do acesso ao tratamento antirretroviral, além da capacitação dos profissionais de saúde, mantém sob controle a epidemia de Aids no Brasil. De acordo com o Boletim Epidemiológico Aids/DST 2011, divulgado nesta segunda-feira (28) pelo ministério da Saúde, a prevalência (estimativa de pessoas infectadas pelo HIV) da doença permanece estável em cerca de 0,6% da população, enquanto a incidência (novos casos notificados) teve leve redução de 18,8/100 mil habitante, em 2009, para 17,9/100 mil habitantes, em 2010".

Esse boletim epidemiológico do ministério da Saúde prossegue:

(Continua lendo.)

"O Brasil segue a tendência mundial de redução de casos de óbitos ao longo dos anos. As pessoas estão vivendo mais e melhor com a doença, graças ao acesso aos medicamentos", afirmou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Ele reforçou que o ministério da Saúde está investindo na expansão da testagem rápida para garantir que o diagnóstico seja o mais possível, com ações do Fique Sabendo.

"Quanto mais cedo o vírus é descoberto, mais cedo tem início o tratamento, proporcionando qualidade de vida para quem vive com a doença", destaca.

Em alguns grupos, o avanço no combate à epidemia é mais marcante. Entre os menos de cinco anos de idade, casos relacionados à transmissão vertical, ou seja, da mãe para o bebê, durante a gravidez, o parto ou

pelo leite materno, a taxa de incidência (número de casos por 100 mil habitantes), caiu 41%, de 1998 a 2011. 'A redução vertical, mesmo num período curto, já demonstrou um impacto positivo da ampliação do acesso das mulheres ao diagnóstico no pré-natal', destacou Jarbas Barbosa, secretário da Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Em relação à taxa de mortalidade, o boletim também sinaliza queda. Em 12 anos, a taxa de incidência baixou de 7,6 para 6,6 a cada 100 mil pessoas. A queda foi de 17%. O boletim, no entanto, chama a atenção para públicos específicos, que têm tido comportamento diverso e ampliado o número de casos. Ao longo dos últimos 12 anos, a porcentagem de casos na população de 15 a 24 anos caiu. Já entre os *gays* a mesma faixa houve aumento de 10,1% entre os *gays* da mesma faixa. No ano passado, para cada 16 homossexuais dessa faixa etária vivendo com AIDS, havia 10 heterossexuais. Essa relação, em 1998, era de 12 para 10.

Na população de 15 a 24 anos, entre 1980 e 2011, foram diagnosticados 66.698 casos de AIDS, sendo 38.045 no sexo masculino (57%) e 28.648 no sexo feminino (43%). O total equivale a 11% do total de casos de AIDS notificados no Brasil desde o início da epidemia ocorre entre jovens.

O quadro levou o ministério da Saúde a priorizar esse público na campanha do Dia Mundial de Luta Contra a Aids que acontece hoje, 1º de dezembro.

A campanha do Dia Mundial deste ano, por meio do *slogan* 'A Aids não tem preconceito, Previna-se', reforça a necessidade de se discutir questões relacionadas à vulnerabilidade à Aids entre jovens *gays* de 15 a 24 anos e entre pessoas vivendo com HIV/Aids. Também busca uma sociedade mais solidária, sem preconceito e tolerante à diversidade sexual."

Dentro deste panorama nacional, quero destacar o que o *Diário Catarinense* já mostra hoje sobre a situação no Brasil e em Santa Catarina, especialmente em nosso estado.

O nosso é o quarto estado em número de casos no Brasil, e Florianópolis é a segunda entre as capitais do país em número de casos. Temos também outra situação preocupante que deve continuar chamando a nossa atenção com relação à saúde pública do estado.

Sempre se tem como incidência o número de casos para cada 100 mil habitantes, para que se possa comparar as grandes, médias e pequenas cidades. Então, independentemente do tamanho da cidade ou do número da população, o que importa é que se considera o número de casos para 100 mil habitantes. Neste caso, temos, dentre 15 das primeiras cidades do Brasil, seis cidades catarinenses, entre elas Itajaí, Biguaçu, Florianópolis, São José, Criciúma e Balneário Camboriú.

E aqui tenho que fazer um destaque. Itajaí durante muitos anos esteve no topo das cidades brasileiras com a maior incidência de Aids do Brasil - uma pecha que nos atormentou durante muitos anos, porque é a minha cidade. Mas Itajaí, através de políticas muito bem implementadas na área de prevenção, de promoção de saúde, com programas muito específicos, na sua abrangência total, tornou-se uma cidade referência no Brasil e conseguiu passar para a 14ª cidade. Ainda há uma alta incidência, mas passou do 1º lugar no Brasil para o 14º lugar.

Entre essas medidas destaco uma delas que também resultou numa lei que este parlamentar ofereceu para o estado de Santa Catarina no ano de 98. Foi uma lei no meu primeiro mandato nesta Casa autorizando a redução de danos em Santa Catarina, quando o ministério da Saúde ainda não falava em redução de danos. Era tímida a política do ministério de Saúde em redução de danos para que entre os usuários de drogas se entregasse um *kit* de seringas, de agulhas, para que deixassem de se contaminar de forma alarmante. Uns achavam que era um absurdo, que incentivaríamos ainda mais o próprio uso de drogas, mas como se tratava de um preocupante problema de saúde pública, tínhamos que evitar, que introduzir uma política que pudesse promover a prevenção. E foi um programa extremamente importante que Santa Catarina se adiantou no Brasil. Hoje, é um dos dados mais relevantes para a contenção da Aids no nosso estado e em todo o Brasil.

Por isso quero destacar mais um fato, através da comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, de que de 13 a 15 de março do ano que vem estaremos realizando o II Simpósio Nacional sobre a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, tendo aqui entre nós a presença do dr. Luc Montagnier, virologista, médico francês, descobridor do vírus da Aids, que, em função de suas pesquisas, também foi o detentor do Prêmio Nobel de Medicina, em 2008. E teremos a honra de tê-lo entre nós no ano que vem, num evento patrocinado por esta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. REPRESENTANTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Com a desistência de representantes do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento na manhã de hoje.

Ontem, não estive aqui, neste Parlamento, porque acompanhei o secretário da Educação em alguns projetos fundamentais. Serão implementadas escolas de ensino médio e técnico na minha região, uma em Turvo e outra em Timbê, e no ano que vem outra no Morro Grande, enfim, várias escolas.

Eu entendo que Santa Catarina, quando da descentralização do governador Luiz Henrique, conseguiu viabilizar para o nosso estado empresas brasileiras, multinacionais, no valor de R\$ 17 bilhões de investimento no nosso estado, gerando emprego, gerando renda e qualidade de vida.

Porém, precisamos preparar o nosso jovem, qualificá-lo, para que não tenhamos que apenas carregar o piano, mas tocá-lo, dançando, com os outros carregando o piano. Porque quem não tem qualificação é quem ganha menos, é quem carrega o piano. Aqueles que fazem a festa são aqueles que ganham mais. E aí vêm de outros estados as pessoas qualificadas.

Essas escolas em Santa Catarina são de tempo integral, num convênio com o

MEC. Acho que isso ocorre em todo o país. Mas estamos aproveitando muito bem isso em nosso estado, para que o aluno do ensino médio já saia dali com uma profissão, a profissão que seja adequada à área da indústria, das empresas que temos na própria região. Acho que é um ganho real.

Então, cumprimento o secretário Marco Tebaldi por essa forma de agir.

Deputado Darci de Matos, o ensino técnico irá qualificar o aluno do ensino médio, no sentido de sair dali preparado para trabalhar.

Agora, não adianta trazermos esse investimento astronômico para cá, com empresas que se instalaram em razão do Prodec, do Pró-Emprego, se não qualificarmos a nossa mão de obra, pois o que é bom vem de fora e o que é braçal é de Santa Catarina.

Eu acho que vamos poder qualificar muita gente, muitos jovens em Santa Catarina. E temos que reconhecer quando as coisas são positivas, quando as coisas ultrapassam a fronteira da visão, do planejamento, da ideia. Eu acho que criar, dentro do ensino médio, a qualificação técnica é a mesma coisa que dizer aos alunos que depois que se formarem já terão uma profissão. Ele vai fazer curso superior, mas já terá como trabalhar em qualquer empresa qualificada, que oferece um salário mais adequado.

Então, temos que reconhecer quando as coisas estão corretas.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado Darci de Matos, ouço v.exa., que é da área e sabe quanto é importante neste momento, para Santa Catarina, o ensino técnico profissionalizante. Não precisa ser 100%, mas que seja 40%, 50%, e já estaremos avançando muito para mantermos as empresas todas que foram instaladas e estão sendo instaladas no nosso estado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Manoel Mota, já que v.exa. dispõe ainda de quase dez minutos, desejo fazer um aparte para tentar enriquecer o seu pronunciamento.

Quando v.exa. fala da importância da qualificação da mão de obra para Santa Catarina e, sobretudo, para o Brasil, v.exa. fala também dessa iniciativa da secretaria da Educação, através do governador Raimundo Colombo e do secretário Marco Antônio Tebaldi, que em parceria com o MEC... E aí temos que enaltecer o governo federal, porque ele tem tratado Santa Catarina com deferência. A presidente tem sido generosa com o nosso estado, tem tratado o governador com elegância e liberado recursos para Santa Catarina. Portanto, temos que fazer justiça.

Então, esse projeto que se vai iniciar a partir do ano que vem em 100 escolas, deputado José Milton Scheffer, é um projeto piloto do ensino integral vocacionado, que vai atender a 17 mil alunos inicialmente. Mas esse é o embrião para a escola do ensino integral em todos os níveis, que é a grande bandeira de todos nós. Porque se queremos melhorar o Brasil, se queremos melhorar a nossa sociedade, e queremos, precisamos investir na educação e buscar a escola em tempo integral.

Portanto, v.exa. tem razão. Há outros motivos, mas um dos motivos pelo qual a GM está-se instalando em Joinville, e vai construir a sua segunda fábrica naquele município - e a BMW está-se instalando em Araquari, portanto

na região de Joinville -, é exatamente pelo fato de que temos tecnologia de ponta, mão-de-obra qualificada. E esse é um diferencial fundamental que atrai as empresas e que melhora a qualidade de vida das pessoas.

O Brasil vive um bom momento no que diz respeito à qualificação da mão de obra. Por quê? Porque temos agora o Pronatec, um programa do governo federal; o governo do estado, com 16 Cedups, liberou verbas para construir mais três Cedups, deputado Manoel Mota, inclusive um no sul; temos também as escolas técnicas federais que, conforme a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula mandaram, estão sendo instaladas em Santa Catarina; e temos a possibilidade da criação de um fundo para o ensino técnico, para bolsa de estudo.

Quer dizer, vivemos o apagão de mão de obra no Brasil, com 1,5 milhão de vagas abertas por falta de qualificação de mão de obra.

Então, estamos no caminho certo e precisamos qualificar a mão de obra dos nossos jovens catarinenses.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer o aparte de v.exa. e incorporá-lo ao meu pronunciamento.

Gostaria de dizer que essa ideia do secretário da Educação, do governador do estado, Raimundo Colombo, e do vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, alcançará um grande objetivo no estado de Santa Catarina.

Eu trabalhei seis meses sem parar na Fazenda para trazer a CTA de Santa Cruz para Araranguá, e com isso foram criados mais de 1.500 empregos. Eu trabalhei um ano sem parar e hoje chegam a ser dois mil empregos diretos. Portanto, foi um ano de luta, e conseguimos levá-la para Araranguá. Logo em seguida, conseguimos levar a Philip Morris também para Araranguá.

Agora, o que está acontecendo? Não temos mão de obra de ponta para trabalhar nos setores qualificados. Então, o setor pesado fica com os trabalhadores da nossa cidade. É importante as empresas se instalarem lá, mas a mão de obra não qualificada vem da cidade e a mão de obra qualificada vem de outros estados vizinhos. Por isso, Santa Catarina tem que se preparar.

Agora que está definida a vinda da BMW, o governador pediu que o vice-governador fosse representá-lo na assinatura do protocolo na Alemanha. Assim, Eduardo Pinho Moreira e uma comissão estão na Alemanha assinando o protocolo. Chegou a se pensar o quanto seria importante que viesse para Imbituba, pois lá há o porto mais seguro de Santa Catarina, porque o calado é no mar. Mas daí, como não havia mão de obra qualificada, evidentemente que ganhou Joinville, São Francisco do Sul, aquela região que tem mão de obra qualificada. Então, o norte do estado acabou levando vantagem.

Agora, outras empresas de alta tecnologia estão indo para o sul. E aí, se não houver mão de obra qualificada, não vamos ter sucesso.

Com esse convênio entre o MEC e o estado de Santa Catarina serão implantadas, aproximadamente, 100 escolas com ensino médio e tempo integral. Serão nove horas dentro do colégio, e sairá de lá uma pessoa altamente preparada. E aqueles que são bons de bola poderão até se preparar lá, porque haverá o horário do esporte. Acho que isso é ganho real, e assim estamos avançando.

É preciso, sim, que Santa Catarina se prepare, porque as empresas que vieram no governo Luiz Henrique continuam vindo no governo de Raimundo Colombo e Eduardo Moreira. Somente agora estão vindo para cá duas grandes empresas, além de outras que já se instalaram.

Santa Catarina ocupou um espaço e, através deste Parlamento, aprovou o Prodec e o Pró-Emprego. Assim, deu condições para que as empresas se instalassem aqui e tivéssemos um ganho real. Hoje, o avanço do Porto de Itajaí, com empresas de qualidade indo para lá, aumentado a importação e exportação, é fruto do projeto que este Parlamento aprovou.

Então, vejam o quanto é importante estarmos alinhados para buscar aquilo que é fundamental para a sociedade, que é gerar emprego, renda e qualidade de vida para o povo de Santa Catarina.

Nós, que temos 29 anos de vida pública e seis mandatos neste Parlamento, estamos vendo, neste momento, que estamos construindo novos caminhos e dando oportunidade para novos trabalhadores em Santa Catarina. É preciso, sim, segurar a nossa gente catarinense aqui no estado. Temos que fazer com que a nossa gente não se desloque para outros estados, porque o nosso é um estado bonito, turístico, de gente trabalhadora. Santa Catarina é um estado que orgulha a todos nós, e isso também é um diferencial.

Nós, como parlamentares, ficamos orgulhosos e honrados de poder vir aqui fazer um relatório e dizer que Santa Catarina está andando a passos largos; que Santa Catarina está melhorando a qualidade de vida do seu povo; que Santa Catarina não perdeu mais as pessoas dos pequenos municípios para os grandes municípios, atrás de oportunidades de trabalho. Assim, podemos manter a população em cada município para construir qualidade de vida na sua região.

Então, é com esse espírito que quero aqui, sr. presidente, deixar escrito que o Parlamento foi fundamental...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Queria deixar um convite da comissão de Saúde, uma vez que hoje teremos uma audiência pública em Joinville, em conjunto com a comissão de Saúde da Câmara de Vereadores desse município, sobre o Hospital Hans Dieter Schimidt.

Então, quero deixar o convite aos srs. deputados da região, e também a todos os demais parlamentares, para essa audiência pública.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado Volnei Morastoni.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência do representante do PTB, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Reno Caramori, que preside esta sessão, sras. deputadas e srs. deputados, queremos nos somar ao depoimento do deputado Manoel Mota referente à conquista de duas novas escolas nas cidades do vale do Araranguá, mais especificamente em Turvo e em Timbé do Sul, escolas essas que vão, sem dúvida nenhuma, preparar mais o sul catarinense e a nossa geração do futuro.

Acreditamos que devemos investir na educação integral e modificar também a maneira de se fazer educação no estado e no país, através da educação profissionalizante, preparando os nossos jovens para a vida. Não adianta apenas transferir conhecimentos, e alguns até sem fundamentos. É preciso também modificar a grade curricular, a maneira de se fazer educação neste país: educação financeira, educação ambiental. Preparar o jovem para o trabalho é, sem dúvida nenhuma, uma ótima maneira de se investir na nossa juventude e no futuro do nosso país.

Por isso, quero cumprimentar o governador Raimundo Colombo e também o governo federal por essa parceria que, sem dúvida nenhuma, trará grandes benefícios para todos os catarinenses.

Mas gostaria, nesta manhã de hoje, de chamar também a atenção dos catarinenses e dos parlamentares desta Casa para a questão da distribuição dos *royalties* do petróleo, especificamente da questão do pré-sal.

Este ano já chamamos a atenção desta tribuna também, e nesse momento tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que visa criar um regramento para a distribuição desses recursos.

Nós estamos falando de um fundo de mais de R\$ 90 bilhões através da exploração da plataforma continental da retirada do petróleo do pré-sal. É um regramento que precisa ser discutido agora, que precisa ser enfrentado pela sociedade catarinense e também pela sociedade brasileira, porque vai, sem dúvida nenhuma, modificar a vida de muitos brasileiros. Além das riquezas, os *royalties* poderão modificar a história socioeconômica de muitos estados brasileiros.

É justo que esse bolo todo de recursos seja distribuído de maneira igualitária para todo o cidadão brasileiro. Está na nossa Constituição que os recursos minerais da plataforma continental pertencem à união, ao Brasil, e não a nenhum estado e a nenhum município em particular.

Ninguém aqui vai prejudicar as conquistas já feitas pelos municípios e estados brasileiros. O que queremos é encontrar uma equação capaz de utilizar os *royalties* de petróleo para modificar os índices de desenvolvimento social de muitos municípios e estados do Brasil.

Por isso, queremos manifestar aqui o nosso apoio a todo manifesto feito pela Federação Catarinense dos Municípios, a Fecam, recentemente em Brasília e agora também em Santa Catarina, pedindo o apoio para a proposta da Frente Parlamentar do Pré-sal que tem todo um mecanismo de destituição

dos recursos do pré-sal com relação a beneficiar Santa Catarina.

Há em jogo alguns milhões de reais para os municípios catarinenses e também para o estado de Santa Catarina. Se for votada a proposta da Frente Parlamentar do Pré-sal, os municípios catarinenses poderão ter acrescidos de R\$ 54 milhões por ano para R\$ 131 milhões. Esse é um ganho de mais de R\$ 60 milhões por ano nas nossas cidades catarinenses. E como Santa Catarina vai passar a receber mais, terá mais recursos para atender as políticas públicas seja de saúde, seja de desenvolvimento econômico e social do nosso estado.

Por isso, é preciso que esta Casa esteja consciente no sentido de fazer valer a nossa vontade. Nós, que há anos lutamos com o estado do Paraná discutindo a questão da localização de algumas plataformas de petróleo que estão em alto mar catarinense, agora temos a oportunidade de multiplicar, por algumas vezes, os valores arrecadados com essas plataformas, através da distribuição dos *royalties* do pré-sal.

É preciso sensibilizar o Congresso Nacional e o governo federal para que todos os brasileiros possam ter acesso aos benefícios dos *royalties* do petróleo. É justo utilizarmos esses recursos para fazer realmente uma política social de igualdade em todo o país.

Todos os prefeitos catarinenses estão apoiando a proposta da Frente Parlamentar do Pré-sal para que, através disso, as nossas cidades possam ter acesso a mais recursos, o que é justo, já que esses benefícios estão em alto mar. E cabe aí às Forças Armadas proteger essas fontes e não aos estados e municípios, e garantir para o Brasil essa exploração. Cabe também às empresas que estiverem explorando o petróleo garantir a proteção ambiental.

Por isso, todos os argumentos para que esses recursos continuem apenas no estado do Rio de Janeiro e também no Espírito Santo - e prejudicando toda uma federação - não são sólidos, e por isso a nossa manifestação de apoio à campanha que está sendo liderada pela Fecam - Federação Nacional dos Municípios - no sentido de que possamos beneficiar não somente os catarinenses, mas todos os estados de Santa Catarina.

Não podemos deixar virar este ano com mais essa promessa sem ser cumprida. Estamos na reta final e precisamos que essas questões sejam decididas ainda este ano pelo Congresso Nacional para que possamos, no ano que vem, começar a planejar outras ações.

Por isso, gostaria de pedir o apoio desta Casa para pressionar o Congresso Nacional para que vote, de uma vez por todas, o projeto de lei que traz um regramento para a distribuição das riquezas geradas pelo petróleo e que pertencem ao Brasil e não a poucos estados.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado José Milton Scheffer, estou acompanhando atentamente o seu pronunciamento.

De fato o pré-sal é uma grande riqueza que o país tem. O que esperamos para o presente e para o futuro é que essa riqueza seja efetivamente aplicada de forma equânime

no Brasil para combater as desigualdades e as injustiças para que o país possa se desenvolver em todos os aspectos.

Temos ainda muito que avançar nas áreas da saúde e da educação para haver as transformações que o país quer, e acho que o pré-sal pode contribuir para isso. O Congresso Nacional tem que analisar isso com tranquilidade para poder aprovar uma lei que, efetivamente, beneficie o conjunto do povo brasileiro.

Está de parabéns v.exa. pelas reflexões e pelo que nos está trazendo esta manhã nesta Casa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Agradeço e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

V.Exa., deputado Neodi Saretta, que é ex-prefeito e ex-presidente da Fecam, conhece bem essa realidade e sabe da importância de decidirmos ainda este ano. O Brasil precisa começar a decidir o seu futuro, e a questão dos *royalties* do pré-sal é importante, pois é uma riqueza que pertence a todos os brasileiros.

Da mesma forma, quero aproveitar a oportunidade para solicitar que definamos, de uma vez por todas, a questão da Emenda Constitucional n. 29 que vai proporcionar mais recursos para a saúde e melhorar, sem dúvida nenhuma, a qualidade de vida dos brasileiros.

Quero, desta tribuna, pedir todo o empenho dos nossos companheiros deputados federais e senadores no sentido de definirem, de uma vez por todas, o futuro da Emenda Constitucional n. 29 para melhorar a remuneração dos serviços de saúde em todo o Brasil e, com isso, melhorar o atendimento à saúde da população brasileira que necessita de uma nova política de saúde no país.

Agradeço a oportunidade, nobre presidente deputado Reno Caramori. Ontem, eu não estava presente e por isso, hoje, quero cumprimentá-lo pela aprovação do projeto de lei nesta Casa que lhe concede o título de Cidadão Catarinense. Essa é uma proposta justa e merecida pelo seu trabalho em prol do desenvolvimento de Santa Catarina e pelo seu comprometimento com o nosso estado. V.Exa. já é, de coração, e agora será oficializado por esta Casa como cidadão...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado, pelas suas palavras. Vamos tentar fazer cada vez mais por Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero registrar, com muita satisfação, a presença nesta Casa do nosso amigo Emerson, suplente de vereador de Criciúma, que está aqui acompanhado de uma comitiva de pastores evangélicos e trazendo algumas demandas da região do sul do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Está feito o registro! Sintam-se à vontade nesta Casa!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PSB.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, v.exa., que será cidadão catarinense de direito, já é de fato há muitas décadas. V.Exa. é o mais experiente do Parlamento catarinense e tem dado uma grande contribuição para o desenvolvimento de Santa Catarina.

Saúdo os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio AleSC Digital, os srs. deputados e as sras. deputadas.

Sr. presidente, quero fazer o meu pronunciamento na mesma linha do deputado Manoel Mota, enaltecendo, deputados Elizeu Mattos e Ismael dos Santos, o último ato do governador.

O governador Raimundo Colombo e o secretário de estado da Educação, Marco Tebaldi, assinaram a ordem de serviço na tarde desta segunda-feira para a construção de 14 novas escolas, somando um investimento no valor total de R\$ 78,7 milhões. Nós já temos 16 Cedups em nosso estado, inclusive agrícolas, deputado José Milton Scheffer.

As obras das novas unidades escolares estão previstas para iniciarem ainda neste ano e devem ser concluídas até 2013. São as seguintes: EEB João Colodel, em Turvo; EEB Timbé do Sul, em Timbé do Sul; Cedup, em Rio Fortuna; Escola de Ensino Médio, em Piratuba; Escola Indígena de Ensino Fundamental Sapety Kpó, em Chapecó; EEB São Vicente, em Itapiranga; Cedup, em Timbó; Cedup, em São Bento do Sul; Escola de Ensino Médio (Bairro Piffa Martins), em Jaraguá do Sul; Construção do prédio novo da Escola Nova EEB. Julio da Costa Neves, em Florianópolis; Escola de Ensino Médio, em Rio dos Cedros; Prédio Novo EEB. Elza Mancelos de Moura, em Guarujá do Sul; Escola de Ensino Médio, em Bom Retiro e Escola de Ensino Médio (Bairro Santo Antonio), em Jaraguá do Sul.

Então, esse ato demonstra efetivamente que a educação se constitui numa das principais prioridades deste governo.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Gostaria apenas de dizer que v.exa. tem sido um guerreiro na luta pelos Cedups. Estamos acompanhando isso.

Quero aplaudir o governador Raimundo Colombo por essa iniciativa de expandir os Cedups, que são o futuro do país, porque temos que nos preocupar em profissionalizar o nosso adolescente.

Mas gostaria também de dizer, e tenho certeza de que v.exa. é parceiro nesse pleito, que temos que apelar, de fato, ao governo do estado para que olhe com carinho para a questão do Magistério do Cedup. Não é possível que todo ano os nossos professores do Cedup tenham que fazer um novo concurso. Talvez através de alguma fundação, e eu ouvi v.exa. falando recentemente sobre isso, possamos dar uma garantia a esses professores que se têm dedicado por cinco, sete e até dez anos ao Cedup, mas que não têm a garantia mínima de estabilidade como professores dos nossos centros de formação profissional.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Nós realizamos uma audiência em Joinville, através da secretaria da Educação, onde também estava presente o presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa, deputado Carlos Chiodini, e também o deputado Kennedy Nunes, exatamente para discutir a questão dos Cedups em Santa Catarina.

Ora, já tínhamos 16 Cedups e, agora, teremos mais três novos. Eles são muito importantes; a profissionalização da mão de obra é fundamental para fazermos frente a esse apagão de qualificação existente no Brasil.

Agora, os Cedups estão sendo tratados da mesma forma como são tratadas, deputado José Milton Scheffer, as escolas de ensino médio. Os Cedups têm outro perfil e precisam adquirir equipamentos, receber manutenção e precisam, sobretudo, adquirir material para que os alunos possam fazer as aulas práticas, mas o governo do estado não repassa esses valores.

Então, os Cedups criaram cooperativas educacionais que estão sendo questionadas na Justiça. E qual é a nossa proposição, sendo que nesse contexto atual, deputado José Milton Scheffer, nós que estudamos juntos na escola de Araquari há muitos anos, os Cedups poderiam prestar serviços a terceiros, gerando uma grande fonte de renda, deputado Ismael dos Santos, para a compra de material às aulas práticas, para a manutenção dos seus equipamentos etc.

Assim, a nossa sugestão dada ao governo é exatamente a criação de uma fundação pública de direito privado de orçamento próprio, que aloje os Cedups, podendo prestar serviços a terceiros.

E v.exa., deputado Ismael dos Santos, colocou outro pleito, fruto da audiência pública, que é a reivindicação para que a secretaria do estado da Educação realize concurso público porque todos os anos são realizados apenas processos seletivos. Temos ACTs que estão nessa função há mais de 20 anos. Então, estamos encaminhando o pleito ao secretário Marco Tebaldi e ao governador. Sendo assim, é nessa linha que vamos atuar, na criação de uma fundação pública de direito privado com orçamento que dê uma atenção especial aos Cedups e ao pleito da realização de concurso público para os nossos Cedups de Santa Catarina, deputado Ismael dos Santos.

Então, retomando a discussão desse projeto revolucionário na Educação do ensino médio em Santa Catarina, quero parabenizar o secretário Marco Tebaldi e a sua equipe, todo o governo Raimundo Colombo e dizer que esse projeto vai iniciar no ano que vem em parceria com o MEC. E quando tivermos que criticar, criticaremos o governo federal. Mas ultimamente temos apenas elogiado, deputado José Milton Scheffer, porque o governo federal tem tratado bem o governo de Santa Catarina. Então, será viabilizado em parceria com o MEC um projeto do ensino integral do ensino médio de educação, inicialmente, em seis escolas, atendendo a 17 mil alunos, com viés de formação profissional capitalizado em todo o estado de Santa Catarina.

Esperamos que esse projeto seja um embrião, o início de um projeto ousado

pela conquista do ensino integral em todos os níveis no estado de Santa Catarina e no Brasil, porque será a solução. Queremos melhorar a nossa sociedade, porque temos que buscar o desenvolvimento para reduzir sensivelmente a criminalidade, as drogas, enfim, formar o verdadeiro cidadão. Precisamos buscar a escola em tempo integral, porque hoje o aluno fica meio período na escola. E no contraturno muitas vezes o pai e a mãe ficam trabalhando e a criança fica nas ruas. E isso pode comprometer a sua formação.

Portanto, a escola em tempo integral deve ser a grande bandeira de todos nós que queremos o desenvolvimento de Santa Catarina e a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Desejo, então, parabenizar a secretaria de estado da Educação, o secretário Marco Tebaldi e toda sua equipe competente. Começamos um ano com muitas turbulências, com uma greve, mas conseguimos construir um reajuste, no meu entendimento satisfatório, porque no mês de janeiro teremos um reajuste de 40% para os professores efetivos e 80% para os ACTs.

Dezenas de estados brasileiros não cumprem o piso e por isso alguns estão em greve. E o governo Raimundo Colombo iniciou seu governo fazendo economia, organizando a casa. Mas agora os convênios começam acontecer, e as obras estão tendo continuidade.

Tenho certeza de que vamos concluir, sr. presidente, este governo buscando a reeleição, cumprindo os compromissos que foram assumidos durante a campanha com a sociedade catarinense, que são compromissos com a saúde. Como o programa Revigorar, que o Parlamento teve uma grande participação, pois colocamos no caixa do governo R\$ 150 milhões para a implantação de mais leitos para a prestação de serviços de consultas especializadas, cirurgias, exames e para equipar os hospitais.

Por exemplo, esses dias o governador Raimundo Colombo esteve em Mafra e repassou para o hospital daquele município, deputado Reno Caramori, R\$ 2,5 milhões. E essa prática tem sido estadualizada. Quer dizer, então o governo fez economia com o apoio da ampla maioria desta Casa e com a atuação de uma Oposição responsável. Estamos, sem dúvida alguma, ajudando a construir um estado de qualidade, um estado que é exemplo para o Brasil e para o mundo, com um IDH que equivale aos dos países europeus.

Portanto, deixo esse pleito que foi levantado na audiência pública dos Cedups para que até abril ou maio do ano que vem a secretaria da Educação possa apresentar esse desenho, esse formato, da criação de uma fundação pública de direito privado para que possamos definitivamente dar um impulso nos Cedups em Santa Catarina.

Vivemos um bom momento da qualificação da mão de obra com o Pronatec, com as escolas federais que estão sendo implantadas no estado com esse projeto do ensino médio integral e, quem sabe, com a aprovação da PEC, de minha autoria, que visa criar um fundo para repassar bolsas de estudo aos alunos carentes do ensino técnico de Santa Catarina.

Vamos qualificar a mão de obra, porque somente assim poderemos continuar crescendo com qualidade de vida.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Não havendo oradores do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s 0310/2011 e 0365/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Comunica também que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0401/2011, 0453/2011, 0458/2011, 0511/2011, 0529/2011 e 0619/2011, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Votação em bloco das redações finais do Projeto de Lei Complementar n. 0045/2011 e dos Projetos de Lei n.s: 0289/2011, 0354/2011, 0358/2011, 0390/2011, 0398/2011, 0465/2011, 0467/2011, 0480/2011, 0258/2011, 0318/2011, 0428/2011, 431/2011, 0436/2011, 0446/2011, 0451/2011, 0454/2011, 0455/2011, 0457/2011, 0459/2011, 0474/2011, 0475/2011, 0491/2011, 0499/2011, 0509/2011 e 0510/2011.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas por unanimidade.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0671/2011 e 0672/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, 0721/2011 e 0722/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, e 0723/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica também que defere os Requerimentos n.s: 1.656/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.657/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; 1.658/2011, 1.659/2011 e 1.660/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.661/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.662/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.663/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; e 1.664/2011, de autoria do deputado Edison Andriano.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Atendendo ao requerimento da deputada Angela Albino, esta Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência agradece a presença dos alunos, do professor e dos representantes dos pais dessa escola. E vamos torcer para que as coisas se encaixem de acordo com a vontade da comunidade.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digita e pessoas que prestigiam esta sessão na manhã desta quinta-feira.

Não poderia deixar de me pronunciar no dia de hoje, depois da boa notícia da chegada a esta Casa do projeto de lei, assinado pelo governador do estado, que concede anistia a todos os policiais e bombeiros militares unidos em virtude do movimento reivindicatório no final de 2008. O projeto chegou no final da tarde de ontem e a sessão, inclusive, foi reaberta pela benevolência do presidente, que assim encaminhou. E se fez uma sessão extraordinária para a leitura dos projetos que chegaram à Assembleia Legislativa no final da tarde de ontem.

E um dos projetos, aliás, o mais importante dos últimos anos, concede a anistia a esses companheiros. Temos tratado desse assunto aqui, temos feito gestão desde o começo de 2009 a todas as instituições do estado, aos órgãos públicos, às autoridades no estado de Santa Catarina e também no Distrito Federal, em Brasília, buscando apoio a essa questão ao longo desse tempo todo.

Felizmente a proposta está aqui, e nós temos motivos para comemorar com os praças que nos estão acompanhando neste momento. Assim como as demais pessoas da sociedade, as lideranças sociais, os amigos, os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que também nos acompanham através da TVAL devem comemorar esse fato importante.

Existem, evidentemente, outras demandas, como a incorporação dos abonos e a defesa que fizemos para que sejam incorporados o mais rapidamente possível.

Existe debate no palácio do governo, no Centro Administrativo, a esse respeito. Foi feito o encaminhamento ontem com lideranças da Polícia Civil no sentido da incorporação dos abonos num prazo mais largo. Mas seria muito interessante fazer a incorporação dos abonos todos ainda no próximo ano. E aí se começaria a recuperar o salário da base da segurança pública, que é um salário muito baixo para uma profissão muito complexa, muito perigosa, estressante e que requer bastante capacidade, e não só porque hoje se exige o nível superior para entrar na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, mas porque sempre foi uma profissão que exigiu capacidade, competência e entendimento.

Evidentemente que precisamos avançar em todos esses aspectos. O elemento do curso superior com certeza contribui nesse sentido. Mas os salários estão muito baixos, tanto que, nos

concursos que acontecem para acesso à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros, poucos jovens se inscrevem. E às vezes não se consegue sequer preencher as vagas, como é preciso que se registre. E não falamos aqui ainda que muitos desses soldados que entraram no final do ano passado e que se formaram, agora, estão saindo da Polícia. Entraram em 2010, formaram-se em 2011 e dois meses depois estão pedindo para sair, porque o salário é muito aquém daquilo que esperavam, é muito aquém para servidores que tem o curso superior. E, inclusive, é aquém daquilo que foi publicado no edital, que colocava que o salário inicial seria de R\$ 2.400,00.

Então, eles esperaram praticamente o ano inteiro, formaram-se e foram para os quartéis e para as ruas trabalhar, mas descobrimos que o salário não era aquele publicado.

Há muitos deles pedindo baixa, indo embora da Polícia, o que é uma pena, porque a sociedade precisa desse efetivo, precisa desse policial. Sei que um deles faleceu com um mês de ocupação e morreu em serviço, deputado Reno Caramori, na cidade de Chapecó, num acidente com uma motocicleta da Polícia Militar, na sexta-feira da semana passada. Há seis dias, faleceu o soldado Almeida, com um mês de serviço. Estava de serviço usando a motocicleta da Polícia Militar, em Chapecó, e perdeu-se em um cruzamento, caindo embaixo de uma caçamba. E a caçamba passou por cima.

Faço uma homenagem ao soldado Almeida, o mais novo soldado da Polícia Militar que morre em serviço. E dessa geração, dessa turma, vários estão pedindo baixa, porque acham o salário muito pequeno. Então, precisamos recuperar o salário da base da segurança pública. Precisamos de uma política boa para o conjunto das instituições da segurança pública, com isonômica igualitária, sem discriminação.

Nós precisamos recuperar bem os salários da base. E incorporar os abonos é uma forma de começarmos a fazer isso. Então, a nossa defesa é no sentido de que o governo antecipe, encurte o prazo para a incorporação dos abonos que existem no salário do contracheque dos militares estaduais, assim como dos policiais civis e dos agentes penitenciários.

Uma demanda bastante candente é a questão da carreira. Temos soldados com 25 anos de serviço. E existem três mil vagas sobrando, ociosas, de cabo, de terceiro sargento e de segundo sargento, somando as da Polícia e dos bombeiros. As vagas estão ociosas, e os soldados estão ficando 25 anos na mesma graduação. É evidente que aquele soldado que está entrando na instituição, vindo o colega com 25 anos de serviço ainda soldado e com um salário pequeno, vai querer ir embora. Ele vai procurar emprego em outra empresa, vai embora porque não vê perspectiva.

Precisamos melhorar essa questão da carreira. E aí o debate que estamos trazendo é justamente no sentido de alterarmos a legislação existente para podermos promover os soldados a cabo até terminarem as vagas. E aí, com certeza, baixáramos bastante dos 20 anos de serviço só preenchendo as vagas a cabo que existem e teríamos um incentivo e uma

empolgação a mais, uma perspectiva de futuro para todo o efetivo de soldado da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Eu falo soldado, porque cabo praticamente nós não temos mais. Tem aquele que fez o curso, tem aquele em fase especial que já está quase indo para a reserva. Mas se forem preencher todas as vagas para sargento, hoje em dia não se conseguiria, porque não há cabo suficiente para preenchê-las. Então, precisamos promover o soldado a cabo e depois acelerar a promoção a sargento.

Queria terminar falando na anistia, porque essa é a grande notícia do ano para os servidores militares do estado de Santa Catarina, para os companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e não somente para eles, mas para todos os militares estaduais e oficiais também.

Nós precisamos agradecer ao governador do estado por ter encaminhado esse projeto à Assembleia Legislativa; aos secretários de estado, pois muitos deles já estavam inclusive advogando essa causa dentro do governo; ao comando da Polícia Militar, ao coronel Nazareno, assim como a todos os coronéis do Conselho Estratégico que deliberaram, por unanimidade, em favor da anistia, na semana passada; a todos os oficiais que também debateram essa questão; aos deputados que apoiaram e trabalharam nesse sentido, incluindo o presidente desta Assembleia, deputado Gelson Merisio, que, desde o ano passado, assumiu esse compromisso de, junto ao governador Raimundo Colombo, fazer gestão em favor da anistia daqueles companheiros que foram punidos naquele período; aos prefeitos que também falaram com o ex-governador lá atrás, quando não tivemos êxito, mas que agora continuaram demandando junto ao governo do estado; aos vereadores que assinaram e fizeram uma moção em favor da anistia, encaminhada a este Poder e ao governo do estado.

Quero agradecer, portanto, a todas as pessoas que contribuíram, às lideranças partidárias, às demais pessoas da sociedade, aos representantes dos trabalhadores e inclusive do mundo empresarial que demandaram em favor da anistia.

A grande e alvissareira notícia, do final de 2011, não obstante todas as questões que temos que discutir ainda este ano, é a anistia aos praças punidos pelo movimento reivindicatório no final de 2008. E nós estamos felizes. A nossa instituição está mais forte, mais perfilada e em melhores condições de atender bem à sociedade a partir deste momento.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais oradores que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje às 19h30, em Blumenau.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 010ª SESSÃO SOLENE

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2011, EM BLUMENAU

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO

MÉDIO VALE DO ITAJAÍ E À SUA GESTÃO 2008/2011

PROPOSIÇÃO DEPUTADA ANA PAULA LIMA

SUMÁRIO

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Ressalta a satisfação de homenagear a AEAMVI que vem atuando em benefício da sociedade e das questões ambientais da região.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Salienta a importância de aprofundar os debates referentes aos fatores climáticos na região do vale de Itajaí.

JOSÉ JACQUES ZEITOUNE - Agradece a solenidade e enfatiza que a homenagem serve de motivação e entusiasmo.

JULIANO GONÇALVES - Faz um balanço da sua administração à frente da AEAUMI.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa.

Excelentíssimo senhor deputado estadual Ismael dos Santos;

Excelentíssimo senhor vereador Vanderlei Paulo de Oliveira, neste ato representando a Câmara Municipal de Blumenau;

Senhor Juliano Gonçalves, presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí;

Senhor Raul Zucatto, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

Senhor Luiz Carlos Gúlias Cabral, delegado regional da Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural;

Senhora Ivone Gnewuch, presidente da União Blumenauense das Associações de Moradores - Uniblam;

Senhor Jadison Alexander Fernandes, assessor de meio ambiente, neste ato representando Celso Pedro Zuchi, prefeito municipal de Gaspar.

Gostaria de agradecer a presença e também a cessão do espaço ao presidente da Câmara Municipal, vereador Jovino Cardoso Neto.

Excelentíssimas autoridades! Senhoras e senhores!

A presente sessão foi convocada por solicitação desta deputada e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Associação de Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí, gestão 2006 a 2011.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pela sra. Miriam Sueli Vargas, acompanhada no teclado pelo sr. Mário Vieira Filho.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Queremos agradecer a presença das seguintes autoridades:

Senhor Luciano Cechet, presidente da Câmara Júnior de Blumenau;

Senhor João Francisco Beltrame, presidente municipal do Partido Social Cristão, neste ato representando o senhor Adelor Vieira, presidente estadual do PSC;

Senhor Osório Schmitz, assessor parlamentar do excelentíssimo deputado estadual Jean Kuhlmann;

Senhor Carlos Alberto Peixer Vinci, assessor parlamentar, neste ato representando o excelentíssimo deputado federal Décio Lima;

Senhor Carlos Alberto Bittencourt, carinhosamente conhecido como Mano, presidente do Senado da Câmara Júnior.

Também gostaria de registrar as correspondências que recebemos justificando a ausência nesta solenidade: deputado federal Décio Lima; conselheiro Luiz Roberto Herbst, do TCE; secretário Nelson Serpa, da Fazenda; secretário Antonio Ceron, da Casa Civil; deputado estadual José Milton Scheffer; e deputado estadual Jorge Teixeira.

Eu passo a condução dos trabalhos ao deputado Ismael dos Santos, para que eu possa fazer uso da palavra na qualidade de autora do requerimento que ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Convido para fazer uso da palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Boa-noite, senhoras e senhores!

(Passa a ler.)

“É com grande satisfação que estamos reunidos hoje, em nossa cidade, para esta justa homenagem à Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí, a conhecida AEAMVI.

Esta entidade, que o Parlamento catarinense tem o orgulho de homenagear, foi fundada em 1953. Portanto, em 11 de dezembro completará 58 anos de existência. Sua história de trabalho e coerência fez com que seja reconhecida como uma das mais importantes instituições de engenharia e arquitetura de Santa Catarina.

Quando falamos da história dessa associação, estamos falando da própria história de crescimento e desenvolvimento do médio vale do Itajaí. E, em especial, da nossa cidade, Blumenau. E foi justamente o envolvimento da associação com os fatos da nossa região que nos motivou a indicá-la para esta homenagem.

Essa entidade, construída e fortalecida pelas 26 diretorias que já a representaram, tem relação direta com o desenvolvimento do nosso vale. E aqui destaco sua contribuição nas questões sociais, nas políticas públicas, de ensino e de pesquisa.

Entendemos que a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí não é apenas uma entidade classista, não é apenas também de valorização dos profissionais dessas áreas. É uma entidade, presidente Juliano Gonçalves, efetivamente comprometida com a sociedade e com as tecnologias que estejam a serviço da proteção ambiental e das questões sociais. É uma entidade preocupada com a vida.

Destaco sua atuação diante dos acontecimentos socioambientais que atingiram e que vêm atingindo nossa região e cidade, apesar de muitos ainda estarem cegos e não quererem ver o que está acontecendo. A associação tem comprovada influência como entidade de denúncia, de alerta, dando contribuições ao planejamento para a gestão pública.

Considerada a entidade de classe mais antiga de Santa Catarina, dr. Raul Zucatto, e a que também colaborou e muito para a fundação do Crea/SC, a AEAMVI tem consolidado o compromisso e declarado em seu estatuto: ‘Promover ações visando à utilização da Engenharia, da Arquitetura e da área técnica como instrumento de combate à pobreza, de redução das desigualdades sociais, do desenvolvimento sustentável, da preservação ambiental, da segurança pública, do combate à corrupção, da inovação tecnológica sem degradação, da qualidade de vida e da construção de uma sociedade inclusiva mais justa e solidária.’

E o que vivenciamos nesses últimos anos foi a efetiva participação de sua diretoria, coordenada pelo seu presidente Juliano Gonçalves, na busca de soluções para os graves problemas socioambientais ocorridos em Blumenau e no vale do Itajaí.

A nossa homenagem aos 58 anos da Associação de Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí, de forma especial, senhoras e senhores, com todo respeito, à gestão 2006/2011, pela opção ambiental, e foi isso que nos assustou em 2008, apesar de nossa cidade vivenciar enchentes e mais enchentes, que estávamos mais acostumados a elas, mas no ano 2008, foi um fenômeno diferente. Por isso nós a estamos homenageando, ou seja, pela preocupação ambiental, pela defesa de políticas públicas, pela contribuição técnica

e pela visibilidade diante das questões socioambientais que atingiram de forma trágica nossa região.

Neste ato homenageamos, juntamente com a Associação dos Engenheiros e Arquitetos, profissionais que representam essa luta por uma cidade socioambiental sustentável.

Acolhemos as indicações da associação e reconhecemos as suas valiosas contribuições. Aos engenheiros civis José Jacques Zeitoune, Juliano Gonçalves, Abelardo Pereira Filho, Joffre Probst Vigetta, Tiago Luiz Pamplona, Arlon Tonolli, e Ademar Cordeiro; à física Beate Frank, hoje representada por sua filha, e à jornalista Magali Moser”.

E encerro este pronunciamento citando alguém que conhecemos muito - e aqui a nenhum de nós chegou a sua idade, mas eu espero um dia chegar -, o arquiteto Oscar Niemeyer, que muito bem representa o trabalho realizado, na sua história, pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí.

Senhoras e senhores! Diz Oscar Niemeyer: ‘O importante não é sair da escola como profissional competente, não é isso que importa, o importante é estar consciente dos problemas da vida, desta miséria imensa que precisa ser eliminada.

Quando olho para trás, vejo que não fiz concessões e que segui o bom caminho. Isso é que me dá tranquilidade.’

Parabéns a vocês, engenheiros e arquitetos de Blumenau e do vale do Itajaí, que fizeram a opção, assim como Beate Frank e Magali Moser, pelo bom caminho, por uma cidade sustentável e pela defesa e proteção da nossa gente.”

Em nome do Parlamento catarinense, parabéns por essa história, parabéns por essa luta! Valeu a pena, vocês trilharam o bom caminho!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Devolvo a condução dos trabalhos desta sessão solene para a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Convido o sr. deputado Ismael dos Santos para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sra. deputada Ana Paula Lima, presidente desta sessão solene; prezado vereador Vanderlei Paulo de Oliveira, com quem tive a oportunidade de trabalhar nesta casa; caro presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí, sr. Juliano Gonçalves; todas as senhoras e senhores, engenheiros, arquitetos, enfim, plateia presente nesta noite.

Eu estava me lembrando do tempo que aqui passei, foram 12 anos, e os debates, engenheiro Cabral, sempre foram intensos no que diz respeito às questões de engenharia e arquitetura, em especial no debate sempre saudável, professor Saul, com o paço municipal, com o governo estadual, com o governo federal e, como disse muito bem a deputada Ana Paula Lima, as questões ligadas ao clima.

Eu estava lembrando quando vinha para cá de uma história antiga, ocorrida há dois mil anos, contada pelo nosso mestre

Jesus Cristo, quando falava - e eu não sei como era o Crea naquele tempo -, em Jerusalém, nas ruas pavimentadas da velha Roma, segundo a qual dois homens decidiram construir suas casas. A história é conhecida, e eu diria que, do ponto de vista estético da arquitetura, quando você lê os evangelhos, as casas eram absolutamente iguais, talvez mesmo telhado, mesmo número de quartos, talvez mesma pintura, tudo igualzinho, quem olhava de longe não havia absolutamente nenhuma diferença. Mas disse Jesus que veio a tempestade, o vento soprou forte, as águas chegaram, uma casa desabou e a outra permaneceu intacta. E aí Jesus conclui de forma filosófica, mas muito modesta e objetiva: qual foi a razão de uma casa permanecer intacta e outra ser levada pelas águas? Foi a base, o fundamento, o solo. Um a edificou sobre a areia, porque é muito mais fácil, todos já brincamos na praia e sabemos como é fácil construir um castelo na areia, mas a primeira onda leva embora nosso castelo; o outro construiu a casa sobre a rocha, teve que ter bom investimento, levou muito mais tempo, mas quando a tempestade chegou, a casa permaneceu de pé.

Quando olhamos para nossa cidade, a nossa querida Blumenau, quando olhamos para o nosso médio vale do Itajaí, para os desafios climáticos, é sempre bom termos ao lado engenheiros e arquitetos que podem nortear a nossa decisão, dizendo: esse é o espaço, esse é o lugar para uma boa construção, para uma construção perene. E como dizia Nietzsche, o filósofo, falando de arquitetura, e eu aproveito para encaixar os arquitetos e também os engenheiros, que ela nada mais é do que a música congelada.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Ismael dos Santos.

Convido para fazer uso da palavra o sr. Raul Zucatto, presidente do Crea/SC.

O SR. RAUL ZUCATTO - Gostaria de saudar a deputada Ana Paula Lima, cumprimentá-la pela iniciativa e pelo exemplar trabalho que realiza como deputada, trabalho esse que orgulha todos nós, catarinenses, honrando o mandato, principalmente o povo de Blumenau, de Santa Catarina.

Eu tenho acompanhado o seu trabalho desde quando fui presidente do Crea, em 2005. Eu era para ser o quinto colocado, os outros todos iriam ganhar e eu iria somente participar, e quando eu a encontrei ela disse: “Vá em frente, o importante é o trabalho!” E acabei vencendo aquela eleição. Depois a reeleição foi mais fácil, deputada Ana Paula Lima, e fiz 80% dos votos, mas o começo é sempre bem difícil.

Quero saudar também o deputado Ismael dos Santos, que falou de um trabalho de 12 anos como vereador. E eu lembro que fez 60 mil votos para deputado estadual em anos passados, mas não assumiu devido aos famosos coeficientes eleitorais. Quem perdeu certamente foi a comunidade, foi o povo.

Quero saudar também o vereador Vanderlei Paulo de Oliveira, que está representando a Câmara Municipal de Blumenau.

Cumprimento o presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí, engenheiro civil Juliano Gonçalves, que também é conselheiro do Crea, e já foi conselheiro federal representando Santa Catarina.

Cumprimento os demais integrantes da mesa, todos os senhores e senhoras, o sr. Jacques Zeitoune, diretor administrativo da Mútua, que junto conosco, sendo o braço social, muito tem contribuído.

Quero saudar todos os engenheiros, arquitetos e demais profissionais que integram o sistema Crea. O Crea, que é o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, é uma autarquia pública federal com a missão de fiscalizar o exercício profissional, a atuação dos profissionais, das empresas e de quem presta serviços nas áreas envolvidas pelo conselho, para que a sociedade fique mais protegida, para que obras, serviços, empreendimentos tenham segurança, a seja legislação cumprida. Também ter um papel junto à sociedade, além das questões profissionais, legais, além do registro dos nossos profissionais, concessão das atribuições profissionais de acordo com a formação curricular dada pelas nossas universidades, ser parceiro nas grandes iniciativas que venham em favor do desenvolvimento municipal, regional, nacional e que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Eu fiz questão de vir, deputada Ana Paula Lima, porque a nossa associação tem 58 anos e foi uma das percursoras do nosso conselho, que tem 54 anos. A mais velha é a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santa Catarina, que tem 76 anos, a nossa conhecida ACE, depois vieram as outras.

Mas falar da AEAMVI é uma alegria muito grande, não só no vale do Itajaí, mas em toda região, pois tem uma história desde os seus fundadores, que deram grande contribuição para o desenvolvimento regional e para o próprio Crea. Tivemos aqui Wilson Lang, de Blumenau, professor da Furb, que foi presidente do conselho. Tivemos muitos conselheiros, diretores, profissionais que ocuparam as mais diferentes funções dentro do nosso conselho e que saíram da região. E a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí tem uma história de representação dos profissionais que representa, pela valorização desses profissionais, mas, fundamentalmente, pela luta em favor do desenvolvimento da região de Blumenau.

E aqui poderíamos falar sobre planejamento urbano, planos diretores, ocupação adequada e racional do solo; poderíamos falar sobre questões ambientais, sobre o seu envolvimento com muita clareza no alerta para os problemas que a região viveu e vive e que ainda vai ter que conviver, essa é uma realidade.

Santa Catarina pela sua posição geográfica, dizem os maiores especialistas, vai ter que conviver com as adversidades climáticas: enchentes, ventos, secas etc. E Blumenau dá um exemplo de garra, de bravura. A nossa associação ao longo dos anos, mas, de modo especial, nesses últimos anos, tem enfrentado de frente essa luta, propondo, sugerindo, recomendando. E aqui quero parabenizar o Juliano Gonçalves e, ao fazê-lo, a toda a sua diretoria, pela

bandeira que a deputada Ana Paula Lima já levantou e foi em frente.

Tenho certeza, Juliano, de que a sociedade tem observado os trabalhos que a associação tem apresentado e vai levar em frente muitas contribuições prestadas.

Quero, em nome da diretoria do Crea, dos nossos conselheiros, dos profissionais catarinenses, dizer que é uma honra, uma satisfação e um orgulho para o Crea ter uma entidade como a AEAMVI como uma das suas integrantes. A AEAMVI é uma das integrantes do conselho, tendo o seu representante, o seu conselheiro lá, além da sua contribuição.

Portanto, quero dizer que os grandes serviços prestados à sociedade, ao desenvolvimento regional e a Santa Catarina, o exemplo que a associação tem dado, tem-se multiplicado no estado graças, inclusive, ao trabalho que o Juliano Gonçalves tem feito.

Eu quero parabenizá-lo e dizer que uma entidade de classe profissional, que vem fazendo um serviço relevante, com uma postura ética clara, sempre orgulha a todos nós, profissionais.

Eu tenho certeza de que os engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas, tecnólogos e técnicos de nível médio que integram nosso sistema e estão integrados com a nossa associação sentem-se orgulhosos dessa entidade.

Portanto, associo-me à Assembleia Legislativa pela lembrança de homenagear a associação. E aproveito, já que estou encerrando o meu mandato no dia 31 de dezembro, para agradecer a todos vocês pelo apoio, pela ajuda, pela contribuição e pela crítica também, porque ela é também importante, quando é proativa, construtiva, procurando alertar. E foi assim que fizemos o nosso trabalho dentro do Crea.

Quero desejar a todos um excelente Natal no aconchego do seu lar, com seus familiares, seus amigos, seus parceiros. Desejo também um ano de 2012 com muita saúde e alegria e que cada um consiga realizar os seus sonhos.

Obrigado pela parceria, pela ajuda que deram à AEAMVI e ao Crea nesses últimos anos. Parabéns à nossa associação e à Assembleia Legislativa pela iniciativa. E muito obrigado pelo convite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, dr. Raul Zucatto.

Convido para fazer uso da palavra o vereador Vanderlei Paulo de Oliveira, neste ato representando a Câmara Municipal de Blumenau.

O SR. VEREADOR VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA - Saúdo a deputada Ana Paula Lima, o deputado Ismael dos Santos, o engenheiro Juliano Gonçalves, o engenheiro Raul Zucatto, a presidente da Uniblam, dona Ivone Gnewuch, o engenheiro Luiz Carlos Gulias Cabral, o amigo Jadison Alexander Fernandes, neste ato representando o prefeito municipal.

Saúdo todos os presentes e, se me permitir o engenheiro Juliano Gonçalves, quero saudar em nome da professora Dinorá todas as mulheres aqui presentes.

Fui pego de surpresa porque fui incumbido para falar em nome da Câmara de Vereadores, pois o presidente desta casa, o vereador Jovino Cardoso Neto, não pôde estar conosco.

Não me cabe falar muito, mas quero fazer alguns agradecimentos, em primeiro Lugar, à deputada Ana Paula Lima e a todos os deputados, pela deferência que dão a Blumenau trazendo esta homenagem mais do que justa a essa entidade lutadora. E posso falar assim porque estou nesta Casa desde 1997. Assim, ratifico tudo o que foi dito acerca do trabalho dessa entidade, tudo o que foi dito pelo engenheiro Raul Zucatto.

Sou membro do Conselho Nacional da Cidade, represento os vereadores do Brasil no Conselho Nacional das Cidades. Por isso tenho clareza da importância que o sistema Crea tem para as lutas das questões urbanas do nosso Brasil. Por isso faço este agradecimento pela deferência com Blumenau, por haverem lembrado da entidade, uma entidade de caráter regional, e trazido essa homenagem para a nossa cidade e para este momento do qual temos a oportunidade de participar.

Ninguém vai contar tudo o que a AEAMVI fez, principalmente nos últimos anos e nesta gestão, coordenada pelo engenheiro Juliano Gonçalves, juntamente com toda a sua diretoria, em benefício da nossa cidade, em benefício da nossa região pensando no povo. Talvez qualquer hora me permitam contar um pouquinho daquilo que foi feito, mas não quero fazer isso, quero deixar no sentimento de cada um, porque o tempo é senhor da verdade e o tempo contará a verdadeira história do que aconteceu em Blumenau durante a última gestão de vocês.

Parabéns, deputada Ana Paula Lima! Parabéns, deputado Ismael dos Santos! Parabéns, Assembleia Legislativa! E muito obrigado por terem escolhido Blumenau como referência para esta homenagem mais do que sincera, mais do que merecida à Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, vereador!

A seguir convido o mestre de cerimônias Washington Luis Mignoni, para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, o Poder Legislativo presta homenagem à Associação de Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí, gestão 2006 a 2011, pelos estudos desenvolvidos e relevantes trabalhos realizados na prevenção dos desastres socioambientais, pela defesa de programas de habitação social e por políticas públicas eficientes em prol da população do médio vale do Itajaí, para o desenvolvimento sustentável do estado de Santa Catarina.

Convido a sra. deputada Ana Paula Lima, neste ato representando o Poder Legislativo, para fazer a entrega da homenagem ao sr. Juliano Gonçalves, presidente da associação, neste ato representando-a.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir o Poder Legislativo presta homenagem a personalidades que muito contribuíram para a prevenção das tragédias climáticas em Blumenau e no médio vale do Itajaí.

Como presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do médio vale do Itajaí, por dois mandatos, teve uma forte atuação nas ações de prevenção aos desastres sócios ambientais e na sustentabilidade do estado de Santa Catarina, na defesa de programas de habitação social e na cobrança de políticas públicas eficientes em defesa das populações vulneráveis socialmente. É atualmente presidente da AEAMVI, como conselheiro do Crea em Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o engenheiro civil José Jacques Zeitoune, vice-presidente da Câmara de Engenharia Civil da associação, para receber a homenagem.

José Jacques Zeitoune recebe a homenagem pelos relevantes serviços prestados à assistência aos profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia da região e ao atendimento das demandas sociais na área técnica da região do vale do Itajaí.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o engenheiro civil Abelardo Pereira Filho, diretor regional do Crea/SC e da inspetoria de Florianópolis.

Representando o sr. Abelardo Pereira Filho, o sr. Raul Zucatto.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o engenheiro civil Arlon Tonolli, membro da diretoria da associação.

Como membro da diretoria da AEAMVI nas últimas três décadas e também na atual gestão deu significativas contribuições no que tange às publicações da entidade e aos eventos técnicos, tais como seminários, simpósios e cursos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o engenheiro civil Tiago Luiz Pamplona, membro da diretoria da associação, pela atuação significativa nos programas de engenharia pública e de habitação de interesse social da entidade, contribuindo com centenas de famílias, dando assistência técnica à população vulnerável economicamente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o engenheiro civil Joufre Probst Vigetta, membro da diretoria da associação.

Participou ativamente na última década de diversas atividades da entidade de classe. Membro da diretoria, é um dos principais responsáveis pelo convênio de Blumenau, vigente desde que foi celebrado

no ano de 2000 pelo então prefeito Décio Lima.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem em nome do engenheiro civil Ademar Cordeiro, coordenador do Centro de Operações do Sistema de Alerta de Cheias da Bacia do Rio Itajaí, o sr. Lúcio Flávio da Silveira Mattos.

O sr. Ademar Cordeiro recebe a homenagem pela contribuição histórica com a pesquisa e a formação de profissionais da região e do estado e também pelos significativos trabalhos e contribuição na prevenção e no monitoramento dos desastres socioambientais da região.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem, em nome da física Beate Frank, ex-secretária executiva do comitê do Itajaí, sua filha Stefani Frank.

Beate Frank coordenou, a partir de 1984, o Projeto Crise criado pela Furb para contribuir no desenvolvimento de medidas não estruturais de prevenção de enchentes. Foi no âmbito do Projeto Crise que surgiu e desenvolveu o Ceops - Centro de Operações dos Sistemas de Alerta da Bacia do Rio Itajaí-Açu, importante centro sobre o conhecimento do vale do Itajaí.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a jornalista Magali Moser, autora de uma série de reportagens publicadas no *Jornal de Santa Catarina*, intituladas "Cidade Escondida", que deram origem à importante pesquisa sobre o processo de favelização em Blumenau, publicada na *Revista Blumenau*, em cadernos do Arquivo Histórico de Blumenau, no ano passado, com o apoio do Fundo Municipal de Cultura. O trabalho foi reconhecido pela área técnica, que levou ao debate e a uma profunda reflexão sobre as áreas de concentração da pobreza e das questões relativas à habitação.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Neste momento, fará uso da palavra, em nome dos homenageados, o engenheiro civil José Jacques Zeitoune.

O SR. JOSÉ JACQUES ZEITOUNE - Excelentíssima senhora deputada Ana Paula Lima;

Engenheiro civil Juliano Gonçalves, presidente da AEAMVI - Associação de Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí;

Senhor Raul Zucatto, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

Demais componentes da mesa e distintos homenageados, colegas da área técnica presentes, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Sinto-me honrado em poder representar, nesta noite solene, os ilustres homenageados que tão relevantes serviços

têm prestado à nossa comunidade e ao nosso estado. Constituem uma plêiade de cidadãos que se destacam pela atuação em diferentes áreas, como os engenheiros Joufre Probst Vigeta e Tiago Pamplona, profissionais voltados para a difícil área social de atendimento às famílias de baixa renda; o engenheiro Arlon Toloni, idealista das causas sociais na defesa do ordenamento do processo de desenvolvimento; os professores Ademar Corder e Beate Frank, pesquisadores e defensores da aplicação técnica em favor da comunidade; a jornalista Magali Moser, que, como uma voz livre da sociedade, descortina aspectos fundamentais da vida cotidiana; o engenheiro Abelardo Pereira Filho, que representa a importante contribuição dos órgãos fiscalizadores do exercício profissional; e o engenheiro Juliano Gonçalves, uma das lideranças da engenharia e da área técnica no âmbito estadual e nacional.

Como servidor de carreira da prefeitura municipal de Blumenau, engenheiro e representante das entidades de classe e assistência, honra-me fazer parte de um processo construtivo e de uma gestão de grandes realizações, que permitiram que eu estivesse aqui neste momento.

A sociedade obtém grandes avanços em seus processos de desenvolvimento e de construção de um futuro melhor, a partir da atuação de pessoas como as que estão sendo homenageadas hoje e de tantas outras que também mereceriam o reconhecimento da sociedade catarinense.

A grandeza de nossa nação é construída a partir de iniciativas pessoais e coletivas de trabalho de cidadãos que muitas vezes desafiam os obstáculos institucionais e não se omitem diante dos temas de grande relevância nacional. Os homenageados aqui presentes são representativos dessa parcela da sociedade.

As instituições refletem as qualidades de seus componentes e de seus dirigentes em determinado momento histórico. Assim é a atual gestão da AEAMVI. As grandes realizações se devem a um conjunto de ações de pessoas comprometidas e de lideranças competentes.

Nesse contexto, devemos ressaltar a grande contribuição da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e de seus componentes, pela preocupação com as políticas públicas que visam à sustentabilidade do estado e à prevenção de desastres socioambientais, como os que temos vivenciado. Esse assunto constitui um dos grandes temas da atualidade e as ações de alerta e prevenção desses eventos são objeto das justas homenagens da noite de hoje.

A iniciativa da ilustre deputada Ana Paula Lima, através do reconhecimento da contribuição desses profissionais, ressalta a importância da classe técnica do estado na solução dessas demandas e reforça a necessidade da interação da classe política com a competente área técnica do estado.

Podemos afirmar que a classe técnica de Santa Catarina nas áreas aqui citadas é uma das melhores do mundo. Portanto, é fundamental que essa classe seja ouvida e tenha cada vez mais uma participação efetiva na implementação das

políticas públicas que visam à sustentabilidade do estado.

O evento do qual estamos participando hoje é um passo importante nesse sentido.

Dessa forma, agradecemos à deputada Ana Paula Lima, proponente da homenagem, ao deputado Gelson Merisio, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, aos demais deputados, aos associados da AEAMVI e à classe técnica do estado.

Agradeço também e cumprimento, em nome de meus filhos, Rony e Jéssica, todos os filhos e familiares dos homenageados aqui presentes.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, engenheiro José Jacques Zeitouner.

Convido para fazer uso da palavra o sr. Juliano Gonçalves, engenheiro civil, neste ato representando a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí.

O SR. JULIANO GONÇALVES - As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo são caracterizados em elevado grau pelas realizações de interesse social e humano - art. 1º da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Cumprimento a nossa exma. deputada por Blumenau, que viabilizou junto à Assembleia Legislativa essa justa homenagem à nossa comunidade, à nossa sociedade técnica.

Cumprimento o exmo. sr. deputado Ismael dos Santos, a quem agradeço e de quem reconheço o trabalho na Assembleia Legislativa.

Exmo. sr. Vanderlei Paulo de Oliveira, vereador, neste ato representando a Câmara Municipal de Blumenau.

Cumprimento o sr. Raul Zucatto, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina, um forte parceiro de todas as atividades que a nossa entidade tem desenvolvido e a quem agradeço pelo esforço de ter atravessado o país para estar presente e prestigiar-nos nesta noite.

Cumprimento o professor Luiz Carlos Cabral, que foi um ilustre presidente da nossa comunidade, e em nome de quem cumprimento e saúdo todos os ex-presidentes e fundadores da nossa instituição.

Cumprimento o sr. Jadison Alexander Fernandes, assessor de meio ambiente, neste ato representando Celso Pedro Zuchi, prefeito municipal de Gaspar.

Cumprimento a sra. Ivone Gnewuch, presidente da União Blumenauense das Associações de Moradores - Uniblaml.

Gostaria de cumprimentar ainda os homenageados, os profissionais aqui presentes, o engenheiro Maurício, que é o meu sucessor nos trabalhos da associação, os nossos convidados, os membros da comunidade e os meus familiares aqui presentes.

O histórico da entidade já foi citado por várias vezes. Há mais de meio século duas dezenas de engenheiros na sede do

Edifício Catarinense, sede da Associação Médica de Blumenau, reuniu-se para fundar uma associação. Quem apresentou o projeto dos estatutos foram o engenheiro Wladislaw Rodacki e o engenheiro Celso Salles e foi eleita uma diretoria provisória tendo o ilustre engenheiro civil Antônio Ávila Filho como primeiro presidente.

(Passa a ler.)

“Assim, em 11 de dezembro de 1953, Dia do Engenheiro e do Arquiteto, foi fundada a Associação dos Engenheiros do Vale do Itajaí - AEAVI, que já tinha como meta principal envidar esforços em prol do progresso e do desenvolvimento do vale do Itajaí.

A instituição tem um histórico de relevantes serviços prestados ao desenvolvimento de nossa região. Homens e mulheres ilustres doaram seu tempo e energia visando à construção de um futuro melhor.

A importância do passado

Os que nos antecederam tiveram grandes méritos e esta foi outra questão fundamental em nossa gestão: o respeito e a deferência à história da entidade e ao trabalho de nossos antecessores. Principalmente em instituições como a nossa, quem não respeita o trabalho dos antecessores e não faz jus à história da entidade, não é digno do cargo que ocupa.

Por isso resgatamos a história da entidade, de seus dirigentes e de seus membros. Os documentos, acervos, publicações e demais registros foram sistematizados e entregues a todas as bibliotecas da região. Além disso, grande parte do material foi digitalizada e disponibilizada no site.

Promovemos o resgate e o registro da história e do trabalho dessas pessoas, além das lutas históricas da classe técnica da região e do estado.

A AEAMVI tem um histórico de realizações e assim também foi em nossa gestão.

Efetuamos 150 eventos entre cursos, simpósios, seminários em ciclo e capacitação completos desde as áreas específicas como geotecnia, perícias avaliações, desenvolvimentos, ocupação urbana, até as de lideranças oratórias, onde participaram mais de 2.500 profissionais nos nossos programas de educação continuada, sendo nossos certificados reconhecidos em diversos órgãos públicos como a Caixa Econômica Federal e a própria prefeitura municipal de Blumenau.

Efetuamos diversas pesquisas, promovemos a interação com os movimentos sociais, sendo que em alguns momentos, deputada Ana Paula Lima, fomos umas das poucas entidades em que a população vulnerável socialmente podia recorrer. Efetuamos dezenas de convênios com o poder público, que foram efetivamente implementados. Duplicamos o número de associados, em uma demonstração clara de nossa gestão de consenso e agregação.

O plano de carreira da área técnica foi modelo não só para o município, mas para toda a região. Mais de 600 vezes estivemos na mídia manifestando a presença da classe técnica nos assuntos de interesse nacional, mostrando que a área técnica não é omissa. Publicamos 15 edições do histórico jornal *Mutirão* (124.300

exemplares), totalizando mais de 1,6 milhão de páginas de informação técnica não só para a classe, mas para toda sociedade, recebendo a cada edição centenas de cumprimentos.

Recebemos 20 mil convidados a cada edição da feira no estande da área técnica, mostrando a parceria com a sociedade. Nossos trabalhos foram destaques em sites em várias partes do mundo, em diversas universidades nacionais e estrangeiras. Nossas pesquisas foram citadas em dezenas de teses acadêmicas por acadêmicos e por doutores renomados, citadas em diversas publicações científicas.

Nossos programas sociais atenderam diretamente a mais de 350 famílias, outras centenas participaram de palestras e eventos voltados à população vulnerável socialmente.

Os trabalhos desenvolvidos na gestão 2006/2011 são citados permanentemente em várias partes do Brasil, pelo Conselho Federal, por entidades de classe e por profissionais como modelos a serem seguidos.

Mas tudo isso não tem uma função isolada, não significa absolutamente nada enquanto uma família viver o terror permanente de estar numa área de risco. Enquanto uma criança morrer soterrada por causa de uma chuva, a engenharia parece nem ter sentido.

Por isso, além das coisas básicas citadas anteriormente, nossa gestão foi marcada pela cobrança corajosa, forte, incisiva e permanente de políticas públicas eficientes, voltadas à sustentabilidade da região do estado e do país.

Como ocorreu historicamente, em nossa gestão a AEAMVI não foi subjugada por qualquer instituição. Muito pelo contrário. Foi uma voz potente e livre da classe técnica e de toda sociedade, principalmente das comunidades vulneráveis socialmente. Uma voz respeitada e tecnicamente embasada, tanto que nossos trabalhos foram citados em centenas de publicações respeitadas.

Efetuamos críticas contundentes, é verdade, porém justas e sempre, sempre acompanhadas das soluções factíveis e necessárias. Nunca fizemos uma crítica sem apresentar caminhos viáveis a serem tomados.

O interesse social e humano, como diz a lei, foi o norte de nossas ações, pois a grandeza de nossos antecessores, como o professor Luiz Carlos Cabral, aqui presente, e a grandeza da engenharia nacional não permitem ações mediócras.

Por isso, sob nossa presidência procedemos também à inclusão em seus estatutos daquilo que foi citado pela deputada na abertura de seu discurso: 'Promover ações visando à utilização da Engenharia, da Arquitetura e da área técnica como instrumento de combate à pobreza, de redução das desigualdades sociais, do desenvolvimento sustentável, da preservação ambiental, da segurança pública, do combate à corrupção, da inovação tecnológica sem degradação, da qualidade de vida e principalmente da construção de uma sociedade inclusiva mais justa e solidária.'

Sem tais objetivos, em nosso entender, não há função da Engenharia. Esses objetivos balizaram e continuam balizando nossas ações.

Não é fácil defender o que é justo e o que é certo. Exigir que o cidadão tenha no mínimo um abrigo digno, para alguns é uma ofensa; para alguns cobrar engenharia em defesa das famílias, da segurança das crianças é ser impertinente. O pior crime é o silêncio e a omissão, e nós nunca fomos omissos.

Sabemos que uma entidade tem sua diretriz como uma orquestra tem o ritmo e o tom das pessoas que estão momentaneamente no seu comando. Desejamos que nossos sucessores honrem não só a profissão, mas também o histórico da entidade que, como já dissemos, não permite ações mediócras.

Esta homenagem e o reconhecimento do povo de Santa Catarina, através da Alesc, por proposição da ilustre deputada Ana Paula Lima, demonstram claramente que estamos no caminho certo e que nossas ações foram importantes e fundamentais à coletividade.

Entre outros, esse reconhecimento especial, deputada, movimentada e alimenta em todos nós o sentimento de aprofundar nossas ações, de manter o ritmo de fazer muito mais. Nesse contexto surge, através de um grupo de pesquisadores e engenheiros da nossa cidade, o Instituto de Engenharia, Pesquisa e Tecnologia de Santa Catarina, que visa especialmente a aprofundar a atuação nessa área.

Para finalizar, expresso os meus agradecimentos ao nosso ilustre deputado Gelson Merisio, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; à nossa deputada por Blumenau, Ana Paula Lima; ao deputado Ismael dos Santos, também deputado por Blumenau, aos demais deputados de Santa Catarina que sempre abriram as portas para a classe técnica.

E se a deputada Ana Paula Lima me permitir, gostaria de citar alguns nomes a quem a AEAMVI cumprimenta e agradece: vereadores Vanderlei Paulo de Oliveira, do PT, que sempre abriu as portas para todos nós; vereador Deusdith de Souza, do PP, Marcos Antônio Wanrowsky, do PSDB; e Jovino Cardoso Neto, do DEM, presidente desta Casa Legislativa. Isso demonstra claramente o caráter eminentemente técnico e apertado de nossas ações.

Não podemos deixar de agradecer aos membros da diretoria: José Jacques Zeitouné, Edson Márcio Coelho Strithorst, Tiago Luiz Pamplona, Gláucia Maria Oliveira Fernandes, Arlon Tonolli, João Batista Gonçalves, José Agnaldo da Silva, Ivo Rogério Reinhold e Joufre Probst Vigetta.

Não posso deixar de citar que os trabalhos tiveram grandes resultados em função da nossa competente assessoria formada por: Andressa Schulz, José Carlos Goes, Carlos Alberto Bittencourt e Milton Roeder.

Agradeço aos ex-presidentes, aos fundadores, ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, especialmente ao presidente Marcos Túlio de Melo, uma das mais extraordinárias lideranças da engenharia nacional e que sempre apoiou as nossas iniciativas.

Agradeço ao Crea de Santa Catarina, na presença do sr. Raul Zucatto, que também foi um parceiro muito importante não só de nossa entidade, mas de todas as entidades de classe no estado.

Agradeço à Mútua Caixa pelo apoio permanente em toda a nossa gestão, aos nossos parceiros da Via Ápia/Fenahabit e da JCI. Também agradeço à classe técnica da região e de Santa Catarina, pois em um período de seis anos fui eleito cinco vezes representante da área técnica, sendo quatro por consenso absoluto, com mais de 85% de aprovação.

Meus cumprimentos aos membros da área técnica que me concederam a distinção e a honra dos cargos honoríficos que ocupei e que ocupo. Como toda liderança é um retrato de quem representa, sinto-me lisonjeado por representar nossa classe técnica, que é uma das melhores do mundo em várias áreas.

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram com as nossas atividades e, acima de tudo, agradeço a Deus por ter-me dado força em alguns momentos muito difíceis, porque não é fácil defender o que é certo, o que é justo.

Agradeço à minha família, minha esposa e meus filhos, pelos momentos de ausência; aos meus pais, por ensinarem o valor de palavras como honra, justiça, dignidade e lealdade.

E agradeço mais uma vez à deputada Ana Paula Lima pelo momento extremamente oportuno em que propôs essa importante homenagem.

Mas deixo claro, o trabalho continua!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada ao sr. Juliano Gonçalves, engenheiro civil. Muito obrigada também a toda a sua diretoria, que fez um excelente trabalho em defesa da vida durante a sua gestão.

Quero pedir ao engenheiro electricista eleito para presidir a AEAMVI, sr. Maurício Carvalho Laus, que continue fazendo o bom combate, que continue dando à associação o respeito que ela teve durante esses mais de 50 anos. Os homens e mulheres que doaram tempo e energia foram fundamentais. Desafiar obstáculos é trilhar o bom caminho, é botar a cabeça no travesseiro. E, como dizia Oscar Niemeyer, quando olho para traz e vejo que não fiz concessões, que segui um bom caminho, isso dá certa tranquilidade.

Então, em nome daquilo que representamos, tanto eu, como o deputado Ismael dos Santos, ou seja, o Parlamento catarinense, somente temos a agradecer a vocês que fizeram um bom trabalho, que tiveram coragem e que muito lutaram. É isso que dá tranquilidade a todos vocês.

Neste momento teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para amanhã, às 19h, em Joinville, em homenagem à Escola Básica Conselheiro Mafra, de Joinville, pela passagem dos 100 anos de sua fundação e lançamento do livro *A Escola da República: Os Grupos Escolares e a Modernização do Ensino Primário em Santa Catarina*.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 011ª SESSÃO SOLENE

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2011, EM JOINVILLE

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM À ESCOLA BÁSICA CONSELHEIRO MAFRA, DE JOINVILLE, PELA PASSAGEM DOS 100 ANOS DE SUA FUNDAÇÃO E LANÇAMENTO DO LIVRO A ESCOLA DA REPÚBLICA: OS GRUPOS ESCOLARES E A MODERNIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM SANTA CATARINA

PROPOSIÇÃO DEPUTADO DARCI DE MATOS

SUMÁRIO

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Faz um breve resgate da trajetória da instituição que ao longo dos anos investiu na educação e formação de crianças e adolescentes.

OLIZILMA ANA BUSSMANN WITT - Ressalta que a instituição oferece uma educação de qualidade e proporciona a interação entre os jovens, formando grandes amizades.

VEREADOR ODIR NUNES - Tece elogios à trajetória da EEB Conselheiro Mafra.

ELIETE STEINGRABER - Ressalta a grande contribuição da EEB Conselheiro Mafra à formação pessoal e profissional de muitos joinvilenses.

JOSÉ ELI FRANCISCO - Lembra os tempos de colégio, enfatizando a importância da educação recebida para sua vida pessoal e profissional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcy de Matos) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene em homenagem aos 100 anos da Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Senhor Carlos Roberto Caetano, diretor-geral da secretaria de estado de Desenvolvimento Regional de Joinville, neste ato representando o governador João Raimundo Colombo, de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Odir Nunes, presidente da Câmara Municipal de Joinville;

(Palmas)

Senhora Olizilma Ana Bussmann Witt, diretora da Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra;

(Palmas)

Senhora Eliete Steingraber, gerente de Educação da secretaria do Desenvolvimento Regional de Joinville, neste ato representando o secretário de estado da Educação, deputado federal Marco Antônio Tebaldi;

(Palmas)

Senhor Ernesto Berkembrock, presidente da Associação Catarinense dos Tecnólogos e Coordenador do Comitê Estratégico de Educação do Instituto Joinville;

(Palmas)

Senhora Ivone Beninca Girardi, coordenadora da Associação Catarinense de Professores, neste ato representando a

senhora Maria de Andrade Silva, presidente da Associação Catarinense de Professores;

(Palmas)

Senhor José Ely Francisco, radialista, jornalista e cidadão benemérito de Joinville, neste ato representando todos os ex-alunos da EEB Conselheiro Mafra;

(Palmas)

Senhorita Tainá Carolina Sobral, rainha do Centenário da Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhores e senhoras, justifico, neste momento, a ausência do deputado Kennedy Nunes, que esteve presente, mas que em virtude de um compromisso agendado anteriormente teve que se retirar.

A presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra, na passagem do seu centenário, e para o lançamento do livro *A Escola da República: os Grupos Escolares e a Modernização do Ensino Primário em Santa Catarina*.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional pela banda do 62º Batalhão de Infantaria de Joinville, sob a regência do maestro subtenente Tavares.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Agora peço licença aos senhores e as senhoras para me pronunciar da mesa, já que estou presidindo a sessão e assim recomenda o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Senhores e senhoras, saúdo os componentes da mesa já nominados.

Quero fazer a minha saudação especial à banda do 62º Batalhão de Infantaria, uma magnífica banda que se faz presente não somente na nossa sessão, mas, sobretudo, nos momentos importantes da vida da cidade de Joinville. Portanto, peço uma salva de palmas para a nossa banda.

(Palmas)

Gostaria de fazer a minha saudação efusiva, especial e profunda aos professores do Colégio Conselheiro Mafra, em nome da diretora Olizilma;

Saúdo também os ex-professores e as ex-professoras, que fizeram a história do centenário; os alunos e, sobretudo, os ex-alunos, enfim, saúdo as pessoas que ajudaram a construir a nossa cidade e, fundamentalmente, a história do primeiro grupo escolar do estado de Santa Catarina.

Portanto, aqui cabe a mim, neste momento, fazer brevemente, senhores e senhoras, uma justificativa da proposição de realização desta justa homenagem ao centenário da Escola Conselheiro Mafra.

Eu inicio falando daquilo que certamente os membros da família Conselheiro Mafra já têm conhecimento, do baluarte da educação no nosso município, o padre Carlos, que foi o primeiro vigário católico da Colônia Dona Francisca e que iniciou a educação no município de Joinville com fundamento científico.

Após a era do padre Carlos, após a sua morte, o prefeito Abdon Batista, como todos sabem, convidou o professor Orestes Guimarães, que já tinha uma história de sucesso na educação no estado de São Paulo, para vir trabalhar em Joinville. Ele trouxe a pedagogia moderna baseada nos postulados do ensino intuitivo para a nossa cidade e fez um trabalho durante alguns anos em Joinville, com muito sucesso.

Logo, professora Eliete, como todos sabem, e estou aqui falando o trivial, o trabalho do professor Orestes Guimarães promoveu - e nós temos que falar isso porque está aliado aos 100 anos do Colégio Conselheiro Mafra - a grande revolução na educação de Santa Catarina e do Brasil - e que faz também 100 anos -, e ele passou a atuar na educação do estado de Santa Catarina convidado pelo então governador Vidal Ramos.

Foi aí que surgiu o projeto ousado da construção de dezenas de grupos escolares com essa metodologia, com esse perfil novo, com essa visão de educação moderna no estado. E nesse momento é que iniciou a construção do Colégio Conselheiro Mafra, que comemora o seu centenário neste ano em que estamos comemorando os serviços prestados, a sua história de trabalho e, certamente, ajudando a construção da maior cidade de Santa Catarina e a terceira maior cidade do sul do Brasil, que é Joinville.

Portanto, neste momento temos que nos voltar para a história. Às vezes esquecemos a história das pessoas, das instituições, das nossas cidades, mas o conhecimento da história faz com que possamos comportar-nos melhor diante do presente e planejar o futuro. De maneira que a Assembleia, nesta justa homenagem, procura traduzir essa contribuição que a escola, através dos seus ex-alunos e professores, deu para o estado de Santa Catarina e, sobretudo, para Joinville.

O Colégio Conselheiro Mafra foi, objetivamente, um celeiro de líderes políticos, empresariais e comunitários, que ajudaram a construir a cidade de Joinville. Isso tem que ficar consignado e é por este motivo que estamos prestando essa homenagem.

Portanto, eu também, presidente Odir Nunes, não poderia deixar de fazer menção ao ensino público, que até, aproximadamente, a década de 60 alojava a elite do Brasil. E com a universalização, perdemos essa condição, em alguns momentos, em algumas instituições, professora Eliete, e essa é uma bandeira da educação.

Presidimos a comissão de Educação da Assembleia por dois anos e podemos dizer que precisamos colocar o ensino público na elite da educação de Joinville, do estado e do Brasil, porque esse é o nosso lugar, e nós já estivemos lá. De que forma? Valorizando os professores e com a integração dos pais com a escola, professor Araújo - e o senhor preside a APP do Colégio Conselheiro Mafra. Quer dizer, numa integração perfeita escola, comunidade e professores. Esse é o caminho, pensando no futuro da nossa comunidade.

Eu também não posso deixar de fazer referência a uma proposta do governador, do secretário da Educação, Marco Antônio Tebaldi, e da professora Eliete, junto com os diretores que dirigem as escolas em Joinville e no estado de Santa Catarina, e diretores aguerridos que vestem e suam a camisa e que dão as suas vidas pelo magistério. Eu não posso deixar de fazer referência a esse projeto, sr. Carlos Roberto Caetano - e o senhor representa o governador neste momento -, que está sendo implantado em Santa Catarina através de 100 escolas e que vai atender a 17 mil alunos do ensino integral médio em nosso estado. Eu diria que esse projeto vai-se constituir num marco regulatório na educação, no ensino médio no nosso estado, porque o ensino fundamental, gradativamente, vai ser municipalizado.

Então, a nossa luta, o nosso desejo e a nossa bandeira incansável é para que possamos rumar nos caminhos da Coreia do Sul, do Japão, dos Estados Unidos, do Canadá, dos países de primeiro mundo. Precisamos lutar para conquistar a escola em tempo integral em todos os níveis. Com a escola em tempo integral, professora Eliete Steingraber - sei que estou aqui falando o trivial, mas aquilo que é bom tem que ser consolidado, tem que ser dito -, vamos melhorar os índices sociais, econômicos, de segurança pública e de preservação ambiental em Joinville, em todo o estado e no Brasil.

Portanto, encerro minhas palavras fazendo menção à comunidade que fez a

história da Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra, externando aqui o meu desejo e a minha plena convicção de sucesso dessa escola e de todas as que têm compromisso com a educação.

Parabéns pelos 100 anos de história e de serviços prestados à cidade de Joinville.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Neste momento, concedo a palavra ao eminente vereador Odir Nunes, presidente da Câmara de Vereadores de Joinville.

O SR. VEREADOR ODIR NUNES - Caro deputado Darci de Matos, presidente desta sessão solene, gostaria de dizer que me orgulho muito em estar presidindo a Câmara de Vereadores de Joinville, cargo já ocupado por v.exa.

Quero saudar a professora Eliete Steingraber, ex-vereadora, e em seu nome saúdo também a nossa ex-vereadora Carmelina Barjona, ex-diretora da nossa Gerei; a ex-diretora Clarice Portela, também da Gerei; todos os professores, os familiares do Conselheiro Mafra e os ex-alunos.

Quero saudar a banda do 62º Batalhão de Infantaria. Muito obrigado! Sabemos que nas grandes sessões sempre podemos contar com a nossa banda.

Cumprimento ainda o sr. Carlos Roberto Caetano, neste ato representando o governador do estado de Santa Catarina, e em seu nome cumprimento todos os demais membros da mesa.

Quero fazer uma saudação especial ao nosso cidadão benemérito José Ely Francisco, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento da nossa cidade, na condição de presidente do Sindicato dos Radialistas de Joinville e Região. Parabéns, Eli, continue assim, a cidade já reconheceu o seu imenso trabalho!

Falar da Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra, que neste ano completa 100 anos, é falar de uma história de luta de muitas pessoas que talvez há 100 anos já soubessem que os três sustentáculos da sociedade são a família, a igreja e a escola.

Para que possamos ter uma sociedade mais justa, mais fraterna, é necessário que não fracassem a família, a escola e a igreja. E nada mais importante na vida, senhores, do que o reconhecimento daqueles que tanto trabalharam, como Orestes Guimarães, como as autoridades da época, como as lideranças empresariais de Joinville e a comunidade como um todo. Muitas com vigor e com muita dificuldade para que tivéssemos o primeiro colégio do estado.

E dizia também na TVAL que Joinville tem dois baluartes. O primeiro deles é ter sediado o primeiro colégio do estado de Santa Catarina; e o segundo é ter conseguido o primeiro ginásio de esportes coberto, o Abel Schulz.

Estamos solicitando ao governo que transfira para a iniciativa privada esses equipamentos comunitários, assim como o Centreventos Carl Hansen, a Expoville, a Arena, o Abel Schulz, para que sobre mais dinheiro para aplicar naquilo que é a essência do trabalho do poder público, que é

a educação, a segurança, a cultura, a habitação e a saúde.

Por isso, quero parabenizá-los e dizer com certeza que o nosso Colégio Conselheiro Mafra haverá de sobreviver mais cem anos.

Parabéns aos diretores, parabéns ao pessoal da APP e à integração da comunidade com a direção da APP, que é o sucesso da nossa educação.

E aqui, deputado, quero que v.exa. transmita ao secretário de Educação, Marco Tebaldi, a informação de que inauguramos há 15 dias um dos mais modernos ginásios de esportes colegiais, o do Colégio Vereador Guilherme Zuege, professora Clarice, em cuja gestão a obra começou e cujo projeto foi elaborado na gestão da eminente vereadora Carmelina Barjona. E com a cobrança da comunidade, tivemos lá, professora Eliete, uma bela festa na inauguração daquele equipamento comunitário.

Um abraço a todos, um feliz Natal, um bom Ano-Novo e que Deus abençoe cada um.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - Eu registro, com muita satisfação, a presença do ex-vereador, ex-presidente da Câmara de Vereadores, o amigo João Luiz Sdrigotti.

Neste momento concedo a palavra à professora Eliete Steingraber, gerente de Educação da SDR de Joinville.

A SRA. ELIETE STEINGRABER - (Passa a ler.) "Meus cumprimentos iniciais às autoridades constituídas, aos gestores, colegas professores, alunos e familiares. Cumprimento também aos ex-alunos, amigos, a APP, e toda a comunidade presente.

Participar desta solenidade comemorativa dos cem anos da Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra, além da importância do fato histórico, representa para a sociedade e para os educadores motivo de orgulho. Conhecemos e vivenciamos as lutas e os enfrentamentos dessa comunidade para garantir a manutenção do espaço e assim dar continuidade às atividades educacionais.

Das reminiscências é necessário destacar a grande contribuição à formação pessoal e profissional de muitos joinvilenses. Quantos cidadãos ilustres de nosso município e até da região estudaram na EEB Conselheiro Mafra?

Certamente muitos dos que aqui se encontram têm em suas histórias de vida lembranças sobre a sua passagem pela escola. As sabinas, as provas orais, as homenagens cívicas, os desfiles do Sete de Setembro e tudo mais que ali vivemos.

E são dessas e de outras vivências, impossíveis de enumerar, pois são muitas, que se constitui a história da Escola Conselheiro Mafra.

Como projeto de escola e como proposta pedagógica pioneira mantém-se até hoje e se fôssemos também lembrar quantos professores dedicaram seu tempo, ou melhor, suas vidas, em prol da educação de Joinville? Quantos diretores e diretoras levantaram bandeiras para manter a escola

de pé, funcionando e sendo referência em nossa cidade? Quantas lembranças boas e quantas pessoas merecedoras de honrarias! Enumerar seria impossível e também correríamos o risco de esquecer alguém.

Por isso, agradeço todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a existência e pioneirismo da escola. Presto as minhas homenagens, especialmente, aos educadores que desejam continuar escrevendo a história da Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra."

Muito obrigada, um feliz Natal, um grande Ano-Novo e que a nossa escola continue sendo referência, não apenas esta escola, mas todas as escolas que temos, porque é apenas através da educação que conseguiremos construir um mundo melhor, o que merecemos.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - Neste momento convido o mestre de cerimônias, Washington Luis Mignoni, para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Registramos a presença das seguintes autoridades:

Senhor Edilson Wiggers, diretor de Ensino Médio da Escola Professora Eladir Skibinski;

Senhora Gladis Maria de Oliveira, diretora da Escola de Educação Básica Albano Schmitt;

Senhor Alcinei da Costa Cabral, diretor da Escola de Educação Básica Professora Jandira D'Ávila;

Senhora Rosete de Oliveira, diretora da Escola de Educação Básica Gertrudes Benta Costa;

Senhora Rita de Cássia Pereira Silva, diretora da Escola de Educação Básica João Martins Veras;

Senhora Luiza Rosa Pereira, diretora da Escola de Educação Básica Professor Gustavo Augusto Gonzaga;

Senhor Oscar Maia, diretor do Centro de Educação Profissional Dario Geraldo Salles;

Senhora Oliva Terezinha Lopes, diretora da Escola Maestro Francisco Manoel da Silva;

Senhora Maria Sueli da Rosa, diretora da Escola de Educação Básica Jorge Lacerda;

Senhora Iria da Silva, diretora da Escola de Educação Básica Dom Pio de Freitas;

Senhora Maria da Graça Leão Moreira, assessora da Escola Osvaldo Aranha;

Senhor Gilberto Gomes de Freitas, membro da Associação de Pais e Professores da EEB Conselheiro Mafra;

Senhor Emerson Tizoni, assessor parlamentar do deputado Marco Tebaldi, secretário de Educação de Santa Catarina;

Senhor Juliano Carvalho Bueno, diretor da Escola de Educação Básica Arnaldo Moreira Douat;

Senhora Evelise de Fátima Martins, supervisora de Educação Básica e Profissional da gerência de Educação;

Senhora Narcisa Inês Xavier Vieira, assessora da Escola de Educação Básica Arnaldo Moreira Douat;

Senhora Clarice Portela, gerente de Administração, Finanças e Contabilidade da SDR de Joinville;

Senhora Joana Darc Dal Rei, assessora do Centro de Educação de Jovens e Adultos;

Senhor Moisés Alex Moisés, presidente do Conselho da Associação de Pais e Professores do Estado de Santa Catarina.

Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra na passagem do seu centenário, modelo de ensino revolucionário implantado em 1908, referência para todo o estado de Santa Catarina, investido no compromisso com a educação e na formação de crianças e adolescentes, disseminando conhecimento educacional aos catarinenses.

Convido o sr. deputado Darci de Matos, neste ato representando o Poder Legislativo, para fazer a entrega da homenagem à diretora Olizilma Ana Bussmann Witt, diretora da Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra, neste ato representando-a.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o Poder Legislativo presta homenagem às personalidades que muito contribuíram para o desenvolvimento do ensino básico em Joinville e para o crescimento da Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra.

Convido o sr. deputado Darci de Matos, juntamente com o sr. Carlos Roberto Caetano, para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o dr. Hercílio Alexandre da Luz Filho, presidente da Fundação Pró-Rim e ex-aluno da escola.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para fazer a entrega da homenagem, juntamente com o deputado Darci de Matos, o vereador Odair Nunes, presidente da Câmara Municipal de Joinville.

Convido para receber a homenagem o sr. José Eli Francisco, radialista e ex-aluno da escola.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para fazer a entrega da homenagem, juntamente com o deputado, a sra. Eliete Steingraber.

Convido para receber a homenagem o sr. Vitor Augusto Joenk, neste ato representando todos os alunos da escola.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para fazer a entrega da homenagem, juntamente com o deputado, o sr. Ernesto Berkembrock.

Neste momento o Poder Legislativo presta homenagem às professoras que se dedicaram à educação de qualidade na Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra.

Convido para receber a homenagem a professora Olivia May Mazolli,

que dedicou toda sua vida profissional à educação de crianças e jovens, atualmente aposentada.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para fazer a entrega da homenagem, juntamente com o deputado, a srta. Tainá Carolina Sobral.

Convido para receber a homenagem a professora Resilvia Herbst Rosa, que lecionou por 21 anos na Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para fazer a entrega da homenagem, juntamente com o deputado, a sra. Olizilma Ana Bussmann Witt.

Convido para receber a homenagem a professora Ana Valdete Garcia Selonke, ex-diretora e ex-professora, participante da organização do centenário.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para fazer a entrega da homenagem com o deputado o sr. José Eli Francisco.

Convido para receber a homenagem a professora Irma Terezinha Schmitt Demarchi, diretora durante 16 anos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para fazer a entrega da homenagem, juntamente com o deputado, a sra. Ivone Beninca Girardi.

Convido para receber a homenagem a professora Marina Pereira Sprotte, que lecionou por 30 anos na escola.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir teremos a execução do hino da Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra pela banda do 62º Batalhão de Infantaria de Joinville, sob a regência do maestro subtenente Carlos.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Neste momento teremos o lançamento do livro *A Escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina*, dos autores Gladys Mary Ghizoni Teive e Norberto Dalla Bida.

(Procede-se à projeção de imagens do livro.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - Neste momento, convido para fazer uso da palavra o radialista José Eli Francisco, em nome dos homenageados.

O SR. JOSÉ ELI FRANCISCO - Sr. Carlos Alberto, representando neste ato o governo do estado; prezado presidente da Câmara Municipal, vereador Odir Nunes; sra. Olizilma Witt, que faz parte da mesa e é a atual diretora da Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra; sra. Eliete Steingraber, representando o secretário da Educação, deputado Marco Tebaldi; sr. Ernesto Berkembrock; sr. Ivani Girardi, da Associação Catarinense de Professores; rainha da escola, senhoras e senhores.

Quero cumprimentar todos os presentes por meio da professora Ana Valdete Selonke, ex-diretora e por 24 anos professora da escola; e da professora Olivia May, a mais antiga de todas.

Assusto-me, dona Olivia, porque estava vindo de São Francisco do Sul, onde moro, e no carro vinha pensando que a senhora foi minha professora de 1950 até 1954, quando deu aula no colégio.

Eu agradeço a Deus pelo privilégio de ter visto de perto e ter, inclusive, feito o cerimonial dos 50 e dos 75 anos da escola. E agora fiz cerimonial dos 100 anos da escola. Oxalá Deus me dê saúde para que possa fazer também o cerimonial do sesquicentenário do Conselheiro Mafra.

Parabenizo dona Marina Ferreira, a mais antiga professora do Conselheiro Mafra, onde atuou por 30 anos; parabenizo dona Resilvia Rosa, professora por 20 anos; cumprimento o aluno Vitor Augusto, que representa todo o corpo discente; o Hercílio da Luz, pelos trabalhos filantrópicos, a família Luz muito conhecida em Joinville. Quero parabenizar o trabalho dignificante do Instituto do Rim e a dona Irma Schmitt, ex-diretora, que por lá ficou por 16 anos.

Nós, evidentemente, ficamos emocionados por ter a responsabilidade de falar em nome de pessoas tão importantes e tão dignas, que nos ensinaram a ler e a escrever.

Joinville, há 60 anos, deveria ter 25 ou 30 mil habitantes e esgoto a céu aberto. Eu, que residia ao lado da sede dos sargentos, na rua Pernambuco n. 596, tinha a dona Olívia não somente como diretora, professora, mas como mãe. Nós éramos tão pobres, que eu tinha apenas um par de sapatos e uma camisa confeccionada em casa. Lembro-me bem que do lado direito da camisa estava escrito CM, em bordado da cor azul. Usava uma calça azul bem desbotada, herdada do meu irmão mais velho que já tinha deixado a escola. Passava frio, mas via os pássaros cantar, sentia o cheiro da relva depois da chuva, caminhava, jogava bola, brincava de esconde-esconde e de tantas outras coisas.

E foi na EEB Conselheiro Mafra que aprendi a conhecer a magia do cinema. Eu nunca tinha visto um filme na minha vida. Ali eu aprendi a rir com *O Gordo* e *O Magro* e emocionei-me com Charles Chaplin. Uma coisa inesquecível para nós, crianças, foi assistir ao filme *A Dama e o Vagabundo*. Eu acho que se assistir novamente vou chorar. Era o cinema mudo, preto e branco. O quadro era negro, com aquele giz que sujava toda a roupa dos alunos e da professora também.

Para a dona Paulina, cozinheira, nós pedíamos orações quando as provas eram muito difíceis e passávamos com uma caneca verde, em fila, para pegar a sopa ou o chocolate para beber. Quando dávamos a volta, a dona Paulina olhava, mas sabia que éramos pobres e repetia a caneca de alimento. Eram tempos difíceis.

Ali aprendemos a ler e a escrever. Fui reprovado pela dona Lurdes no segundo ano. Mais tarde trabalhei com jornalismo, na rádio, no jornal, na televisão e recebi o título de Cidadão Honorário de Joinville, com muita honra. O diploma tem a sua assinatura, deputado Darci de Matos, e aproveito para cumprimentá-lo pela brilhante ideia e iniciativa de ter trazido para Joinville esta sessão solene desta noite.

Tantas pessoas estudaram no Conselheiro Mafra e tiveram repercussão, alcançaram o país com sua arte: o meu contemporâneo Juarez Machado; o Edson Machado, o Fausto Rocha Júnior, que trabalhou ao lado de Nicete Bruno, de Fernanda Montenegro e de tantos outros artistas. Ele fez *Meu Pé de Laranja Lima*, *A Gordinha*, bem como cinema.

Naquela época apareceu uma coisa curiosa, a pasta dental em tubo. Não existia a pasta dental até então. Escovávamos os dentes com carvão ou com bicarbonato de sódio e depois bochechávamos. Isso se chamava arear os dentes. Como se dizia arear as panelas, dizia-se também que iríamos arear os dentes.

Mas não quero tomar muito tempo, somente quero dizer, deputado, que estamos felizes e que Joinville agradece.

Com respeito à dona Lurdes, que me reprovou no segundo ano, mais tarde, encontrando-me com ela, falei e fiz uma crônica, inclusive, para o jornal *A Notícia* na época. "Dona Lurdes, por que a senhora me reprovou no segundo ano? A senhora me fez sofrer pacas. Eu era um garotinho". Ela disse: "Não, eu via no brilho dos seus olhos que você tinha muito talento". O que ela disse me comoveu, e eu retruquei: "Mas como a senhora se lembra disso?" Ela disse: "Eu me lembro muito de você".

Para encerrar, vou ler um texto pequeno que foi publicado no jornal *A Notícia*, na sessão de cartas, recentemente, no dia 16, quando justamente a EEB Conselheiro Mafra completou 100 anos.

(Passa a ler.)

"De autoria de Drausio Luiz de Camargo, ex-aluno.

Também passei pelos bancos da velha escola. Aprendi a ler, escrever, fazer cálculos. Somando, sem misturar, peixinhos, maçãs e bananas, conheci as unidades de medidas que da ferramenta e da madeira podíamos construir coisas, que o sol nascia no leste e encerrava o dia escondendo-se no oeste, e que se eu apontasse a mão direita para onde ele nascia e a esquerda onde ia esconder-se, à minha frente estaria o norte e às costas, o sul; a emocionar-me cantando, sob a regência de dona Laura, a plenos pulmões com meus colegas, a 'Pátria amada mãe gentil'; a ler as horas no relógio ganho no aniversário." A conhecer todas as frações, a aprender a interpretar o ditado, diminuindo as distâncias sociais.

"Boa escola onde ricos, pobres e remediados sentavam-se lado a lado, aprendendo a conviver diminuindo as distâncias sociais e criando laços que se estenderam pela vida afora. Vida que transformou ricos em pobres, pobres em ricos e remediados em magistrados. Escola onde Cruz e Sousa, poeta negro, catarinense, cujo singular talento e inteligência não foram suficientes para vencer o preconceito que o impediu de assumir na sociedade o lugar que conquistara pelos méritos, dava nome à minha primeira sala de aula.

Volto sempre, a cada eleição, a estar sob aquele teto, emocionado, a depositar meu voto, na esperança de que um dia este Brasil torne-se de fato aquele Brasil sonhado pelas pessoas que construíram vidas naquelas simples salas de aula, que por este Brasil, Alices, Alcías, Marildas, Erys, Adys, Lelinhos, Marinas,

Lauras, Irmas, Donaldas, Luizas, Jeanettes [...]”, Angelina, Lurdes, Olívia, Dora, Altaídes, docemente anônimas continuem, mais do que ensinando, criando o país que todos queremos, finalmente transformando esta terra na pátria amada Brasil mãe gentil. [sic]

Ai que saudades que eu tenho da aurora da minha vida, da minha infância querida que os tempos não trazem mais.

Salve, salve a Conselheiro Mafra!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - Foi bom ouvir o discurso histórico e nostálgico dos tempos românticos e felizes do Conselheiro Mafra, principalmente dos alunos que passaram por lá.

Eli, para nossa felicidade, toda a sessão e o seu discurso magnífico estão gravados pela TVAL, sendo registrados nos anais da Casa e reprisados durante a semana no canal 16. Também as fotografias estarão, a partir de segunda-feira, no site da Alesc para ser acessado.

Com certeza toda a sessão será de grande repercussão no estado, mas o seu discurso vai ter uma repercussão diferenciada para o povo catarinense.

Quero registrar a presença de outros diretores que não foram citados pelo protocolo.

Quero agradecer a presença de assessores e assessoras, inclusive de representantes de escola dos municípios de São Francisco do Sul e de Araquari.

Neste momento, concedo a palavra para a diretora da Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra, professora Olizilma Ana Bussmann Witt.

A SRA. OLIZILMA ANA BUSSMANN WITT - Cumprimentando o deputado Darci de Matos, cumprimento os demais componentes da mesa e agradeço a presença de todos.

A minha vida mudou um pouquinho a partir de um mês e meio. Eu sou da Escola

de Educação Básica Conselheiro Mafra há 20 anos, completados em fevereiro deste ano, e coube-me estar na direção durante este evento do centenário.

(Passa a ler.)

“Este é um momento muito especial para a nossa escola, 100 anos de história, onde muitos dos que estão hoje aqui fazem ou fizeram parte da história da escola e a escola fez ou faz parte de nossas vidas.

Tenho certeza de que Deus colocou esta escola no meu caminho. E agora, mais uma vez, tive a prova disso, pois a um mês do centenário voltei para a minha escola do coração para viver tudo isso. Muitas histórias, muitos momentos bons, muitos amigos, muitos alunos que se tornaram amigos, enfim, uma família, a ‘Família Conselheiro’, que mesmo à distância o amor pela escola nos une.

Como a vida da gente é cheia de altos e baixos, assim também é a vida do Conselheiro, como mostra a sua história, que é cheia de glórias e também de momentos conturbados, mas o nosso ‘velho Conselheiro’ está sobrevivendo. Vejo glórias no futuro dessa grande instituição de ensino e a nossa esperança é a restauração do prédio para que o Conselheiro faça parte das próximas gerações e daqui a 100 anos seus alunos e professores estejam comemorando o seu segundo centenário. Salve, salve Conselheiro Mafra, teu exemplo é sublime farol, como cantamos no refrão do hino do Conselheiro, que todos que passaram e amam essa escola conhecem de cor.

Parabéns e mais 100, 200, 300 anos de glória!

Em nome de toda a comunidade do Conselheiro Mafra agradeço ao deputado Darci de Matos, proponente desta sessão solene; agradeço também a presença do secretário da Educação, sr. Marco Antônio Tebaldi, do secretário do Desenvolvimento Regional, sr. Bráulio Barbosa; da nossa gerente, professora Eliete Steingraber, que não está medindo esforços para que o

Conselheiro continue sendo uma escola referência na cidade de Joinville. Agradeço também a todos os pais, alunos e professores que desde o dia 16 de novembro estão participando dos eventos relacionados ao centenário.

Parabenizo os homenageados desta noite, pois eles representam toda a comunidade escolar. Não foi fácil para a comissão escolher os nomes, porque há muitas pessoas para ser homenageadas, pois todos que passaram pela escola deixaram a sua marca.”

Nós gostaríamos de poder homenagear duzentas, duas mil pessoas, toda a comunidade escolar com o novo prédio, com a restauração, com a nova construção, a fim de que o nosso Conselheiro volte a ser a referência que sempre foi na educação joinvilense e catarinense.

Parabéns e obrigada pela lembrança e pela homenagem!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina pela banda do 62º Batalhão de Infantaria de Joinville, sob a regência do maestro subtenente Tavares.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para um coquetel neste mesmo recinto.

Encerramos a presente sessão convocando, outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A DESATIVAÇÃO E O DESTINO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA OTÍLIA CRUZ, REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19H, NA RUA PROFESSORA OTÍLIA CRUZ, Nº 482, NO BAIRRO COLONINHA, EM FLORIANÓPOLIS

Aos 23 dias do mês de agosto de 2011, às 19h, nas dependências da Escola de Educação Básica Professora Otília Cruz, realizou-se audiência pública da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) com o objetivo de debater a desativação e o destino dessa escola. Nos termos do Regimento Interno, a **Deputada Estadual Angela Albino, Presidente da Comissão de Legislação Participativa** e proponente da audiência pública, iniciou a reunião com a finalidade de debater com o governo, com instituições públicas e com a sociedade civil organizada a desativação da Escola de Educação Básica Professora Otília Cruz e o destino da sua estrutura. Em seguida, chamou para compor a mesa as seguintes pessoas: Deputado Estadual Sargento Amauri

Soares; Pedro Roberto Abel, diretor de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração; Flávio Bernardes, diretor-geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, representando o Secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Renato Hinnig; Vereador Ricardo Camargo Vieira, representando a Câmara Municipal de Florianópolis; Ana Paula Travisani, representando a OAB Cidadã de Florianópolis; Francisco Carlos Posich, presidente da Associação de Moradores do bairro Coloninha; Tânia Maria Ramos, vice-presidente da Associação de Moradores do bairro Coloninha e coordenadora dos projetos sociais do bairro, e Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal da Educação de Florianópolis. Ato contínuo, a senhora Presidente registrou a presença de Derli Francisco, representando a LBV do bairro Estreito; Ricardo Vidal Camargo, presidente do Instituto Nimbus de Tecnologia Social (Intecs); Hamilton Manoel Vargas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas da Grande Florianópolis; Lélia Gamba, diretora do Colégio Criativo; Rodolfo Antônio Silva, secretário da Associação dos Moradores da Coloninha; Márcio Roberto Fortes, representando o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e Previdência no Serviço Público Federal (Sindprev); Orlando Tomaz, vice-presidente do PDT de Florianópolis e morador do bairro Coloninha; Jair Batista Ramos, representando

o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; José Marcelo Büchele, ato representando o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região (Sinergia); Cinthia Fonseca Pereira, representando o SindSaúde; Alci Rogério do Amaral, representando o padre Flávio Feller, pároco e administrador da Paróquia Santo Antônio e Santa Maria Goretti, da Coloninha; Claudia Lopes Costa, presidente da Associação Beneficente Cultural Gente da Gente; Antônio Camilo dos Santos, diácono da comunidade da Coloninha; Flávio Souza, presidente da Associação Comunitária Amigos do Continente; Ari do Nascimento, presidente da Associação dos Moradores do Estreito (AME); Paulo Davi Johann, representando o MST do Estado de Santa Catarina; Lino Peres, professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Tecnológico da UFSC, e suplente de Vereador da Câmara Municipal de Florianópolis; Reginaldo Gertrudes, do Instituto Nimbus de Tecnologia Social (Intecs) e membro da Associação de Moradores da Coloninha; Sônia Fernandes, da Secretaria Municipal da Educação; e Simone Leite, da Secretaria Municipal da Educação. Na sequência, desejou boas-vindas a todos e agradeceu aos funcionários do seu gabinete, aos servidores da Assembleia e às pessoas da comunidade da Coloninha, em especial ao Chico, à Tânia e ao Gão, pelo empenho em realizar esta audiência. A seguir, explicou que o objetivo da audiência é desenvolver a história da escola; falou que desde criança teve a Escola Otília Cruz como referência; contou que estudou na Escola Estadual Básica Rosa Torres de Miranda; lembrou que a Escola de Educação Básica Professora Otília Cruz fazia parte da história do Continente, salientando que esta escola fica encravada numa comunidade que durante muito tempo ficou relegada do comparecimento do poder público; e avaliou que a escola é um dos poucos equipamentos públicos que a comunidade dispõe, haja vista que na região não tem praça, ginásio e espaço público para lazer. Dito isso, avaliou que o lugar é cheio de significado, que tem a participação da comunidade, que há possibilidade do exercício de cidadania, o qual se fazia muito presente, e que a comunidade teve sua representação enfraquecida nos anos em que a matrícula dos alunos foi impedida de ser realizada e também nos anos em que sobreviveu quando se dizia que a escola iria fechar porque não havia criança matriculada. Ante o exposto, registrou que gostaria que a escola continuasse sendo um espaço de cidadania, com salas de aula, com sua grande função de abrir uma porta para o futuro das crianças, lembrando que se elas não andarem pelos corredores do colégio vão andar pelas ruas e afirmando que manter a escola em funcionamento é o desejo de todos os presentes e que o objetivo da audiência pública é congregar esforços para manter as salas de aula abertas. Posto isso, disse que se deseja ouvir o que se poderá fazer a partir desta reunião e, oportunamente, observou que essa audiência ocorre no âmbito da Comissão de Legislação Participativa, que é onde cidadãos e cidadãs podem ter presença ainda mais forte no Parlamento catarinense. Ato contínuo, destacou a presença de vários dirigentes e militantes do MST, que estão na Capital para a sua jornada de lutas e que também foram à reunião para se solidarizar com o pleito da comunidade. Em seguida, aproveitando o espírito de juntar esforços a fim de se manter a escola para a comunidade, explicou que franquearia a palavra a todos os representantes, iniciando pelo **Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, que cumprimentou todos os componentes da mesa, as lideranças políticas e os representantes das entidades presentes, em especial o MST, que está em jornada de luta na Capital, avaliando que tudo que interessa ao povo trabalhador interessa também ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que tem dado exemplo de solidariedade e dignidade ao vir das regiões mais longínquas, em situações provavelmente precárias, e participar dessa audiência. Na sequência, citou que a senhora Adriana tem participado da coordenação desse movimento no Continente em defesa de alguns direitos elementares, como, no caso, o da educação, da resistência da comunidade contra a política de Estado que tinha por objetivo desativar essa escola e transformá-la num centro de triagem, num presídio. Nesse sentido, observou que faltava, entre tantas coisas, sensibilidade para não se fazer uma proposta com envergadura de retrocesso e disse que é Policial Militar, mas considera que pegar uma escola e transformá-la num presídio, de fato, não é atitude simpática no coração de uma comunidade que precisa de muito investimento em educação infantil, de adolescentes e de adultos. Prosseguindo com sua manifestação,

comentou que educação não é somente através da educação formal, de uma creche devidamente registrada na Secretaria de Estado da Educação, mas também através da educação que se faz pela organização comunitária, pela participação da comunidade em eventos e nas mais diversas atividades. Feito esse registro, lembrou que essa proposta de educação foi colocada pela Sociedade Recreativa Cultural Unidos da Coloninha, escola de samba do bairro, que merecia aplausos porque estava participando do movimento; contou que num sábado ele e a escola de samba caminharam pelas ruas do Estreito em defesa do Hospital Florianópolis público, 100% SUS, aberto à comunidade, e não entregue a uma Organização Social; e disse que se identificava com o movimento da comunidade, colocando seu mandato totalmente à disposição naquilo que fosse necessário. Dando seguimento a sua exposição, comentou que hoje a direção do SindSaúde informou-lhe sobre os recursos que o governo pretende investir na área da saúde no Plano Plurianual, que vai ser debatido no segundo semestre deste ano na Assembleia Legislativa. A seguir, contou que o governo investirá quase o dobro de recurso em oito estabelecimentos de saúde do Estado de Santa Catarina, que são geridos por Organização Social (OS), por grupo privado, em relação ao recurso que vai investir nas dezesseis instituições hospitalares públicas, porém, destacou que era necessário ver e trabalhar esses números e que a informação recebida é que não está incluído nesse montante o salário dos servidores, nem para os oito estabelecimentos nem para os hospitais públicos, no caso o Hospital Infantil, o Hospital Celso Ramos, o Hospital Regional de São José. Posto isso, comentou que recursos públicos estão sendo usados para tentar convencer a sociedade de que o sistema privado é melhor do que o público, avaliando que o Estado está financiando sua própria falência, investindo proporcionalmente menos em serviço essencialmente público e dando dinheiro para grupos privados administrarem estruturas que são construídas com dinheiro público, mas que vão ser administradas com recurso privado, sem concurso, sem licitação. Em seguida, manifestou que era necessário continuar debatendo esse movimento de resistência, de luta e de avanço. Ato contínuo, pediu aos representantes do Poder Executivo estadual que observassem essas questões levantadas na audiência e que levassem a posição da comunidade diretamente ao Governador e aos Secretários, avaliando que a comunidade está informada e sabe que quer uma instituição pública para estar a serviço da comunidade, da população da região e do Estado, sem nenhuma cobrança, sem nenhum privilégio e, de preferência, sem nenhum apadrinhamento político, e sim pela força, pela vontade de democracia e da participação da comunidade. Finalizando, parabenizou todos pela contribuição para a construção deste evento e por participarem do movimento. Na sequência, fez uso da palavra o **Vereador Ricardo Camargo Vieira, representando a Câmara Municipal de Florianópolis**, que inicialmente saudou todas as autoridades da mesa, em especial o Chico e a Tânia por representarem todos os companheiros. A seguir, registrou que o Deputado Estadual Sargento Amauri Soares falou muito bem quando disse que os companheiros têm construído a pauta do movimento social, principalmente do Continente. Dito isso, contou que, através de um requerimento aprovado na Câmara Municipal de Florianópolis, conseguiu-se transformar esta audiência pública numa reunião ampliada da Comissão de Legislação Social, avaliando que este espaço era muito importante por ter a Câmara ao lado da Assembleia Legislativa cumprindo o seu papel, e acrescentou que as estruturas do Estado, as estruturas Legislativas, sejam um braço para a luta e representação fiel daquilo que a comunidade, que a sociedade gostaria que tivesse sendo feito e levado à frente em termos de organização da sociedade e de seus serviços. Também registrou que fala em nome de um grupo de pessoas extremamente esforçadas no sentido de levar a vontade da comunidade do Estreito, do Continente e da Grande Florianópolis adiante, pois também é servidor público estadual e médico do Hospital Florianópolis, que está se esvaindo à vontade do governo do Estado, que a despeito das diversas manifestações do povo da cidade e da região acaba deixando o Hospital numa situação em que nenhum cidadão teria coragem de defender a instituição, avaliando que o Hospital Florianópolis é reflexo de como se faz uma escolha política e reflete a forma como aquele espaço estava organizado. *[Taquígrafa-revisora: Ana Rita Moriconi de Souza.]* Corroborando com o que falou a Deputada Angela Albino, disse que

a Escola Otília Cruz tem um histórico de serviços prestados à comunidade que não pode ser relegado a outro caminho que não o educacional e que outro destino não foi dado à escola em função da mobilização da comunidade, citando como exemplo de organização a realização desta audiência pública, que estava sendo feita em conjunto com a Assembleia Legislativa. A seguir, afirmou que a comunidade articulada e com voz conseguiria construir o que deseja no espaço da Escola Otília Cruz, que era a manutenção da sua estrutura educacional em benefício da própria comunidade, podendo se dar por meio de acordo com o Estado ou com o Município. Dito isso, observou que via colegas na plenária que não sabia se estavam representando oficialmente a Secretaria Municipal da Educação, mas que desempenhavam um trabalho valioso na estrutura municipal, e que acreditava que poderiam contribuir como cidadãs e colegas servidoras municipais (já que também era servidor municipal) no sentido de se entender que o espaço Otília Cruz se constitui em serviço essencial para a população de Florianópolis. Ao concluir, destacou que a Câmara de Vereadores era parceira na luta pela manutenção da estrutura educacional da Escola Otília Cruz voltada à comunidade do Continente e agradeceu pela oportunidade de poder externar o posicionamento da Câmara de Vereadores de Florianópolis, pedindo desculpas por não ter mais Vereadores presentes e explicando que naquele momento estava acontecendo a sessão ordinária da Câmara, razão pela qual também deveria se retirar em seguida. Ato contínuo, fez uso da palavra a **doutora Ana Paula Trivisani, representando a OAB Cidadã, de Florianópolis**, que cumprimentou os presentes, parabenizando-os por estarem participando daquela audiência numa noite fria e chuvosa; disse que era gratificante ver a escola lotada de pessoas pedindo que seus direitos, dispostos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, fossem reconhecidos; e citou que o artigo 227 da Constituição Federal diz que a família, a sociedade e o Poder Público são corresponsáveis pela educação das crianças e dos adolescentes, salientando que, além de se estar na audiência lutando pelos direitos, estava-se cumprindo o papel de família, de sociedade e de cidadão na reunião. Dito isso, ressaltou que na qualidade de advogada representando a OAB Cidadã estava presente para colocar a entidade à disposição de todos a fim de que os direitos de cada um fossem efetivados, lamentando o fato de crianças e adolescentes estarem necessitando de educação com qualidade, e acrescentou que por trabalhar diariamente no Judiciário pode constatar a grande quantidade de processos judiciais para que crianças tenham acesso à creche e para que adolescentes tenham assegurado o direito de ir à escola, tendo em vista que a Constituição Federal também diz que é direito da criança e do adolescente ter escola próxima a sua residência, fato que anteriormente acontecia com aquela comunidade do Estreito, mas que atualmente os pais se viam obrigados a deslocar os seus filhos para um local mais longe a fim de assegurar o direito à educação. Ato contínuo, relembrou que o atual Governador, durante a campanha eleitoral, dizia que as três prioridades do seu governo seriam segurança, saúde e educação, e disse que a comunidade estava presente rogando aos Deputados e aos Vereadores, que foram eleitos através do voto para representá-los, que fizessem valer os direitos da comunidade, que lamentavelmente estavam sendo violados. Ao finalizar deixou registrada uma frase que a fez refletir muito, retirada de um livro sobre criança e adolescente: "Quando desaparece a educação, o que resta é a desesperança.", e reafirmou que a OAB Cidadã era uma aliada de todos, estimulando-os a seguirem em frente porque a luta seria vitoriosa. Retomando a palavra, a senhora **Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, disse que, embora não tivessem sido registradas como autoridades, constavam da lista de presença as senhoras Sônia Fernandes e Simone Leite, da Secretaria Municipal da Educação de Florianópolis, e, como a Secretaria havia sido convidada, fazia questão de mencioná-las como autoridades presentes, acreditando que auxiliariam no debate daquela noite. Na sequência, passou a palavra à senhora Tânia Maria Ramos para uma explanação sobre os projetos desenvolvidos naquela escola e disse que logo após as palavras da oradora seriam mostradas algumas imagens sobre os trabalhos feitos, a fim de que as autoridades pudessem entender a extensão dos projetos ali desenvolvidos. A **senhora Tânia Maria Ramos, vice-presidente da Associação de Moradores do Bairro Coloninha e coordenadora dos projetos sociais do bairro**, disse que era com orgulho e satisfação

que a comunidade da Coloninha recebia todos; agradeceu às pessoas que direta e indiretamente ajudaram a que a audiência pudesse acontecer e, dirigindo-se especialmente à comunidade da Coloninha, agradeceu pelo empenho de todos; e disse que a luta estava sendo travada porque a comunidade sempre foi muito atuante. Dito isso, registrou que a Escola Otília Cruz tinha 53 anos de vida e que 95% da comunidade havia estudado lá, assim como ela, que teve a sua primeira formação na escola, e fez um pequeno relato de como a problemática da Escola Otília Cruz havia começado. Afirmou que a escola nunca havia recebido investimentos para que as crianças pudessem lá permanecer e que eram ações propositais, sobre as quais não teria tempo de discorrer naquela audiência, registrando que em 2008 a Associação de Moradores começou a investigar por que as crianças não estavam fazendo mais a matrícula no Otília Cruz, tendo sido constatado que os alunos simplesmente haviam sido avisados que teriam que procurar outras escolas para estudar porque aquele prédio não seria mais escola. Depois disso, informou que procuraram os órgãos competentes pedindo explicações e mostrando a demanda existente na comunidade, mas não foram ouvidos, iniciando naquele momento a luta da comunidade contra a intenção das autoridades em relação ao prédio, que conforme já havia sido colocado, era para instalar o São Lucas II, feminino, um reformatório para menores infratores do sexo feminino, conforme dito pelo próprio Secretário da Segurança na época. Relatou que a comunidade não aceitou outra destinação ao prédio e se mobilizou, ocupando o espaço e desenvolvendo projetos sociais nas suas dependências, sendo por isso chamada de invasora, porque diziam que a escola era do governo do Estado e a comunidade tinha que sair de lá, mas foi respondido que antes de a escola ser do governo do Estado ali existia uma comunidade que havia votado naquele governo e que por isso a escola era da comunidade, advertindo que não se deixaria nada acontecer que não fosse para a área da educação. Para que as pessoas tivessem uma ideia geral, também relatou que os treze projetos desenvolvidos eram abertos à comunidade, que a escola não tinha vigia, que os livros da biblioteca haviam sido doados pela comunidade, com os quais as crianças faziam pesquisas, mesmo não tendo computadores ligados à Internet, e que as mães participavam das aulas de costura para aprender a costurar. Concluindo, afirmou que quando as pessoas querem, elas conseguem, e ressaltou que o governo não faz porque não quer, mas que a comunidade tinha condições de fazer. Em seguida, fez uso da palavra o **senhor Reginaldo Gertrudes, do Instituto Nimbus de Tecnologia Social e da Associação de Bairro dos Moradores da Coloninha**, que agradeceu a todos pela presença e disse que apresentaria algumas fotos, através de PowerPoint, dos projetos desenvolvidos na escola, para que todos pudessem visualizar e entender melhor o que se estava falando em termos de projeto. Explicou que o projeto contava com a participação da Associação dos Moradores do Bairro da Coloninha e do Instituto Nimbus de Tecnologia Social e que se chamava Programa Social da Comunidade/Projeto Social na Coloninha, através do qual eram atendidas 150 crianças e 30 pessoas da "melhor" idade, e não terceira idade, que faziam cursos de aplicação. Posto isso, citou os projetos que atualmente estavam em andamento, como dança de salão, realizado nas segundas-feiras; axé mirim, que de vez em quando faz eventos para a comunidade e que também trabalha a inserção de crianças com deficiência; axé de adolescentes; bateria mirim, que fez uma passeata também lutando pelo Hospital Florianópolis; aula de violão; capoeira; futebol, que tem o apoio da FIA e da Unidos da Coloninha, através do qual a garotada aprende a compartilhar o espaço e a dar valor ao próximo; curso de reciclagem; reforço escolar; artes aplicadas; e corte e costura. A respeito dos projetos em desenvolvimento, citou a aula de teatro; o jiu-jitsu, cujos tatames eram feitos dentro da escola com borracha de pneu reciclável e lona; e a computação, efetivado através da doação de trinta computadores pela Caixa Econômica Federal à escola. Em relação aos projetos profissionalizantes, disse que as empresas que querem investir dependem de definição clara do espaço, e citou o centro de recondicionamento de computador, que atualmente só tem em Porto Alegre, para atender setenta crianças da comunidade que vão aprender a dar manutenção em computadores e a fazer a parte de logística e a de reciclagem de material; outro projeto é o de energia sustentável, em parceria com a Celesc, para desenvolver um trabalho de sustentabilidade

energética, além do de eletricidade básica e do de ar-condicionado, já que os antigos não têm destino correto, prejudicando também a camada de ozônio. Referindo-se à conservação do prédio, disse que muitos queriam a Escola Otília Cruz por ela ser bem cuidada, enquanto outros colégios tinham sido apedrejados, pichados, mas que isso se devia ao trabalho da comunidade. Dito isso, mostrou várias fotos de pessoas da comunidade fazendo reparações no telhado, trocando registro, pintando paredes, e salientou que no entorno do colégio não existia pichação justamente porque a comunidade cuidava com muito carinho do espaço. Encerrando, registrou que o projeto social existia, não era invenção, e que a comunidade estava unida para dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos. [Taquígrafa-revisora: Siomara G. Videira.] Em seguida, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, registrou a presença do senhor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal da Educação, convidando-o a participar da mesa de trabalhos, e passou a palavra para o **senhor Francisco Carlos Posich (Chico), presidente da Associação de Moradores do Bairro Coloninha**, que saudou todos e falou da revolta que existe em todo o Estado com relação à educação. Observou que a divisão de renda e o direito à moradia, à escola, à segurança, à saúde e à educação sempre foram uma utopia do povo e dos movimentos sociais, complementando que sempre coloca a educação em primeiro lugar porque é justamente através dela que se baixa todas as estatísticas de violência e os índices de doenças. Em contrapartida, adiantou que a atual utopia dos movimentos sociais é impedir que colégios sejam fechados e suplicar a reabertura dos que já o foram. Em seguida, comentou que o Otília Cruz, quando iniciou as suas atividades, não tinha ensino fundamental e foi galgando etapas ao longo dos anos até chegar à condição de colégio estadual com ensino fundamental, contando que em função de interesses escusos pretende-se fazer do espaço uma cadeia ou um reformatório para menores infratores, indo na contramão da educação. Como encaminhamento, sugeriu a municipalização da Escola de Educação Básica Professora Otília Cruz, numa tentativa de se salvar o espaço para no futuro o Município poder assumir o ensino fundamental, conforme determinação do governo federal, e também pediu que todos os projetos do Município sejam mantidos, citando, entre eles, o da construção do ginásio. Na sequência, mencionou ter lido, no dia anterior, artigo no jornal segundo o qual o antigo Secretário da Saúde do Estado encaminhou projeto propondo revisão na lei que trata do exílio político, pretendendo que seja feito um plebiscito para rever essa situação. Ao final, acrescentou que seria bem mais interessante se ele tivesse enviado um projeto para que qualquer administrador público que tivesse a ousadia de fechar uma escola ou provocar sua evasão com o objetivo de fechá-la fosse condenado à prisão perpétua. Fazendo uso da palavra, o **senhor Flávio Bernardes, diretor-geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, representando o senhor Renato Hinnig, Secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis**, cumprimentou as autoridades, os representantes de entidades e os demais presentes, e informou que estava presenciando uma das maiores audiências públicas de que teve oportunidade de participar nos últimos dois anos. Disse que quando o Governador Raimundo Colombo assumiu o governo, e em seguida nomeou seus Secretários, determinou que saúde, segurança pública e educação seriam prioridades em sua gestão, tendo pedido, na ocasião, que os Secretários Regionais fizessem um levantamento de todas as escolas do Estado de Santa Catarina. A seguir, comunicou que foram encontradas mais de 1.500 escolas, todas enfrentando diversos problemas, e assinalou que, ao saber que a Escola Professora Otília Cruz estava ociosa e ocupada por pessoas da comunidade, o Governador pediu que o Secretário Renato Hinnig se esforçasse para solucionar o problema, sendo que, desde então, ele não mediu esforços para fazer com que a escola continuasse atendendo o ensino fundamental. Dito isso, avisou que, infelizmente, o Secretário Hinnig não pôde se fazer presente à audiência devido a compromissos anteriormente assumidos, tendo pedido que fosse passada a informação de que em nenhum momento o Governador ou o Secretário titubearam em deixar a escola para a comunidade. Assim sendo, acrescentou que, a pedido também da Prefeitura de Florianópolis, o Secretário Renato Hinnig e o Governador Raimundo Colombo estavam passando a Escola Professora Otília Cruz para a Prefeitura do Município, através de cessão de uso, estando isso já

definido no papel. Após aplausos, encerrou afirmando que todos os papéis já estavam na Secretaria da Administração e que o senhor Pedro Roberto Abel, diretor de Gestão Patrimonial, faria em seguida as explicações legais necessárias. Prosseguindo com a audiência, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, comentou que a notícia tinha sido tão boa que, certamente, nem todos a haviam compreendido. Dessa forma, deixou claro que o representante do Secretário havia acabado de dizer que parte do pedido da comunidade, que era municipalizar a escola, já estava sendo atendido, na medida em que está sendo construído um projeto de lei para o espaço ser definitivamente da comunidade, por meio da Prefeitura de Florianópolis, declarando que isso já era uma vitória, sendo aplaudida. Ainda avisou que o senhor Flávio Bernardes também lhe disse que a finalidade educacional da escola será mantida e que não será permitido que a Prefeitura utilize o espaço para qualquer outra função. Ato contínuo, passou a palavra ao **senhor Pedro Roberto Abel, diretor de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração**, que saudou os presentes, especialmente o senhor Aurélio, que por diversas vezes esteve na Secretaria da Administração cobrando a solução do problema. Na sequência, comunicou que no ano anterior tramitou na Secretaria da Administração um projeto, a pedido do Secretário Municipal da Educação, para que o Estado transferisse ao Município a Escola Professora Otília Cruz, explicando que, como 2010 foi ano eleitoral e a legislação proíbe qualquer tipo de transferência de patrimônio nesse período, não foi possível dar seguimento ao projeto. Dito isso, contou que, após a transição de governo, retomaram o projeto em março de 2011 e, atualmente, o processo encontra-se na Diretoria de Patrimônio da Secretaria da Administração, setor que tem por função fazer a gestão de todo o patrimônio do Estado, e esclareceu que nenhum patrimônio público pode ter sua propriedade transferida aleatoriamente, sendo necessário discutir com a sociedade a sua destinação, complementando que, como a escola encontra-se desativada e trata-se de um pleito do Município, já existe encaminhamento favorável a que o patrimônio seja transferido para a administração municipal. Por fim, falou que o projeto de lei encontra-se em fase final de elaboração, adiantando ser bastante provável que na semana seguinte já esteja nas mãos do Governador para ser instruído e enviado, posteriormente, à Assembleia Legislativa para análise e votação. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal da Educação de Florianópolis**, que cumprimentou todos e pediu desculpas por ter chegado atrasado à audiência. Assinalou que a educação é prioridade absoluta e responsabilidade de todos, esclarecendo que o Estado tem também o dever de prestar a educação fundamental, não podendo transferir todas as escolas para os Municípios, mas explicando que toda a educação infantil foi passada para os Municípios. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.] Sobre o número de vagas, avaliou que Florianópolis está numa condição melhor do que a maioria das cidades brasileiras, expondo que atende 39% das crianças de zero a três anos e 93% das crianças de quatro a cinco anos, mas também tem limitações nesse sentido, mesmo sendo uma obrigação estabelecida pela Constituição. Dirigindo-se aos Deputados, comentou sobre municipalização, observando que o Município conseguiu barrar um projeto do governo do Estado por não atender os seus interesses, visto o grande número de obrigações para uma arrecadação de 13%, enquanto a União conta com quase 65% e os Estados com mais de 20%. A seguir, explicou que o ensino fundamental é compartilhado, sendo obrigação do Estado manter o Colégio Otília Cruz, ressaltando que sem Reforma Tributária não haverá possibilidade de o Município de Florianópolis assumir toda a rede de ensino fundamental, até porque teria que achatá-los salários e colocar um grande número de alunos numa mesma sala de aula, e esclarecendo que o custo com a educação infantil é maior que o custo com o ensino fundamental, visto que cada sala de aula tem de ter dois profissionais para, no máximo, 25 crianças, sem contar as refeições, que são quatro por dia. Posto isso, contou que no ano anterior a Câmara Municipal fez uma audiência pública para debater o assunto em tela, ocasião em que foram colocadas as condições do Município para atender a educação infantil, ficando definido que seria encaminhado à Alesc imediatamente, o que não ocorreu em virtude das eleições. Em seguida, externou sua preocupação em relação ao caso, registrando que em reunião em Lages o Conselho Estadual de Educação, juntamente com a União Nacional

dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), abordou a corresponsabilidade, o regime de colaboração entre Estado e Municípios, e revelando que até o momento presente não sabia que o Colégio seria passado para o Município, indagando em que condições. Prosseguindo sua explanação, citou o caso da Escola Celso Ramos, que foi cedida ao Município apenas por dez anos, opinando que a transferência deveria ser definitiva, porque quando se fala em corresponsabilidade fala-se exatamente em transferência. Mostrando fotos que revelam as condições precárias da Escola Celso Ramos, contou que em janeiro o Secretário de Estado chamou-o para se discutir o assunto e que agora recebeu o contrato para assinar. A seguir, revelou que nunca tinha visto contrato tão rigoroso, dando como exemplo que a quadra de esportes só poderá ser utilizada pela educação infantil, caso contrário o Estado retomará o prédio. Continuando, reclamou que o projeto demorou mais de seis meses para ficar pronto e agora o Estado quer dar o mesmo prazo ao Município para ocupar integralmente o Colégio, senão será retomado, ocasião em que garantiu que isso não é regime de compartilhamento, e clareou que municipalização de uso significa transferência, portanto, deve ficar permanentemente para a educação. Dito isso, manifestou seu desejo de que houvesse uma negociação do Estado com o Município no sentido de resolver a transferência, oportunidade em que perguntou se será definitivamente ou por apenas dez anos. Ainda contou que na oportunidade informou ao Deputado Sargento Amauri Soares, Relator do projeto, que o Município não queria a transferência por apenas dez anos e sim definitivamente, mas que, infelizmente, a Alesc foi mais rápida e aprovou os dez anos, exatamente da maneira que o governo tinha encaminhado. Posto isso, registrou que as cinco creches que foram transferidas já estão sendo recuperadas, mesmo sem os R\$ 7 milhões que foram prometidos e até hoje não foram pagos, e ressaltou que o Município tem um custo muito elevado com a educação infantil, contando que passou de 7.700 crianças para 10.700, bem como que em período integral eram 30% de crianças e hoje são 68%, das sete horas da manhã às sete horas da noite. Ato contínuo, declarou que não é PhD em educação, mas em municipalização acha que sim, pois entende que se é regime compartilhado, de colaboração, todos têm de se unir para encontrar a melhor solução. Na sequência, parabenizou a comunidade pelo trabalho que fez, porque se a escola não fosse utilizada certamente estaria em situação pior que a Celso Ramos, e observou que dentro da política educacional é preciso olhar as necessidades, visto que a região conta com quatrocentas crianças que desde cedo precisam ser cuidadas, educadas e alimentadas. Também revelou que o Prefeito Dário Berger lhe disse da sua preocupação, tendo em vista que hoje já são investidos em educação 30% do orçamento de Florianópolis, dos recursos próprios de Florianópolis. Dito isso, apelou à Alesc e ao governo do Estado empenho no sentido de resolver a situação das duas escolas, a exemplo do que foi feito com a Silveira de Souza, que foi transferida só com um ofício do Secretário da Educação, complementado que já foram feitas algumas reformas, não uma reforma definitiva, o que só será feito quando do advento de uma lei transferindo-a definitivamente, assim como deve ser com as cinco creches, que até hoje não têm lei de transferência, diferentemente do que afirmou o Governador Raimundo Colombo na época das eleições. Finalizando, disse que as lideranças comunitárias querem que o Município assuma a educação infantil, e por isso a importância de uma boa negociação com o Estado para ver como poderá ser feita essa transição. Retomando a palavra, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, passou à ouvida da plenária, concedendo inicialmente a palavra ao **professor Lino Fernando Bragança Peres, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Tecnológico da UFSC, e suplente de Vereador de Florianópolis**, que saudou os presentes e divulgou que precisava se ausentar em função da organização do segundo encontro promovido pelas associações de moradores e pelos movimentos sociais para discutir o projeto político da cidade, o plano diretor, nos dias 8, 9 e 10 de setembro, do qual pretendem tirar uma pauta de reivindicações, inclusive no que diz respeito à educação, para encaminhar à Prefeitura, acrescentando que finalmente, depois de três anos de luta, Prefeitura e movimentos sociais estarão reunidos para discutir a reconstrução do núcleo gestor do plano diretor participativo. Ato contínuo, registrou que as lideranças

comunitárias locais solicitaram à Universidade Federal, mais precisamente ao seu departamento, que desenvolvesse um projeto, visto que a ideia, além de requalificar o espaço para a educação, é projetar o ginásio para atividades comunitárias culturais e de lazer, assim como se fez em outras comunidades. Por fim, disse que as portas da Universidade estavam abertas para fazerem esse trabalho em conjunto. Continuando a audiência, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, disse que a audiência pública trouxe um saldo positivo, houve um progresso, qual seja, a escola fica para o Município e a Universidade se dispõe a fazer o projeto do ginásio. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Édio Fernandes, presidente da Associação Amigos do Estreito**, que cumprimentou os membros da mesa e a comunidade da Coloninha e disse que os governos do Estado e do Município não podem deixar de apoiar o projeto do Colégio Otília Cruz. Voltando-se à Deputada, disse da sua preocupação com a falta de sintonia entre o Estado e do Município em relação à cessão da Escola, se por um prazo de dez anos ou definitivamente, avaliando que se continuarem agindo em desacordo ficarão na mesma situação das Polícias Civil e Militar. Posto isso, perguntou se o Secretário Rodolfo Pinto da Luz receberá uma escola com condições de seguir em frente, destacando que essa será uma batalha principalmente da Tânia e do Chico, com a vigília de todos os envolvidos. Finalizando, pediu a atenção do governo do Estado em relação às condições físicas dos colégios do Continente, destacando o Colégio Aderbal Ramos da Silva, único colégio de segundo grau no Estreito, que contava com 1.550 alunos e hoje conta com aproximadamente setecentos. Por sua vez, a **senhora Tânia Maria Ramos, vice-presidente da Associação de Moradores do Bairro Coloninha e coordenadora dos projetos sociais do bairro**, manifestou seu respeito aos representantes dos governos do Estado e do Município, mas deixou claro que estava indignada com a situação por que passa a educação. Externou que em época de eleição todos dizem que educação, saúde e segurança pública são prioridades, perguntando por que, se o Governador e o Prefeito já sabiam do problema, ficam nesse impasse agora e dizendo que se o Município e o governo do Estado não conseguem se entender é a comunidade que sofre. Dito isso, declarou que a questão de como ficará a escola, se o dinheiro será ou não devolvido, é um assunto que terá de ser discutido na Alesc, destacando que a prioridade são as crianças, que não podem ficar sem aula. Voltando-se aos representantes do governo estadual e do governo municipal, informou que a comunidade quer participar das negociações e perguntou o que será das crianças, computando um déficit de 150, enquanto o Secretário afirmou que são quatrocentas crianças. Também perguntou como ficará o ensino fundamental, onde as crianças vão estudar, antevendo que daqui a quatro ou cinco anos haverá outra briga [*Taquígrafa-revisora: Dulcinéia Maria Goulart.*], pois não haverá ensino fundamental. Encerrando, disse que todos deveriam começar a pensar no futuro, pois eram seus filhos, seus netos e as crianças da comunidade e das comunidades vizinhas que não teriam onde estudar, e que estaria acompanhando tanto o trabalho do governo municipal quanto o do governo estadual, esperando que as autoridades políticas atendessem aos anseios da comunidade. Em seguida, o **Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, lembrou que o Secretário Rodolfo havia comentado sobre a questão do Colégio Celso Ramos, trazendo um "fantasma" a mais à audiência pública, e disse que Alesc queria comprar este colégio do Governo do Estado para construir suas instalações, trazendo constrangimento à Assembleia Legislativa. Segundo o Parlamentar, as comunidades se mobilizaram e aquela situação havia sido revertida, porém aquele sentimento, dentro de algumas pessoas da Alesc, havia sido mantido. Continuando, afirmou que o projeto possuía problemas técnicos, assim como falta de documentos, citando que era necessário mobilização no sentido de se fazer o debate com a comunidade e as autoridades municipais e estaduais a fim de se encontrar a melhor opção para se fazer aquilo. Ainda, disse que era contra a municipalização, e que na Alesc lutava nesse sentido, do ensino escolar fundamental, lembrando que através de lutas esse projeto havia sido reprovado. Por fim, registrou que a municipalização da Escola Otília Cruz, exigida pela comunidade, era uma situação pontual e específica, não sendo esta uma bandeira do movimento popular, e afirmou que a questão deveria ser discutida com o Governo e com a comunidade, já vislumbrando os projetos educacionais a serem implantados no futuro. Ato contínuo,

fez uso da palavra o **senhor Gilmar Salgado dos Santos**, que salientou a luta da comunidade por manter a qualidade da educação na Escola Otília Cruz, assim como a luta pela reabertura do Hospital Florianópolis, fechado há dois anos, que o Governo queria privatizar, excluindo os mais pobres do sistema de Saúde, afirmando que deveriam ser construídas mais escolas e mais hospitais, e não destruí-los, pois o Estado e o País necessitam de mais investimentos nas áreas da educação e saúde. Na sequência, registrou que conhecia a Coloninha, salientando a importância do Colégio Otília Cruz, que chegou a ter mais de mil alunos em três turnos, e enfatizando que a escola não havia sido fechada por acaso, mas por uma política do Governo do Estado que estava priorizando a municipalização da educação de Santa Catarina. Posto isso, disse que aquilo era um abandono do ensino, afirmando que a municipalização era a porta de entrada para um processo de privatização do ensino público; lembrou que o Magistério e o Sinte eram contrários à privatização do ensino, reivindicando 10% do PIB, da riqueza do Brasil à educação; e registrou que os professores eram maltratados. A seguir, afirmou ser muito importante a mobilização da população, pois sem ela a referida escola já estaria fora dos planos do Governo, e pediu a todos que exigissem do Estado, do Município e da União o cumprimento dos seus papéis, garantindo serviços públicos de qualidade à população. Ao final, reiterou o pedido de que o Governo garantisse os 10% do PIB à educação, pois o Brasil é o 93º lugar no *ranking* da educação mundial e esta situação deveria ser revertida, porque educação de qualidade é direito de todos e sem ela não é possível a Nação evoluir como sociedade. Na sequência, o **senhor Paulo Davi Johann, representante do MST do Estado de Santa Catarina**, disse que apoiava a luta da comunidade pela ampliação do conceito de educação, pois este deveria ir além das salas de aula, além das escolas, porque educação era algo muito amplo, englobando as várias dimensões do ser humano. A seguir, afirmou que o Colégio Otília Cruz estava tendo aquela visão de educação, pedindo que o Poder Público reconhecesse o direito da comunidade de lutar por uma educação de melhor qualidade e de maior amplitude. Dito isso, contou que nos assentamentos, na área da educação no campo, o MST de Santa Catarina possuía em torno de setenta escolas, mas que nos últimos cinco anos o Governo havia fechado cerca de quarenta escolas que funcionavam nos assentamentos - mais de 20 mil em nível de Brasil. Também afirmou haver necessidade de a educação ser repensada no Estado, estando em primeiro lugar não somente no discurso, mas na prática, porque discursos, na visão do sociólogo Paulo Freire, não passavam de blá-blá-blá. Na sequência, comentou que no Município de Água Doce fazia anos que a comunidade possuía um projeto de construção de escola em uma área de assentamento, mas que até aquele momento nada havia sido construído. Encerrando, lembrou que em Blumenau a comunidade estava lutando pela federalização da Furb, que estava praticamente falida, pedindo que as autoridades e o público lutassem por esta causa, e disse que comunidade estava pedindo que a UFSC incorporasse para si aquela universidade, a fim de que os alunos de Blumenau tivessem uma universidade pública com educação de qualidade. Prosseguindo a audiência, manifestou-se o **senhor Flávio Souza, presidente da Associação Comunitária Amigos do Continente**, que sugeriu um tema para encaminhamento: que a questão dos colégios do Continente, como o Colégio Otília Cruz, fosse discutida em amplitude regional, pois havia outros casos, pedindo que aquela discussão fosse possível também com o Município. Em seguida comentou o caso do Colégio Aníbal Nunes Pires, que no momento contava com 800 alunos, mas que no passado teve três mil alunos, dizendo que a densidade demográfica e as atividades comerciais do Continente haviam crescido mas que hospitais e escolas vinham sendo fechadas, afirmando que isso demonstrava que algo estava errado. Dito isso, perguntou o que faltava aos colégios, respondendo que faltavam atrativos, lembrando que antigamente os colégios forneciam cursos técnicos, como de Administração de Empresa e de Contabilidade, mas que hoje estavam abandonados, sem atrativos. Também afirmou que existiam poucas áreas públicas voltadas ao esporte, dizendo que o ginásio Capoeirão, que antes ficava aberto ao público, hoje não permite esse tipo de acesso, pois está cedido à Cimed, empresa privada que está ocupando um espaço que antes era da comunidade; e registrou que o que é público é do povo e não poderia ser privatizado, afirmando que a população estava

perdendo espaços públicos para interesses privados. Comentando sobre questões que o Governo havia colocado anteriormente, a respeito de saúde, educação e segurança, alertou para a questão eleitoral lembrando que a ex-Secretária da Saúde Carmen Zanotto havia sido eleita Deputada Federal, que o ex-Secretário da Educação Paulo Bauer havia sido eleito Senador da República e que o ex-Secretário da Segurança Pública Ronaldo Benedet havia sido eleito Deputado Federal. Por fim, afirmou que se estes indivíduos ainda continuavam na política era graças ao povo que votava neles, pedindo a todos que não deixassem que políticos incompetentes continuassem decidindo o futuro de Santa Catarina. Em seguida, a **senhora Claudia Lopes Costa, presidente da Associação Beneficente Cultural Gente da Gente**, afirmou ter participado de audiência pública no passado na qual foi feita a mesma proposta, mas que nada havia sido realizado, e comentou que no momento o Governador era outro, o senhor Raimundo Colombo, que havia prometido mudanças nas áreas fundamentais do Governo, como Saúde, Educação e Segurança, pedindo que o governo respeitasse o desejo da comunidade. A seguir, afirmou que o Município não tinha capacidade de tomar conta de nenhuma escola, pois não arrecadava para isso, sendo do Estado essa atribuição, e pediu que o mesmo desse condições à escola de continuar a prestar seus valiosos serviços à comunidade. Ato contínuo, solicitou ao Estado que repassasse os R\$ 7 milhões que devia ao Município, pois esse dinheiro estava fazendo falta ao Município. Finalizando, disse que a situação do Colégio Otília Cruz se arrastava há anos, o mesmo ocorrendo com o Hospital Florianópolis, e que esperava que o Governador resolvesse aquela situação, pois ganhou a eleição abraçando a bandeira do Estado e deveria tomar as devidas providências. Dando seguimento à audiência, foi passada a palavra ao **senhor Reginaldo Gertrudes, do Instituto Nimbus de Tecnologia Social (Intecs) e membro da Associação de Moradores da Coloninha**, que disse que um dos grandes desafios encontrados pela comunidade era provocar a discussão disso e compartilhar com o Estado e o Município propostas que atendessem às necessidades da comunidade, pois era muito discutida em Santa Catarina a questão dos cursos profissionalizantes, perguntando qual tipo curso profissionalizante era oferecido pelo Estado e pelo Município e afirmando que não existia nenhum. A seguir, lembrou que existiam projetos propondo que esses cursos fossem oferecidos à população, afirmando que a comunidade tinha condições de construir um futuro diferente e melhor; propôs que população construísse um modelo integrando Estado, Município e comunidade, oferecendo cursos profissionalizantes que capacitariam os alunos a exercerem uma profissão; disse que os empresários que vêm de fora reclamam da falta de mão de obra disponível na região mas não investem na formação de novos profissionais, pois o Estado trata muito bem as empresas privadas mas não investe na formação de novos trabalhadores qualificados; e afirmou que, se houvessem cursos profissionalizantes, haveria funcionários qualificados, aptos a servirem tantos às empresas privadas quanto à comunidade. Encerrando, propôs, tanto ao Município quanto ao Estado, que [*Taquígrafo-revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*] estes deixassem a comunidade participar da reunião apresentando propostas que fizessem os governantes entenderem o que a comunidade era capaz de fazer e o que ela queria em termos de propostas de cursos profissionalizantes voltados à comunidade. A seguir, a palavra foi concedida ao **senhor Aurélio Carlos Souza, diretor da Associação dos Moradores do Estreito (AME)**, que disse que estão unidos com a comunidade da Coloninha e do Continente porque essa é a área deles e que eles têm que valorizar os projetos que são feitos. Afirmou que os problemas que estão enfrentando são muitos e que o grande problema é a falta de projetos do governo, dizendo ter certeza que se o governo estadual fizesse um projeto e uma modificação que fosse atrativa para os jovens e crianças isso mudaria. E registrou que espera que a partir desta audiência pública seja tomada uma posição definitiva, porque eles estão cansados de esperar pelo governo, afirmando que o governo tem que estar presente, que foi eleito pelo povo e que tem que dar a contrapartida. Na sequência, o **senhor Ari Nascimento, presidente da Associação dos Moradores do Estreito (AME)**, afirmou que a Associação entrou nessa luta em prol da Escola Básica Professora Otília Cruz e já está na luta também pelo Hospital Florianópolis; registrou que eles estão sendo deixados de lado, não estão sendo respeitados e que em época de eleição o

político aparece muito, mas que depois das eleições desaparece; e disse que a população precisa de solução para os problemas que vêm surgindo no dia a dia. Dito isso, deixou claro que isso não é problema do povo, da população, da comunidade, é problema do político, porque ele ganha o voto de confiança e, então, tem o dever de dar a resposta que todos precisam; e falou que está na hora de se resolver essa situação, porque no ano que vem tem mais eleição, alertando que tem que se votar certo para não se arrepender depois. Por fim, afirmou que todos precisam de saúde, segurança pública e educação, contando que o Colégio Aderbal Ramos da Silva está numa situação deplorável e convidando as autoridades para fazerem uma visita ao local, porque está uma vergonha. Continuando a audiência pública, a palavra foi passada ao **senhor Hamilton Vargas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica de Florianópolis**, que saudou todos os presentes e disse que espera que esse momento sirva de exemplo para todos os eventos que o povo deseja que aconteça em favor de toda a comunidade. Posto isso, registrou que é necessária muita sensibilidade por parte do governo do Estado e das autoridades para que os eventos aconteçam e todos possam discutir juntos e buscar resultados positivos, fazendo com que a comunidade tenha mais experiência, mais cultura, mais educação e mais saúde, e tenha uma resposta objetiva dos representantes políticos. Acrescentou esperar que a força da comunidade seja ampliada para todos os setores do governo, do Município, e que se sintam que é uma coisa muito simples poder organizar e finalizar algum trabalho. Quanto aos projetos do governo do Estado, comentou que quando chegam num certo ponto gastam o dinheiro, investem, organizam, mas não concluem. Finalizando, avaliou que os membros desta comissão que foi projetada para discutir os problemas da Escola Otília Cruz e do Hospital Florianópolis têm certeza de que chegarão a um final positivo e disse acreditar fielmente que todos os anseios serão alcançados porque todos querem. Retomando a palavra, a **senhora Presidente** passou a condução dos trabalhos ao **Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, que concedeu a palavra ao **senhor Saul Henrique, morador da comunidade**, que contou que faz parte da história da escola porque nasceu na comunidade há 43 anos, estudou e formou-se na referida instituição e faz parte do trabalho da comunidade. Expôs que no ano passado foi feito o Projeto Mestre-Sala e Porta-Bandeira Mirim, com dez casais da comunidade que gostavam muito de participar, mas que neste ano não aconteceu ensaio por falta de apoio. Em seguida, afirmou que a escola não pode fechar, tanto que no ano passado conquistou o prêmio de escola-modelo do Estado, mas constatou que a escola está fechando aos poucos porque os alunos foram para o Colégio Estadual Irineu Bornhausen, pois foram iludidos, porém, hoje pode ser vista a realidade, o sofrimento da comunidade. Reiterou que no ano passado os candidatos foram à sua casa pedir voto e até hoje não deram resposta do pedido, argumentando que o político é candidato para pedir seu voto e depois para ouvir o seu apelo. Contou que sempre votou nessa escola e que no ano passado foi votar no Colégio Irineu Bornhausen, indagando por que votar em outra comunidade se há escola na comunidade deles. Encerrando, apelou a todos para que dêem apoio à Tânia participando, fazendo-se presente nas manifestações para poder cobrar a resposta dos políticos, e disse que a escola vai continuar. Ato contínuo, a palavra foi passada ao **senhor Orlando Tomaz, vice-presidente do PDT de Florianópolis e morador do bairro Coloninha**, que contou que ele foi uma das primeiras pessoas a chegar para a audiência pública e disse que estava doente mas veio porque era importante participar, frisando que esse é o espírito da audiência. Em seguida, o **senhor Orlando Tomaz** registrou que está representando a comunidade e também o seu partido, o PDT, que foi o primeiro partido a aderir à educação neste País e que criou, através do ex-Governador Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, o modelo para ser desenvolvido em todo o País, que foram os Cieps, falando do desejo de que fossem criados Cieps em Santa Catarina e em todo o Brasil. Como filho de professora e como morador há 34 anos dessa comunidade, pediu mais respeito com a comunidade, porque não tem no Estreito uma outra área pública para amanhã ou daqui a dez anos ter outra escola, nem municipal nem estadual. Afirmando que o local foi esvaziado pelo ex-Governador que hoje está no Senado não sabe fazendo o quê, registrou que não se precisa desse tipo de político, mas que, como já foi dito, foram eleitos vários políticos e que se vai precisar do trabalho deles, sim, para que se possa defender no

futuro alguém da comunidade que estará preso por isso, e disse que fez uma proposta na reunião anterior para que fosse feita uma trincheira a fim de impedir o Bope de prender alguém. Posto isso, registrou que confia no Secretário desde 1987, quando este era Reitor da UFSC e ele era diretor da Fucadesc, lembrando que naquela época foi criado o primeiro laboratório que resultou no desenvolvimento que tem hoje o cultivo da ostra e do marisco, e pediu que o Secretário levasse, por meio da audiência pública, ao Prefeito Dário Berger a solicitação com o mesmo espírito que levou naquela vez aquele projeto, afirmando que todos ajudarão nisso e cobrarão o resultado. Ao final, lembrou que esta escola foi eleita pelo projeto Amigo da Comunidade, da Rede Globo, e acabou nisso, por ato de um Governador irresponsável. Em seguida, a palavra foi concedida à **senhora Lúcia Helena da Silva, moradora da comunidade há 42 anos**, que disse que os seus filhos estudaram nesta escola, que foi referência até pouco tempo atrás, e que hoje estão vendo a escola fechar, considerando isso uma vergonha. Registrou que se não fosse a Associação de Moradores ter tomado conta da escola, assumindo esses projetos sociais muito importantes para as crianças, não saberia no que teria se tornado essa situação. E, como ex-servidora do Hospital Florianópolis, disse que sente muito que o Hospital Florianópolis esteja sendo fechado, ou virando uma OS. A seguir, solicitou às autoridades que pensem com carinho em toda essa situação, porque as crianças precisam estudar, lembrando que a educação está em primeiro lugar, e ressaltou que se as crianças fossem educadas, tanto na escola como na família, muita coisa seria evitada na segurança, na saúde e em todos os outros setores. Ainda, comentou que, como moradora da Coloninha, gostaria que todos pensassem com carinho nos projetos que aqui também foram apresentados, não somente transformando a escola em municipal. Encerrou agradecendo à Associação de Moradores, em nome da Tânia e do Chico, pela iniciativa de pegarem junto com a comunidade, pois estão batalhando nisso e tornando possível para todos. Na sequência, a palavra foi passada à **senhora Glória Heloísa Simão**, que disse que faz parte da comunidade da Coloninha com muito orgulho porque foi criada ali e estudou nesta escola, considerando-a seu segundo lar. Na sequência, afirmou que gostaria muito que esse projeto fosse feito pela Tânia, pelo Chico e pelo Reginaldo, que todas as quartas-feiras se reúnem para lutar pelo Hospital Florianópolis, o qual há quinze dias salvou sua vida, salientando que se o referido hospital estivesse fechado ela não estaria presente na audiência. Dito isso, pediu que os projetos não ficassem simplesmente jogados de brincadeira, porque a educação não pode ser levada de brincadeira. Continuando, ressaltou que a educação começa quando os filhos nascem, no berço, e que a escola é o complemento da educação, considerando que não é fechando escolas, como a Otília Cruz, o Colégio Aderbal Ramos da Silva, mais tarde o Colégio Irineu Bornhausen e tantas outras escolas, como estão fechando em Biguaçu, que o problema vai ser resolvido. Posto isso, perguntou o que se vai fazer; se se vai jogar essas crianças na rua; quantos policiais, quantos carcereiros terão que ser contratados; e se terão que construir casas com grades, tijolos e tudo mais, porque a prioridade da vida está sendo jogada no lixo, ou seja, a educação. Também disse que se tiver educação se terá saúde e uma comunidade, um Município, um Estado, um País e Governadores melhores, pois se se tem condições de estudar em colégio particular ou em escola pública se deveria dar muito mais valor à educação, ao projeto, ao trabalho e ao esforço de um pai que educa o seu filho em casa, que o manda para a escola e que não quer que seu filho volte para casa porque há greve de professores. Dando seguimento à sua explanação, contou que a sua filha tem 18 anos e estuda Pedagogia na UFSC e que deseja que todas as crianças façam parte de uma educação, de uma civilização, de um povo que sabe respeitar, que sabe valorizar o que se chama educação no País. Encerrando, apelou às autoridades que não olhassem para os demais presentes como um bando de coitados, mas como pessoas que querem crescer, estudar, levar este País para frente e ser reconhecidas lá fora como um grande Brasil e não aquele Brasil de índios, de negros ou de um monte de mulheres bonitas. [Taquígrafa-revisora: Ione T. R. de Melo.] Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Valdemar Moraes Júnior**, que ao saudar os presentes disse estranhar a ausência do Governador Raimundo Colombo e do Prefeito Dário Berger, avaliando que a eleição para esses senhores não acabou, está apenas começando, e que no

próximo pleito lembrarão desta audiência. Em seguida, observou que a educação, tanto nos colégios municipais como estaduais, já está falida este ano e que mesmo que esse projeto saia até dezembro será implantado apenas no próximo ano, destacando que as creches precisam funcionar para que as mães possam trabalhar. Entristecido, apontou as crianças encolhidas de frio na plenária e chamou-as de guerreiras, dizendo-lhes que a responsabilidade, a culpa de estarem ali não era de seus pais e familiares, mas do Governo do País, do Estado e da Cidade. Finalizou dizendo estar certo de que Deus está presenciando os esforços daqueles que estão presentes em prol da comunidade. Em seguida, a palavra foi concedida ao **senhor Jair Batista Ramos, representando o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera**, que cumprimentou a todos, destacadamente a comunidade, pela persistência na luta contra isso. Em nome do Deputado Pedro, comprometeu-se a somar esforços, juntamente com a Deputada Angela Albino e o Deputado Sargento Amauri Soares, no sentido de aprovar o projeto, garantindo esse espaço para a comunidade. Por fim, afirmou que o Deputado Padre Pedro votará favorável a que os projetos iniciados continuem sendo públicos. Prosseguindo, a palavra foi concedida ao **senhor João Luiz de Oliveira (Gão), da Associação de Moradores da Ponta do Leal**, que atuou imensamente para que a audiência acontecesse e que reafirmou todas as qualificadas falas que o antecederam, parafraseou Che Guevara dizendo que um povo sem educação não tem consciência política. Fazendo encaminhamento, apresentou a proposta de análise do atual orçamento do Município e a inclusão no Orçamento de 2012 da construção do ginásio, possibilitando a continuidade do trabalho social, profissionalizante e ocupacional. Agradecendo imensamente pela presença ao MST, parabenizou-o pela luta e, de igual forma, à Deputada Angela e ao Deputado Sargento Amauri. Finalizou conclamando a união de todos para concretizar os objetivos da comunidade. Retomando a palavra, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, elencou os encaminhamentos registrados até o momento: 1) que a comunidade possa participar da minuta da lei com a Prefeitura Municipal e com o Governo do Estado; 2) que seja garantida a manutenção dos projetos sociais; 3) que a comissão se empenhe para que 10% do PIB vá para educação; 4) que haja a federalização da Furb; 5) que se inclua no Orçamento de Santa Catarina o ginásio; 6) que a comissão formalize um pedido para que parte dos móveis e equipamentos que estão sendo trocados na Alesc sejam doados à escola. Ato contínuo, submeteu os encaminhamentos à plenária, obtendo concordância unânime como resposta. Ainda, sugeriu que após a audiência possam ter uma reunião de trabalho da Associação com os representantes do Estado e do Município para tratarem com o ficará o uso desse espaço até que as ações se concretizem. Prosseguindo a audiência, foi concedida a palavra à **senhora Tânia Maria Ramos, vice-presidente da Associação de Moradores do Bairro Coloninha e coordenadora dos projetos sociais do bairro**, que reafirmou que a Associação vai participar com a Alesc, com o Governo do Estado e com o Município de todos os projetos relacionados à Escola Otília Cruz. A seguir, reforçando as palavras da senhora Tânia, o **senhor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal da Educação de Florianópolis**, pontuou a importância de uma comissão para discutir o futuro da escola e as condições compartilhadas entre o Estado e o Município para tratar disso. Em seguida, foi concedida a palavra ao **senhor Gilmar Salgado dos Santos** que destacou a importância dessa comissão e acrescentou o encaminhamento de que, tendo em vista a eminente situação de fechamento de diversos colégios do Município, propôs que essa audiência pública se manifestasse contrária ao fechamento de qualquer colégio do Estado de Santa Catarina, exigindo sua reabertura imediata. Ato contínuo, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, frente à intensa salva de palmas, acatou o acolhimento unânime do encaminhamento. Em seguida, disse que gostaria de lembrar, já que estavam na Escola Otília Cruz, que o Colégio Antonieta de Barros foi fechado - colégios que homenageiam duas das poucas mulheres registradas nos livros de história, sendo uma delas a mulher que faz aniversário agora, no dia 30 de agosto, que é Anita Garibaldi, pontuando que esta ensinou a todos aquilo que se está ensinando em Florianópolis, ou seja, que se faz a história, a história não está feita. Dito isso, observou que vivenciaram esse grande ensinamento na caminhada, desejando que ele nunca se apague de suas memórias. Como último registro, comentou que a Assembleia

Legislativa tem sido alvo de críticas nos últimos dias, muitas com grande justiça, porém pediu que não se misture o joio com o trigo, ressaltando que durante esses meses que está na Alesc tem visto muitos servidores dedicados e pedindo aos servidores presentes que levantassem a mão para receberem uma salva de palmas, o que ocorreu. Finalizando sua intervenção, parabenizou àqueles que fazem a história, àqueles que constroem o que é público. Dando continuidade à audiência, a palavra foi concedida ao **senhor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal da Educação de Florianópolis**, que convidou o Governador do Estado e os senhores Deputados para sexta-feira, às 11h, irem à Escola Celso Ramos com o intuito de reverem aquela questão. Ato contínuo, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, concedeu a palavra ao padre Feller, para sua saudação final e uma benção a todos. O **padre Flávio Feller, pároco e administrador da Paróquia Santo Antônio e Santa Maria Goretti, da Coloninha**, cumprimentou os presentes e parabenizou-os pela coragem de estabelecer esse diálogo aberto e de lutar por mudanças sociais. Posto isso, comunicou que há um mês veio transferido de Itapema para essa comunidade e que tem ouvido muito sobre o colégio e os projetos sociais da comunidade. Em seguida, convidou os presentes a rezarem o Pai Nosso e abençoou a comunidade pedindo força e coragem para quem está na luta e discernimento aos governantes para que suas decisões reflitam o que é melhor para o povo de Deus. Nada mais havendo a tratar, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-revisora: Sandra M. Coelho.]

DEPUTADA ESTADUAL ANGELA ALBINO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

*** X X X ***

ATA DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATIVA

Às dez horas do dia quinze de fevereiro do ano de dois mil e onze, reuniram-se na Sala de Imprensa os Senhores Deputados: Angela Albino, Manoel Mota, Pe. Pedro Baldissera, Romildo Titon, Silvío Dreveck, José Nei Alberton Ascari e Maurício Eskudlark, para instalação e eleição do Presidente e Vice presidente da Comissão de Legislação Participativa. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Manoel Mota o qual, em obediência ao Regimento Interno, § 1º Art. 123, solicitou aos membros candidatos a Presidente e Vice Presidente, que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma indicação com o nome da Senhora Deputada Angela Albino para Presidente será na próxima reunião ordinária. A posse da Presidente e dos membros deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, a Senhora Deputada Angela Albino, agradeceu aos Deputados Membros e nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente convocou os Senhores Deputados para uma nova reunião, nos termos Regimentais, para na próxima terça-feira, dia 22 de fevereiro de dois mil e onze, às dez horas na Sala de Imprensa. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Heloisa Cabral Uchôa Rezende, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala de Imprensa, 15 de fevereiro de 2011.

Deputada Angela Albino

Presidente

Deputado Romildo Titon

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Manoel Mota

Deputado Silvío Dreveck

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado José Nei A. Ascari

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia primeiro de março do ano de dois mil e onze, reuniram-se na Sala de Imprensa os Senhores Deputados: Angela Albino, Pe. Pedro Baldissera, Dirce Heiderscheidt substituiu o Senhor Deputado Romildo Titon, José Nei Alberton Ascari e Maurício Eskudlark, para eleição do Vice Presidente da Comissão de Legislação Participativa. Os trabalhos foram abertos pela Deputada Angela Albino, Presidente da Comissão, o qual, em obediência ao Regimento Interno, § 1º Art. 123, solicitou aos membros candidatos a Vice Presidente, que fizessem suas inscrições visando concorrer ao cargo. Foi apresentado o nome do Senhor Deputado Pe. Pedro Baldissera, que foi eleito por unanimidade. A posse deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, a Senhora Deputada Angela Albino, apresentou o ofício do Deputado Pe Pedro Baldissera, solicitando Audiência Pública em Cerro Negro, dia 17 de março, para tratar da situação dos agricultores atingidos por barragens. Após discutirem e ponderarem, os Senhores Deputados em questão chegaram a conclusão de que a Audiência solicitada se faz necessária, e que tem amparo no decreto, assinado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 26 de Outubro de 2010, que estabelece critérios sócio econômicos dos atingidos por barragens em todo o Brasil; visto que o decreto cita o Ministério de Pesca, Deputado Pe Pedro Baldissera, autor do ofício, sugeriu o recolhimento do mesmo e o encaminhamento para a Comissão de Pesca, a qual ele é o Presidente. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a todos e convocou os Senhores Deputados para uma nova reunião, nos Termos Regimentais, para na próxima terça-feira, dia 08 de março de dois mil e onze, às dez horas na Sala de Imprensa. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Heloisa Cabral Uchôa Rezende, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala de Imprensa, 01 de março de 2011.

Deputada Angela Albino - Presidente
Deputado Romildo Titon
Deputado Pe.Pedro Baldissera
Deputado Manoel Mota
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Maurício Eskudlack
Deputado José Nei A.Ascari

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dez horas do dia dezoito de abril do ano de dois mil e onze, sob a Presidência da Deputada Angela Albino, reuniram-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na sala de Imprensa os Senhores Deputados: Angela Albino, Romildo Titon, José Nei Alberton Ascari, Manoel Mota, Silvio Dreveck e Maurício Eskudlark. Abertos os trabalhos a Senhora Deputada Angela Albino, Presidente da Comissão, apresentou a Ata da Primeira Reunião Ordinária, aprovada por unanimidade. Ato continuo a Senhora Presidente apresentou o Requerimento do Seminário de Mobilidade Urbana, a ser realizado no dia 26 de maio do corrente, no Auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Heloisa Cabral Uchôa Rezende, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala de Imprensa, 19 de abril de 2011.

Deputada Angela Albino - Presidente
Deputado Romildo Titon
Deputado Pe.Pedro Baldissera
Deputado Manoel Mota
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Maurício Eskudlack
Deputado José Nei A.Ascari

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às quatorze horas do dia dez de agosto do ano de dois mil e onze, sob a Presidência da Deputada Angela Albino, reuniram-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na sala de Imprensa os Senhores Deputados: Angela Albino, Romildo Titon, José Nei Alberton Ascari,

Manoel Mota, Pe. Pedro Baldissera e Maurício Eskudlark. Abertos os trabalhos a Senhora Deputada Angela Albino, Presidente da Comissão, apresentou a Ata da Segunda Reunião Ordinária, aprovada por unanimidade. Ato continuo a Senhora Presidente apresentou o Requerimento de sua autoria para Audiência Pública sobre a desativação da Escola Básica Estadual Professora Otília Cruz, no município de Florianópolis, e o destino da sua estrutura, aprovada por unanimidade e que será realizada no dia 23 de agosto do corrente, na Escola em pauta. Em seguida a Senhora Presidente apresentou o Requerimento de sua autoria para Audiência Pública, que discutirá questões sócio-ambientais relativas à Ponta do Coral, no Município de Florianópolis, que foi aprovado por unanimidade e será realizada no dia 26 de outubro de 2011, às 09:00 horas, no Plenarinho. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Heloisa Cabral Uchôa Rezende, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala de Imprensa, 10 de agosto de 2011.

Deputada Angela Albino - Presidente
Deputado Romildo Titon
Deputado Pe.Pedro Baldissera
Deputado Manoel Mota
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Maurício Eskudlack
Deputado José Nei A.Ascari

*** X X X ***

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dez horas do dia seis de setembro do ano de dois mil e onze, sob a Presidência da Deputada Angela Albino, reuniram-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na sala de Imprensa os Senhores Deputados: Angela Albino, Romildo Titon, José Nei Alberton Ascari, Manoel Mota, Pe Pedro Baldissera e Silvio Dreveck. Abertos os trabalhos a Senhora Deputada Angela Albino, Presidente da Comissão, apresentou a Ata da terceira Reunião Ordinária, aprovada por unanimidade. Ato continuo a Senhora Presidente apresentou o Requerimento de sua autoria para Audiência Pública com objetivo de debater sobre a 'Segurança Pública na Região Metropolitana da Grande Florianópolis, que foi aprovada por unanimidade e que será realizada no dia 27 de setembro do corrente, no Plenarinho da ALESC . Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Heloisa Cabral Uchôa Rezende, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala de Imprensa, 06 de setembro de 2011.

Deputada Angela Albino - Presidente
Deputado Romildo Titon
Deputado Pe.Pedro Baldissera
Deputado Manoel Mota
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado José Nei A.Ascari

*** X X X ***

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia quinze de junho de dois mil e onze, sob a Presidência do Senhor Deputado Marcos Vieira e presentes mais os senhores Deputados Mauricio Eskudlark, Kennedy Nunes, Darci de Matos (substituindo o Deputado Jean Kuhlmann), Sargento Soares, Dirceu Dresch (substituindo o Deputado Volnei Morastoni) e senhora Deputada Dirce Heiderscheidt reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala de reunião das Comissões. Aberta a sessão, foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior. O senhor Presidente iniciou os trabalhos, o Deputado Darci de Matos relatou com parecer favorável o PL 0153.6/11 do Governo do Estado que autoriza a aquisição de imóvel no município de Palmeira (regularização da ocupação pela Polícia Militar), relatou com parecer favorável o ofício 0088.0/11 do Corpo de Bombeiros Voluntários de Guaramirim, relatou com parecer favorável o PL 0094.1/11 de sua autoria, que altera a Lei 14.890 de 2009, alterada pela Lei 15.372 de 2010, que disciplina o controle de usuários em estabelecimentos voltados à comercialização do acesso a internet no Estado de Santa Catarina, a Deputada Dirce Heiderscheidt relatou o ofício 0226.2/11 da Sociedade Corpo de

Bombeiros Voluntários de São Miguel do Oeste solicitando Diligenciamento. O Presidente colocou o requerimento de audiência pública solicitado pela Deputada Angela Albino sobre "A Segurança Pública em Itajaí" em discussão, a comissão aprovou ficando data e local a definir, foi colocado em discussão o ofício dos Deputados Darci de Matos e Maurício Eskudlark solicitando a presença do Senhor Secretário da Segurança Pública César Grubba e do Diretor geral do Detran nessa Casa Legislativa para debater sobre os Critérios do Edital das Auto Escolas, a comissão aprovou, transformando em Audiência Pública, ficando agendada para dia 28 de junho às 10.00hs no Palácio Barriga Verde. Nada mais havendo a tratar, encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão. Sala das Reuniões em 15 de junho de 2011.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia 10 de agosto de dois mil e onze, sob a Presidência interina do Senhor Deputado Sargento Amauri Soares e presentes mais os senhores Deputados Daniel Tozzo, Maurício Eskudlark, Kennedy Nunes, Jorge Teixeira (substituindo o Deputado Jean Kuhlmann), e a senhora Deputada Dirce Heiderscheidt reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala de reuniões das Comissões. Aberta a sessão, foi lida e aprovada as Atas das reuniões anteriores. O senhor Presidente iniciou os trabalhos, o Deputado Kennedy Nunes relatou o ofício 0083.5/11 da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, solicitando Diligenciamento, relatou com parecer favorável o ofício 0042.7/11 da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Curitiba, relatou com parecer favorável o ofício 0080.2/11 da Associação dos Bombeiros Comunitários de Mafra, relatou com parecer favorável o ofício 0343/11 da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Tubarão, relatou o ofício 0220.7/11 da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Chapecó solicitando Diligenciamento, relatou com parecer favorável o ofício 0081/11 da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Capinzal, relatou com parecer favorável o ofício 0058/11 da Associação de Bombeiros Comunitários de Timbó, relatou com parecer favorável o ofício 0256/11 da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, o Deputado Jorge Teixeira relatou com parecer favorável o ofício 0425.7/11 da Associação de Bombeiros Comunitários de Iporã do Oeste, relatou o ofício 0395.7/11 do Corpo de Bombeiros Comunitários de Correia Pinto solicitando Diligenciamento, a Deputada Dirce Heiderscheidt relatou com parecer favorável o ofício 0396.8/11 da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Massaranduba, relatou com parecer favorável o PL 166/11 de autoria do Deputado Antonio Aguiar que institui o dia 20 de junho como "Dia do Agente Prisional", o Presidente relatou com parecer favorável o 0437.0/11 da Federação Catarinense de Bombeiros Comunitários e Voluntários de Lages, relatou com parecer favorável o ofício 0214/11 de São Carlos, relatou o ofício 404.2/11 da Associação de Bombeiros Comunitários de Rio do Sul solicitando Diligenciamento. Foram colocados em discussão os requerimentos de audiência pública solicitado pelo Deputado Sargento Amauri Soares para discutir a pauta de reivindicações da sociedade civil organizada para o sistema de segurança pública catarinense, a comissão aprovou, ficando marcada a data do dia 31 de agosto às 19 horas no Palácio Barriga Verde. Foi colocado em discussão requerimento de audiência pública solicitada pelo Deputado Jailson Lima para tratar do Sistema Integrado de Segurança Pública, envolvendo as polícias civil e militar, Samu e Corpo de Bombeiros, a comissão aprovou ficando a definição da data e local após consulta ao Deputado autor da requisição da audiência. O Presidente colocou em discussão requerimentos dos Deputados Maurício Eskudlark e Luciane Carminatti solicitando audiência pública para verificar as condições de segurança nas rodovias que cobrem o trajeto de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, a comissão aprovou a realização para a primeira semana de setembro no município de Porto União, ficando a data e local a definir. Nada mais havendo a tratar, encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão. Sala das Reuniões em 10 de agosto de 2011.

Deputado Sargento Amauri Soares

Presidente da Comissão em exercício

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 3047/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão n.º 047/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E SERVIÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "PROGRAMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ENTORNO DA ALESC".

Lote 01 -

Restou deserto.

Lote 02 -

Restou deserto.

Lote 03 -

Restou deserto.

Lote 04 -

Restou deserto.

Lote 05 -

Restou fracassado.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

VALTER EUCLIDES DAMASCO

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 219/2011

REFERENTE: Inexigibilidade nº 043/2011 celebrado em 24/11/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina.

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico na II Feira de Produtos da Reforma Agrária e na II Festa Crioula que acontecerá no Assentamento Zumbi Palmares, município de Passos Maia SC., com direito ao que abaixo segue:

- Espaço físico e Stand com 10m²;
 - Espaço para fixação de banner institucional e instalação de telões;
- Espaço para utilização de símbolo/logomarca institucional.

DATA: 26 e 27 de novembro de 2011

VALOR: 30.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0122/2011.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica -).

Florianópolis, 07 de dezembro de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 220/2011

REFERENTE: Inexigibilidade nº 044/2011 celebrado em 30/11/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Associação Compoerense de Voluntários

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico na 9ª Edição da Feira da Agropecuária, do Artesanato, Indústria e Comércio de Campo Erê, com direito ao que abaixo segue:

- Stand com metragem de 24,75m²;
 - Espaço para fixação de banner institucional e instalação de telões;
- Espaço para utilização de símbolo/logomarca institucional;

DATA: 01 a 04 de dezembro de 2011

VALOR: R\$ 20.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0126/2011.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica -).

Florianópolis, 07 de dezembro de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 221/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 088/2011, celebrado em 02/12/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Taf Distribuidora Ltda.

OBJETO: Fornecimento estimado de até 6.000kg (seis mil quilos) de açúcar refinado acondicionados em pacote plástico, íntegro, resistente, vedado hermeticamente; a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto; embalado em pacotes de 1 kg (um quilo); acondicionados em caixas de papelão ou pardos; com entrega programada, no Almoarifado da ALESC, de até 500 kg (quinhentos quilos) mensais.

VIGÊNCIA: 01/01/2012 a 31/12/2012

VALOR GLOBAL: R\$ 14.700,00

VALOR UNITÁRIO: 2,45

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão CL n.º 039/2011; Autorizações para Processo Licitatório N.º 0093, 0094, 0095/2011 - LIC, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC

Tarciso Vidal Lohn- Sócio

*** X X X ***

LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 551, de 7 de dezembro de 2011

Altera a alínea "f" do inciso IV, do art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências.

Eu, Deputado Gelson Merisio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º, da Constituição do Estado, promulgo a presente Lei Complementar:

Art. 1º A alínea "f", do inciso IV, do art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

IV -

f) em edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares, em turismo e hospitalidade;

....."

Art. 2º Fica revogada a alínea "e", do inciso I, do art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 3150, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANDREZA MATOS DE SOUZA**, matrícula nº 6693, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3151, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANDREZA MATOS DE SOUZA, matrícula nº

6693, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3152, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 3055, de 29 de novembro de 2011, que NOMEOU **WANDO FURLAN CEOLIN**, Matrícula nº 6878.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3153, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR WANDO FURLAN CEOLIN, matrícula nº 6878,

para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3154, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **NEIDE MARIA GONÇALVES**, matrícula nº 6045, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de dezembro de 2011 (Gab Dep Mauricio Eskudiark).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3155, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **RUBENS MANOEL JUSTINO**, matrícula nº 1838, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica Administrativa - Apoio Técnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, CELITA PINTO FORTKAMP, que se encontra em fruição de férias por 90 (noventa) dias, a contar de 01 de dezembro de 2011 (DA - Coordenadoria de Serviços Técnicos).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3156, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

FAZER CESSAR a Portaria nº 2777, de 29/09/11, que designou o servidor **ERADIO MANOEL GONÇALVES**, matrícula nº 0929, para exercer, em substituição a função de Assessoria Técnica-consultoria, código PL/FC-5, a partir de 07 de dezembro de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3157, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **IVELISE SELL**, matrícula nº 1460, na DL - CC - Comissão de Educação Cultura e Desporto.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3158, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **CRISTINA LOPES DOS REIS**, matrícula nº 1154, na DL - Coordenadoria das Comissões.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3159, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ADEMIR BELONDINO DA SILVA**, matrícula nº 1450, na DA - CSG - Gerência de Protocolo Geral.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3160, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **EVELIM GISELE PIRES**, matrícula nº 1136, na DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3161, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JOSÉ PAULO PEREIRA DA SILVA**, matrícula nº 1524, na DL - Coordenadoria das Comissões.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3162, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **REJANE MARI PALUDO**, matrícula nº 1418, na CGP - Coordenadoria da Biblioteca.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3163, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **VALEMAR NEVES FILHO**, matrícula nº 1599, na DA - Coordenadoria de Transportes.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3164, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MYLLENE VIEIRA CAMILLI**, matrícula nº 1902, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-64, na Consultoria Legislativa.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3165, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **MYLLENE VIEIRA CAMILLI**, matrícula nº 1902, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica-consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, CARLOS ALBERTO DE LIMA SOUZA, a contar de 07 de dezembro de 2011 (MD - Consultoria Legislativa).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3166, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor **CIRO SILVEIRA**, matrícula nº 1500, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe de Seção de Processos e Atos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, CÍNTIA MARA SCHE VIEGAS, que se encontra em licença saúde por 60 (sessenta) dias, a contar de 04 de novembro de 2011 (DRH - Diretoria de Recursos Humanos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3167, de 07 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JOSÉ FILOMENO NETO**, matrícula nº 1166, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, na DTI - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3168, de 08 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família o servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
620	Sérgio Rogério Furtado Arruda	30	27/11/11	2490/11

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3169, de 08 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família o servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1872	Rosana Pio Silveira	15	07/12/11	2497/11
851	Altamiro Osmar Koerich	21	02/12/11	2493/11

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3170, de 08 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
599	Maria Salete de Bem Urban	22	01/12/11	2491/2011
732	Maria Salete Voss Rosa	90	01/12/11	2492/2011
1842	Beatriz Campos Elias Acorsi	30	02/12/11	2494/2011
2537	Cíntia Mara Sche Viegas	27	04/12/11	2995/2011
1818	Denise Videira Silva	30	05/12/11	2496/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3171, de 08 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Carla Cristina Sché	2536	3%	21%	01/10/11	2095/2011
Carlos Magno Bargaen	5883	3%	3%	01/11/11	2107/2011
Assuero Isoton	5884	3%	3%	01/11/11	2108/2011
Josue Costa	5033	3%	3%	01/11/11	2140/2011
Paulo Roberto Maluche de Braga	6199	6%	6%	02/03/11	2141/2011
Paulo Roberto Maluche de Braga	6199	3%	9%	26/08/11	2141/2011
Jair Antonio Miotto	3094	3%	12%	07/11/11	2164/2011
Jose Filomeno Neto	1166	3%	33%	03/11/11	2165/2011
Fátima Aparecida Bernardi	5847	3%	3%	11/11/11	2184/2011
Vinicius Veiga Garcia Hamagushi	3415	3%	12%	12/11/11	2229/2011
Valmor Natal Cordeiro dos Santos	3309	12%	12%	11/11/11	2230/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 555/11

Define normas para ampliação da publicidade dos dados referentes à qualidade da educação ofertada nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio.

Art. 1º É assegurado aos pais e aos alunos da rede pública estadual o acesso aos dados referentes aos indicadores de qualidade da educação oferecida no estabelecimento de ensino onde o aluno está matriculado.

Parágrafo único. Os indicadores que serão divulgados terão por base a última apuração do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, ou outro índice que venha a ser criado ou a substituí-lo.

Art. 2º Fica assegurado aos pais e aos alunos da rede pública acesso junto ao boletim pessoal de desempenho e frequência das informações referentes à qualificação profissional do docente:

Parágrafo único. A informação deverá conter os dados referentes à formação do profissional responsável pelo ensino de cada série ou disciplina em que estiver matriculado o aluno.

Art. 3º Fica assegurado aos pais e aos alunos da rede pública estadual o acesso às informações referentes às transferências de recursos para o estabelecimento público de ensino, que deverão constar os valores repassados com identificação da data e a procedência.

Art. 4º Os órgãos responsáveis pela gestão da educação pública no Estado deverão assegurar a publicidade das informações prevista nesta Lei de forma clara, precisa e ostensiva por meio de:

I - painéis ou murais; e
II - nos boletins pessoais de desempenho e frequência emitidos periodicamente.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada, se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 120 dias a contar de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente
Sessão de 07/12/11

JUSTIFICATIVA

A Educação é a mais importante arma de transformação social. A garantia da qualidade do ensino ofertado na rede pública deve ser compromisso dos agentes públicos e das famílias.

Convicto que a aproximação da família e o pleno conhecimento da realidade escolar podem contribuir para o desenvolvimento da qualidade do ensino na rede pública estadual, submeto aos nobres pares a apreciação do presente projeto.

Os especialistas apontam que a falta de qualidade da educação é, atualmente, um dos principais entraves ao desenvolvimento social e econômico de nossa sociedade. A participação da comunidade no cotidiano de acompanhamento e cobrança por melhorias na educação pode mudar essa realidade, porém isso depende do acesso às informações referentes tanto aos processos de ensino-aprendizagem quanto da gestão escolar. O Artigo 227 da Constituição Federal, determina a responsabilidade conjunta pela educação das crianças entre as famílias e o Estado:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

A educação de nossas crianças deve ser uma prioridade da sociedade catarinense, sendo responsabilidade de pais e gestores da educação zelar pelo cumprimento das normas educacionais estabelecidas em âmbito nacional e estadual, por isso proponho o presente projeto.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 556/11

Declara de utilidade pública a Associação de Pais de Atletas de Futebol de Campo da Cidade de Camboriu e Região.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação de Pais de Atletas de Futebol de Campo da Cidade de Camboriu e Região.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividade do exercício anterior;
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente
Sessão de 07/12/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Pais de Atletas de Futebol de Campo da Cidade de Camboriu e Região

A Associação de Pais de Atletas de Futebol de Campo da Cidade de Comboriu e Região é uma entidade sem fins lucrativos, com sede no município de Comboriu, fundada em 07 de julho de 2003, tem por finalidade a defesa de todos os associados, e bem assim defender os interesses, orientar e promover a união de todas as pessoas que se dediquem a prática de futebol de campo a nível amador.

A documentação acostada ao Projeto de Lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial a Lei nº. 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a Associação de Pais de Atletas de Futebol de Campo da Cidade de Comboriu e Região sejam beneficiadas com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 557/11

Declara de Utilidade Pública a HACHI ONG - Proteção Animal.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a HACHI ONG - Proteção Animal, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 07/12/11

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a **HACHI ONG - Proteção Animal**, do município de Blumenau, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 558/11

Declara de Utilidade Pública Associação de Pais e Professores da Escola Básica Coronel Gasparino Zorzi, do município de Campos Novos.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Associação de Pais e Professores da Escola Básica Coronel Gasparino Zorzi, com sede no município de Campos Novos.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da Lei;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

ROMILDO TITON

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 07/12/11

JUSTIFICATIVA

Associação de Pais e Professores da Escola Básica Coronel Gasparino Zorzi, situada a Rua: Coronel Lucidoro, 1919, bairro São Sebastião em Campos Novos e atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convenio com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil sem fins lucrativos, que tem como finalidade específica promover a integração Escola-Comunidade de acordo com o art. 205 da Constituição Federal, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

Esta Associação de Pais e Professores sem duvida trará grandes benefícios ao povo Camponovense.

Diante do exposto, faz-se necessário o reconhecimento de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Professores da Escola Básica Coronel Gasparino Zorzi no município de Campos Novos, que tantos benefícios trarão a comunidade.

Certo de estar atendendo a vontade da população do grandioso Município de Campos Novos venho solicitar o apoio dos Nobres Pares Deputados neste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0050.6/11

Acrescenta artigo à Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, que institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Art. 1º Fica acrescido o art. 24-A à Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, com a seguinte redação:

“Art. 24-A É de cinco anos o prazo para análise e julgamento de todos os processos administrativos relativos a administradores e demais responsáveis a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, e a publicação de decisão definitiva por parte do Tribunal, observado o disposto no §2º deste artigo.

§ 1º Findo o prazo previsto no “caput” deste artigo, o processo será considerado extinto, sem julgamento do mérito, com a baixa automática da responsabilidade do administrador ou responsável.

§ 2º O prazo previsto no “caput” deste artigo será contado a partir da data de citação do Administrador ou responsável pelos atos administrativos, ou da data de exoneração do cargo ou extinção do mandato, considerando-se preferencial a data mais recente.

§ 3º Incide a prescrição intercorrente no procedimento administrativo paralisado por mais de dois anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.”

Art. 2º Ficam revogados os Parágrafos 1º e 2º do artigo 23 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000.

Art. 3º As disposições da presente Lei Complementar aplicam-se retroativamente aos processos em curso no Tribunal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Gelson Merísio - Presidente

Deputado Manoel Mota - Líder PMDB

Deputado Darci de Matos - Líder PSD

Deputado Dirceu Dresch - Líder PT

Deputado Silvio Dreveck - Líder PP

Deputado Dado Cherem - Líder PSDB

Deputado Sgto. Amauri Soares - Líder PDT

Deputada Angela Albino - Líder PC do B

Deputado Altair Guidi - Líder PPS

Deputada Odete de Jesus - Líder PRB

Deputado Narciso Parisotto - Líder PTB

Lido no Expediente

Sessão de 07/12/11

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Lei, que submeto à análise de Vossas Excelências, visa atender a uma reivindicação dos Gestores Públicos,

das esferas Estadual e Municipal, irresignados com os procedimentos adotados pela egrégia Corte de Contas de Santa Catarina, cujos processos arrastam-se, de forma injustificada, por anos a fio (muitas vezes por mais de 15 anos), para apurar, em grande parte dos casos, vícios de forma que não encontram suporte nem na Lei de Responsabilidade Fiscal, nem na Lei de Improbidade Administrativa, com desperdício de esforços e recursos do erário público e servindo ao único propósito de alimentar os escritórios de advocacia. A permanecer o quadro atual, brevemente nenhum cidadão catarinense se disporá a assumir qualquer cargo eletivo ou comissionado na Administração Pública, pois os salários percebidos de longe são suficientes para suportar as multas e os longos anos de litígios na esfera administrativa e judicial.

Imaginem o caso do Gestor Público afastado do cargo por força da salutar alternância política. Perdida a eleição ou exonerado do cargo, não terá o seu sucessor o zelo nem o compromisso de preservar os documentos que poderiam servir-lhe de argumento de defesa. Esta situação é mais grave ainda quando ocorre a fusão ou transformação de órgãos ou entidades, fato comum na Administração. Não há meios para a localização dos registros e documentos necessários que possam permitir a ampla defesa do acusado, especialmente quando decorridos 10, 15 e até 20 anos.

Reconheço o importante papel do Tribunal de Contas do Estado, enquanto órgão auxiliar desse Poder Legislativo, na fiscalização e no controle das contas públicas e no zelo dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência. Entretanto, não podemos nos esquecer que a Constituição Federal de 1988 delegou ao Ministério Público a função institucional de guardião do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Portanto, o bem público, independentemente da atuação da Corte de Contas, estará em qualquer hipótese, devidamente resguardado.

É o que se depreende do texto constitucional e o que consta no artigo 22 da Lei de Improbidade Administrativa, *in verbis*:

Art. 22. Para apurar qualquer ilícito previsto nesta lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.

O que se busca, não é seguramente a impunidade, mas também não se pode admitir que os processos instruídos e julgados pela Corte de Contas do Estado se arrastem indefinidamente, violando direitos e princípios constitucionalmente reconhecidos, como o da prescrição.

A prescrição é uma salvaguarda, a serviço da cidadania, presente tanto no Direito Penal quanto no Direito Administrativo ou em outros ramos do Direito.

Na prescrição da pretensão punitiva, a passagem do tempo sem o seu exercício faz com que o Estado perca o poder-dever de punir. Titular do direito concreto de punir, o Estado o exerce por intermédio da ação penal, que tem por objeto direto a exigência de julgamento da própria pretensão punitiva e por objeto mediato a aplicação da sanção penal. Com o decurso do tempo sem o seu exercício, o Estado vê extinta a punibilidade e, por consequência, perde o direito de ver satisfeitos aqueles dois objetos do processo.

O §5º do artigo 37 da Constituição Federal, determina que a lei deverá fixar o prazo para o exercício da ação que vise responsabilizar os agentes públicos por atos que causem prejuízo ao erário.

A regulamentar referido comando, foi editada a Lei nº 8.429/92 que estabeleceu no seu artigo 23, o prazo para o exercício da ação de improbidade administrativa, destinada a levar a efeito as sanções previstas naquele diploma legal. Decorrido o lapso de tempo ali previsto, não poderá mais se ingressar com ação com fundamento na Lei nº 8.429/92, porque esta estará prescrita.

Ocorre que a parte final do §5º do artigo 37 da Carta Constitucional faz a ressalva para as ações de ressarcimento de danos.

Sendo o ressarcimento de danos uma das consequências jurídicas da Ação de Improbidade, prevista nos incisos do artigo 12 da Lei nº 8.429/92, aplicável toda vez que o ato de improbidade cause dano material ou moral à Administração Pública, decorrido o prazo prescricional previsto no artigo 23, não mais se poderá ingressar com ação de improbidade com fundamento nesta Lei para levar a efeito a aplicação das sanções ali previstas.

Verbis: Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:

I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II - dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

Idêntica garantia à que está sendo proposta, foi estabelecida para o agente público federal através da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, que estabeleceu o prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, nos seguintes termos:

Verbis: Art. 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

Não significa que se está a defender a impunidade, ao contrário, pois com relação à pretensão do ressarcimento de danos causados ao erário em decorrência do ato de improbidade administrativa, que não será atingida pelo prazo prescricional previsto na Lei nº 8.429/92, em face de exceção imposta pelo texto constitucional, tal ressarcimento poderá ser pleiteado pelo **Ministério Público** ou pessoa jurídica interessada através de ação civil pública reparatória de danos, com fundamento na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Segundo Pontes de Miranda os prazos prescricionais servem à paz social e à segurança jurídica. **Não destroem o direito, que é; não cancelam, não apagam as pretensões; apenas, encobrimo a eficácia da pretensão atendem à conveniência de que não perdue por demasiado tempo a exigibilidade ou a acionabilidade".** Acrescenta que a prescrição não se refere somente a ação, atingindo toda eficácia da pretensão. Desta forma, o exercício da pretensão ou da ação é limitável, no tempo, pela prescrição.

Para Diniz, *o que caracteriza a prescrição é que ela não atinge o direito propriamente dito e sim a ação*. Desta forma, o direito tem prescrito a ação (ou pretensão) que dele se irradia. O não uso da ação atrofia a capacidade de reação.

Sobre o tema, oportunas as palavras da Promotora de Justiça Rita Andréa Rehem Almeida Tourinho: **"Este instituto foi criado com o propósito de trazer segurança às relações jurídicas, que seriam comprometidas pela possibilidade de propositura de ações por prazos indeterminados.**

No entendimento de Miranda, a prescrição, em princípio, atinge a todas as pretensões e ações, quer se trate de direitos pessoais, quer de direitos reais, privados ou públicos

Nesse sentido também são as lições de Rogério Greco: **"A Constituição exerce, um duplo papel. Se de um lado orienta o legislador, elegendo valores considerados indispensáveis à manutenção da sociedade, por outro, segundo a concepção garantista do Direito Penal, impede que esse mesmo legislador, com uma suposta finalidade protetiva de bens, proíba ou imponha determinados comportamentos, violando direitos fundamentais atribuídos a toda pessoa humana também consagrados pela Constituição"**

Defendo a plena eficácia a Lei de Improbidade e concordo que agentes públicos ímprobos devem ser extirpados do quadro da Administração Pública, devendo, também, reparar todo e qualquer dano causado ao patrimônio público. Porém, não concordamos com a interpretação extensiva que nossa Corte de Contas vem atribuindo ao artigo 37, §5, da Constituição Federal, pois tal interpretação é mais lesiva ao interesse público do que o próprio dano material ou moral proveniente do ato de improbidade.

O preciosismo da área técnica dos Tribunais de Contas não apenas servem aos interesses dos escritórios de advocacia, mas prestam um desserviço à Nação, pois forçam os agentes públicos a movimentarem a máquina judiciária buscando a reforma das decisões, sufocando os tribunais superiores com ações despropositadas, para não dizer inúteis, desperdiçando recursos públicos que deveriam estar a serviço da cidadania, neste Brasil de grandes e crônicas carências sociais.

Um caso gritante e que foi alvo de matéria publicada no Diário Catarinense, edição de 11 de junho de 2009, relata o caso de uma funcionária da Câmara de Vereadores da Capital que após 16 (dezesseis) anos, teve julgado irregular pelo TCE o seu ato de aposentadoria. Como é que fica a segurança jurídica? Alguém tem dúvida de que o Poder Judiciário vai reverter tal decisão? Será mais um processo a tomar o tempo de nossos magistrados, e mais desperdício de recursos públicos. É preciso dar um fim a esta situação.

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Não podemos nos esquecer ainda que recai, via de regra, sobre os ordenadores primários, a responsabilidade por atos aos quais não deram causa. O ordenador primário não instrui processos, não elabora editais, não elabora planilhas de custos, não fiscaliza obras, não emite parecer jurídico, não emite ordem bancária, não faz empenho de despesas, entretanto, sofre multas, é processado administrativamente, civilmente, é aviltado moralmente pelas falhas processuais praticadas por todos estes servidores públicos, técnicos de carreira nos quais se obriga a confiar. E mais, ao deixar o serviço público, ainda vai depender anos de sua vida, nos meandros da burocracia, num calvário interminável, entre escritórios de advocacia e tribunais, para resgatar a sua dignidade. É preciso impor um limite temporal, a este desvio gerado, não pela Lei, mas pelos intérpretes da Lei.

Observa-se que a Lei Complementar nº 202/2000, que instituiu a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, prevê ritos sumários, não havendo justificativa razoável para que os processos se estendam, sem conclusão, por mais de cinco anos, senão vejamos:

Art. 77. Cabe Recurso de Reconsideração contra decisão em processo de prestação e tomada de contas, com efeito suspensivo, interposto uma só vez por escrito, pelo responsável, interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de **trinta dias** contados da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado.

Art. 78. Cabem Embargos de Declaração para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida.

§ 1º Os Embargos de Declaração serão opostos por escrito pelo responsável, interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro de **dez dias** contados a partir da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado.

Art. 80. O Recurso de Reexame, com efeito suspensivo, poderá ser interposto uma só vez por escrito, pelo responsável, interessado, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de **trinta dias** contados a partir da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado.

Art. 81. Conselheiro do Tribunal de Contas poderá propor ao Tribunal Pleno Recurso de Reexame de decisão prolatada em qualquer processo, dentro do prazo de **dois anos** contados da publicação da última deliberação no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Acolhido o Recurso de Reexame e verificada a existência de irregularidades passíveis de imputação de débito ou de aplicação de multa, o Tribunal ou o relator determinará a citação do responsável ou interessado para, no prazo previsto no Regimento Interno, apresentar defesa ou justificativa ou recolher o débito.

Art. 82. De decisão preliminar do Tribunal e das Câmaras e de despacho singular do relator cabe Agravo, sem efeito suspensivo, podendo ser interposto pelo responsável ou interessado no prazo de **cinco dias** do recebimento da comunicação ou da publicação, conforme o caso, na forma estabelecida no Regimento Interno.

Revisão

Art. 83. A decisão definitiva em processo de prestação ou tomada de contas transitada em julgado poderá ser revista, no **prazo de dois anos** contados do trânsito em julgado, quando se verificar:

- I - erro de cálculo nas contas;
- II - falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão que se pretende rever;
- III - superveniência de documentos, com eficácia sobre a prova produzida; e
- IV - descon sideração pelo Tribunal de documentos constantes dos autos, com eficácia sobre a prova produzida.

Observe-se que o prazo recursal mais dilatado, no âmbito do Tribunal de Contas Catarinense não supera os 24 meses, inexistindo justificativa plausível para que não se fixe em 05 (cinco) anos o prazo prescricional para os processos em trâmite, tempo mais do que suficiente para a instrução e julgamento, ainda mais se considerarmos o quadro de profissionais altamente qualificados daquela Corte.

Em face do exposto, proponho a edição de Lei Complementar fixando em 05 (cinco) anos a contar da data de publicação da Citação inicial ou da data de exoneração do cargo ou data fim de exercício de mandato, a que for menor, para que ocorra a tramitação dos processos com o esgotamento de todos os recursos admitidos em Lei. Findo este prazo, não estando concluso o processo, o mesmo deverá ser declarado extinto, sem julgamento do mérito e procedida à baixa da responsabilidade do agente.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/11

Dispõe sobre a extensão da Vantagem Nominalmente Identificada de que trata o art. 5º da Resolução DP nº 002, de 13 de abril de 2004, e na Resolução DP n. 044, de 13 de agosto de 1996, aos servidores nomeados em decorrência do concurso público realizado nos termos do Edital nº 001/2009.

Art. 1º Fica estendido aos servidores ocupantes dos cargos de Analista Legislativo - habilitação em Analista de Sistemas; Analista Legislativo - habilitação em jornalista; Técnico Legislativo - habilitação em Programador; Técnico Legislativo - habilitação em *hardware*; Técnico Legislativo - habilitação em som; Técnico Legislativo - habilitação em operador de TV; Técnico Legislativo - habilitação em operador de estúdio e rádio; e Técnico Legislativo - habilitação em Técnico Legislativo do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, nomeados em decorrência do concurso público realizado nos termos do Edital nº 001/2009, o benefício constante do art. 5º da Resolução DP nº 002, de 13 de abril de 2004, relativamente à Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial prevista no art. 85, inciso VIII, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro 1985, atribuída e incorporada aos servidores efetivos e aos inativos conforme Resolução DP 069, de 21 de dezembro de 1999, e Resolução DP nº 265, de 20 de março de 2001, e o benefício da Resolução DP nº 044, de 13 de agosto de 1996, alterada pela Resolução DP nº 068, de 23 de agosto de 2001, que concedeu Gratificação de Atividade Legislativa.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2011.

Sala das Sessões,
Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
Lido no Expediente
Sessão de 07/12/11

JUSTIFICATIVA

A Mesa da Assembleia Legislativa submete à apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Resolução, com a finalidade de estender aos servidores do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, nomeados em decorrência do último concurso público realizado neste Poder, nos termos do Edital nº 001/2009, o benefício constante do art. 5º da Resolução DP nº 002, de 13 de abril de 2004, relativamente à Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial prevista no art. 85, inciso VIII, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro 1985, atribuída e incorporada aos servidores efetivos e aos inativos conforme Resolução DP 069, de 21 de dezembro de 1999, e Resolução DP nº 265, de 20 de março de 2001, e o benefício da Resolução DP nº 044, de 13 de agosto de 1996, alterada pela Resolução DP nº 068, de 23 de agosto de 2001, que concedeu Gratificação de Atividade Legislativa. Dessa forma, está-se conferindo tratamento idêntico ao dispensado aos servidores deste Poder advindos do concurso público realizado nos termos do Edital nº 001/2002, consoante a Resolução nº 006, de 6 de setembro de 2005.

A proposição está instruída com documentos oriundos da Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal e da Procuradoria de Finanças desta Casa, nos quais são informados, respectivamente, (a) a repercussão financeira decorrente da medida em tela e (b) "que o aumento de despesa proporcionado tem adequação financeira e orçamentária com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO" e que "os gastos com pessoal da ALESC se manterão dentro dos ditames da Lei Fiscal".

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/11

Altera o art. 1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, e dá outras providências.

Art. 1º O art.1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, com a redação dada pela Resolução nº 005, de 18 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 28 de

dezembro de 2005, fica reajustado para R\$ 366,71 (trezentos e sessenta e seis reais e setenta e um centavos), correspondente ao incremento de 1,51% (um vírgula cinquenta e um por cento) do IGP-M acumulado no período de julho a outubro de 2011, observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 002, de 24 de fevereiro de 2011. (NR)”

Art. 2º Fica assegurado reajuste no valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, a partir do mês de fevereiro de 2012, no percentual de 10,05% (dez vírgula zero cinco por cento), correspondente ao saldo do IGP-M acumulado no período de fevereiro de 2006 a novembro de 2011, observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 002, de 24 de fevereiro de 2011.

Parágrafo único. O percentual referido no *caput* será implementado por Ato da Mesa em conformidade com as disponibilidades financeiras e orçamentárias, mantido o equilíbrio entre as despesas e as receitas e observado o disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e o Relatório de Gestão Fiscal em relação à despesas com pessoal.

Art. 3º Fica autorizada a Mesa da Assembleia Legislativa a conceder, por ato próprio, reajuste ou aumento no valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, em decorrência do disposto no § 4º do art. 32 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, até o limite de 10% (dez por cento), em conformidade com as disponibilidades financeiras e orçamentárias, mantido o equilíbrio entre as despesas e as receitas e observado o disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e o Relatório de Gestão Fiscal em relação à despesas com pessoal.

Art. 4º Fica concedido auxílio adicional, aos servidores alcançados pelas Resoluções ns. 1.344, de 1º de outubro de 1993, e 009, de 16 de novembro de 2005, e àqueles que se encontrem em exercício na Assembleia Legislativa, a ser creditado em parcela única na folha de pagamento do mês de dezembro de 2011, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos quanto ao disposto no art. 1º a partir de 1º de dezembro de 2011.

Art. 7º Fica revogada a Resolução nº 005, de 18 de agosto de 2011.

Sala das Sessões,
Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Lido no Expediente
Sessão de 07/12/11

JUSTIFICATIVA

A Mesa da Assembleia Legislativa submete à apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Resolução, com a finalidade de recompor o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, excetuados os cargos previstos no art. 5º da Resolução nº 002, de 24 de fevereiro de 2011, em atendimento a reivindicação do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa, suscitada no ofício nº 054, de 7 de novembro de 2011, da Diretoria daquela entidade (documento em anexo).

Para elaboração do presente Projeto de Resolução foram observados:

1. o vigente valor do referencial de vencimento fixado em R\$ 361,26 (trezentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos) pela Resolução nº 005, de 18 de agosto de 2011 (cópia em anexo);
2. recomposição da perda inflacionária do valor referencial de vencimento referente aos meses de julho a outubro de 2011, em índice de 1,51% (IGP-M), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (doc. anexo); e
3. a disponibilidade orçamentária, o limite prudencial e o relatório de gestão fiscal da Assembleia Legislativa.

Ainda, pelo art. 2º deste PRS, é assegurado reajuste no valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, no percentual de 10,05% (dez vírgula zero cinco por cento), correspondente ao saldo do IGP-M acumulado no período de fevereiro de 2006 a outubro de 2011, o qual será implementado por Ato da Mesa em conformidade com as disponibilidades financeiras e orçamentárias, mantido equilíbrio entre as despesas e as receitas e observado o disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e o Relatório de Gestão Fiscal em relação a despesas com pessoal.

O Projeto de Resolução (art. 3º) em referência também autoriza a Mesa da Assembleia Legislativa a conceder, por ato próprio, em homenagem ao princípio da economia processual, reajuste ou aumento no valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, em decorrência do disposto no § 4º do art. 32 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 - que por sua vez

estabelece o mês de maio de cada ano como data-base para negociação salarial dos servidores deste Poder -, até o limite de 10% (dez por cento), igualmente respeitadas as disponibilidades financeiras e orçamentárias, mantido o equilíbrio entre as despesas e as receitas e observado o disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e o Relatório de Gestão Fiscal em relação à despesas com pessoal.

Por fim, o presente Projeto de Resolução, em seu art. 4º, visa a conceder auxílio adicional aos servidores deste Poder, assim como àqueles que aqui se encontrem em exercício, a ser creditado em parcela única na folha de pagamento do mês de dezembro de 2011, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com fundamento nas Resoluções ns. 1.344, de 1º de outubro de 1993 e 009, de 16 de novembro de 2005, que instituíram o auxílio-alimentação aos servidores ativos e inativos desta Casa, respectivamente.

A proposição está instruída também com documentos oriundos da Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal e da Procuradoria de Finanças desta Casa, nos quais são informados, respectivamente, (a) a repercussão financeira decorrente das medidas em tela e (b) “que o aumento de despesa proporcionado tem adequação financeira e orçamentária com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO” e que “os gastos com pessoal da Alesc se manterão dentro dos ditames da Lei Fiscal”.

Sala das Reuniões,

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado neste ato pelo Procurador-Geral de Justiça, Lio Marcos Marin, e pelos Promotores de Justiça de Defesa da Moralidade Administrativa, Alceu Rocha e Paulo Antonio Locatelli, em atuação na comarca da Capital, e a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA**, representada por seu Presidente, Gelson Merisio, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, e pela Diretoria da Casa, representada pelos diretores: Carlos Alberto de Lima Souza, Diretor Geral; Sinara Regina Landt, Diretora Administrativa; Carlos Antônio Blossfeld, Diretor de Recursos Humanos; Paulo Roberto Varella, Diretor de Tecnologia e Informação; Thamy Soligo, Diretora de Comunicação Social; José Alberto Braunsperger, Diretor Legislativo; Ibrantina Machado, Diretora Financeira, doravante denominados **EXECUTORES**, têm justo e acertado o que segue:

CONSIDERANDO a instauração dos procedimentos representados pelos **Inquérito Civil n. 01/2011/PGJ/MPSC**, em curso junto ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, e pelo Inquérito Civil n. **06.2011.007400-2**, que tramita perante a 27ª Promotoria de Justiça da Capital;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição da República e art. 93 da Constituição do Estado de Santa Catarina);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição da República, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II);

CONSIDERANDO que a Administração Pública e os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos (art. 4º da Lei n. 8.429/92 e art. 37, *caput*, da CF/88);

CONSIDERANDO que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (art. 37, II, da 88);

CONSIDERANDO que mesmo para as cargos em comissão o trabalho é obrigatório e deve ser exercido a contento;

CONSIDERANDO as notícias veiculadas na imprensa de Santa Catarina, dando conta de eventuais irregularidades praticadas por servidores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina em razão da ausência de controle efetivo de sua carga horária de trabalho;

CONSIDERANDO a necessidade de se regular o controle de frequência dos servidores da Casa Legislativa, inclusive daqueles com exercício fora da sede, visando a eficiência do serviço público, bem como a transparência das relações com a sociedade catarinense;

CONSIDERANDO que hodiernamente existem mecanismos eletrônicos que facilitam a implantação de sistemas mais eficazes ao controle de ponto e frequência dos servidores;

CONSIDERANDO que todo servidor público da Casa, seja ele ocupante de cargo efetivo ou comissionado, deve estar submetido a mecanismos de controle de frequência, de acordo com o desempenho de suas atividades;

CONSIDERANDO os entendimentos constantes no Inquérito nº 396, publicado na RJT 131/1.039 e no Acórdão 1231/2003, do Tribunal de Contas da União, em resposta a Consulta formulada pela Câmara dos Deputados, que remete ao exercício da atividade parlamentar e a sua extensão fora dos gabinetes, incluindo as atribuições dos servidores a ele vinculados;

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de novos paradigmas administrativos, contemplando mecanismos de controles eficientes; e

CONSIDERANDO a crescente demanda social pela transparência das ações administrativas do setor público;

RESOLVEM

Nos autos do **Inquérito Civil n. 01/2011/PGJ/MPSC e do Inquérito Civil n. 06.2011.007400-2**, celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), no art. 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/00 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público) e art. 18 do Ato nº 81/2008/PGJ, conforme as cláusulas e condições a seguir expostas:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA:

O presente Termo de Compromisso tem por objetivo a implementação de ações tendentes a abolir práticas de servidores públicos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sejam ocupantes de cargos comissionados ou não, que visem a receber remuneração sem, contudo, exercer efetivamente as atividades para as quais foram designados e que têm o dever de realizar.

DAS OBRIGAÇÕES POSITIVAS

CLÁUSULA SEGUNDA:

O COMPROMISSÁRIO instalará, até o dia 1º de dezembro de 2011, o sistema de controle de ponto biométrico para verificação do horário de entrada e saída de todos os servidores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, comissionados e efetivos.

PARÁGRAFO ÚNICO

A frequência aferida no sistema de controle de ponto biométrico será atestada mensalmente pelo responsável do respectivo setor de lotação do servidor.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O COMPROMISSÁRIO ampliará, até o dia 1º de dezembro de 2011, o sistema de monitoramento por câmeras de vídeo nos acessos aos prédios da Assembleia Legislativa, armazenando as imagens por um período de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA QUARTA:

O COMPROMISSÁRIO apresentará, até o dia 7 de novembro do corrente ano, proposições legislativas na forma de Projetos de Resolução que disciplinarão a nomenclatura e atribuição de cargos de provimento em comissão, conforme minutas em anexo.

CLÁUSULA QUINTA:

O COMPROMISSÁRIO disponibilizará, a partir de 1º de dezembro do ano em curso, no sítio eletrônico da Casa Legislativa, mais especificamente no *link* Transparência:

I) o relatório semanal de atividades dos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, com atividade de assessoramento e apoio parlamentar externa;

II) a relação dos servidores do quadro de pessoal, da qual constará a lotação e o Município de atuação constante da respectiva Portaria, quando for o caso, a situação funcional, e o nome do responsável por atestar frequência.

PARÁGRAFO ÚNICO:

O relatório semanal de atividades de que trata o inciso I será preenchido pelo servidor, diretamente no sistema informatizado acessado por meio de senha individual, e ficará disponível no sítio eletrônico da Casa - *link* Transparência - pelo período mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA:

O COMPROMISSÁRIO adotará as medidas administrativas, até o dia 1º de dezembro de 2011, aptas a estabelecer que o servidor cedido por meio do instituto da disposição exerça suas atividades funcionais, exclusivamente, na sede da Assembleia Legislativa, exceto se nomeados para exercer os cargos de provimento em comissão de Secretário Parlamentar ou Secretário Parlamentar da Presidência.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O COMPROMISSÁRIO baixará Portarias de Lotação, até o dia 1º de dezembro de 2011, especificando o Município de atuação dos servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão de Secretário Parlamentar e Secretário Parlamentar da Presidência, designados para exercerem atividade de assessoramento e apoio parlamentar externa;

DA MULTA MORATÓRIA:

CLÁUSULA OITAVA:

O COMPROMISSÁRIO se submeterá à multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em moeda corrente nacional, em caso de descumprimento de cada uma das OBRIGAÇÕES assumidas nas Cláusulas segunda, terceira, quarta, quinta, sexta e sétima. A multa incidirá de forma individualizada pelo descumprimento de cada obrigação, sendo que o valor reverterá ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, criado pelo Decreto nº 1.047, de 10.12.87.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

CLÁUSULA NONA:

As cláusulas compactuadas acima pelo COMPROMISSÁRIO serão implementadas pelas Diretorias, assumindo respectivos titulares, signatários do presente documento, a qualidade de EXECUTORES.

CLÁUSULA DÉCIMA:

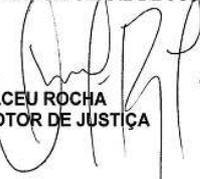
O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva relacionada ao ajustado contra o COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser cumprido integralmente o disposto neste TERMO.

Por fim, por estarem compromissados, firmam este TERMO em 4 (quatro) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

Florianópolis, 25 de outubro de 2011.

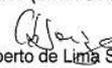

LIO MARCOS MARIN
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA


GELSON MERSIO
PRESIDENTE DA ALESC

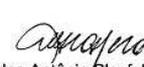

ALCEU ROCHA
PROMOTOR DE JUSTIÇA


PAULO ANTONIO LOCATELLI
PROMOTOR DE JUSTIÇA

DIRETORES (EXECUTORES):


Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral


Sinara Regina Landi
Diretora Administrativa


Carlos Antônio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos


Paulo Roberto Varella
Diretor de Tecnologia e Informação


Pramy Sotelo
Diretora de Comunicação Social


José Alberto Braunberger
Diretor Legislativo


Ibrantina Machado
Diretora Financeira

*** X X X ***